



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO - CSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

MICHELI KLAUBERG FAUSTINO

**OS DESAFIOS POSTOS AO SERVIÇO SOCIAL DO
COLÉGIO MARISTA: Demandas e Respostas da Profissão na
Relação com o Contexto Escolar**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Florianópolis
2011**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

Micheli Klauberg Faustino

**OS DESAFIOS POSTOS AO SERVIÇO SOCIAL DO
COLÉGIO MARISTA: Demandas e Respostas da Profissão na
Relação com o Contexto Escolar**

Dissertação submetida à Banca Examinadora, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Profa. Teresa Kleba Lisboa, Dra.

Florianópolis
2011

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da
Universidade Federal de Santa Catarina

F268d Faustino, Micheli Klauberg

Os desafios postos ao serviço social do Colégio Marista [dissertação] : demandas e respostas da profissão na relação com o contexto escolar / Micheli Klauberg Faustino ; orientadora, Teresa Kleba Lisboa. - Florianópolis, SC, 2011. 144 p.: graf.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

Inclui referências

1. Serviço social. 2. Educação. 3. Assistentes sociais. 4. Assistência social. I. Lisboa, Teresa Kleba. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. III. Título.

CDU 36

INSERIR FOLHA DE APROVAÇÃO

Dedico este estudo aos educandos,
famílias, educadores e
colaboradores do Colégio Marista e
Municipal São José. Por fazerem
parte da nossa vivência cotidiana
de intervenção profissional.

AGRADECIMENTOS

A Deus, sempre e em primeiro lugar, pelo maior de todos os dons: **a VIDA**.

A minha família que me proporcionou momentos de alegria diante das conquistas e incentivo nas dificuldades. Agradeço o José Eduardo filho querido! Que nasceu junto com o mestrado e acompanhou comigo todos os momentos... Ao Gabriel filho amado que fez parte da minha trajetória no Marista. E o Sadi meu amor e companheiro! Por tudo!

Aos meus pais que sempre se orgulharam de mim, e **Meus irmãos** que são meus melhores amigos. Obrigada pelo carinho de sempre!

A amiga Jô que ajudou a cuidar do José Eduardo para que eu conseguisse chegar aqui! Obrigada pela dedicação!

Aos colegas da turma Mestrado em Serviço Social/2009, pelos momentos de convivência e troca de experiências.

A todos os professores do Curso de Pós-graduação em Serviço Social que contribuíram para a efetivação deste estudo, em especial àqueles que ministraram as disciplinas da turma 2009.

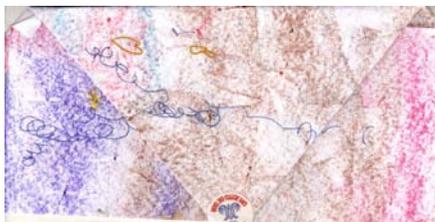
À orientadora, prof^a, Teresa, a qual me incentivou para entrar no mestrado valorizando minha atuação profissional e que com sua paciência compreendeu minhas limitações pela gravidez! Expresso meu profundo agradecimento por sua dedicação e sabedoria.

À banca de qualificação e de mestrado, nas pessoas das professoras Edaléa Ribeiro e Rosana Martinelli, Carla Bressan e Ilda Lopes que, com suas experiências, contribuíram, sobremaneira, para a direção teórico-metodológica da pesquisa.

A instituição Marista em especial a equipe do SAS/DEAS que valorizou minha intervenção profissional e entendeu meus motivos em deixá-los para investir na formação.

Ao Colégio Marista e Municipal São José onde vivenciei durante onze anos uma experiência profissional gratificante que proporcionou crescimento e fortalecimento de vínculos com colaboradores e famílias da comunidade que tanto estimo.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, meu sincero obrigado!



MENSAGEM:

Riscos e rabiscos: A história de um educando especial!

Era um menino miúdo com jeito meigo e encantador chegou à nossa escola para nos ensinar o que é o amor.

Este menino que queria no Colégio Marista estudar mostrou-nos o quanto é difícil à arte de ensinar.

Recordo-me de seus traços, querendo comunicar eram bolinhas que dizia eu quero aqui ficar.

Conhecendo a família queríamos compreender o que aconteceu com o menino que da educação especial deveria ser

O comportamento do menino nos fez perceber que a família na escola tinha que envolver!

Era um menino bonito que passeava pela escola trazendo suas cartinhas que fechava com muita cola.

A família do menino chegou com parecer que ele tinha que ser incluído para poder se desenvolver

Sua casa era pequena e nos fez perceber que a comida faltava e a luz não chegava a ter.

Sua avó presente nada podia fazer, mas cuidava dos netos e podia proteger.

Certo dia houve denúncia que seu pai podia ser culpado e o conselho tutelar precisou ser articulado.

A mãe não acreditava que abuso o pai podia fazer, mas que com as crises tudo podia acontecer.

Foi neste momento que o Estatuto nos fez ver que era preciso estar atentas e muitas dúvidas esclarecer...

Assim ele expressava na cartinha toda hora sua vida muito colada na família e na escola!

Após algum tempo o menino foi chamado e além da escola na fundação foi integrado!

Parceria necessária entre conselho e a escola para aplicar as medidas na família e na escola.

Menino faceiro na escola estava sorrindo, pois à tarde na fundação com a tia estava indo.

Menino acompanhado por muitos profissionais e amigos que fizeram garantir seus direitos neste caminho percorrido!

Este relato expressa a complexidade e totalidade de um atendimento do Serviço Social na busca de estratégias de inclusão do educando envolvendo o contexto escolar e a aplicação do Estatuto da criança e do adolescente. (Texto encaminhado para o concurso causas do ECA em 2008 elaborado por Micheli Klauberg Faustino Assistente Social e a educadora: Maria Aparecida Wolpers.)

RESUMO

FAUSTINO, Micheli Klauberg. *Os desafios postos ao Serviço Social do Colégio Marista: demandas e respostas da profissão na relação com o contexto escolar*. 2011. 144p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviços Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

Esta dissertação é resultado da investigação sobre a nossa intervenção como assistente social no Colégio Marista e Municipal São José no período de 1998 a 2008. O objetivo desta pesquisa é apresentar às demandas do serviço social neste espaço sócio ocupacional, e desvelar as respostas da profissão as mesmas. A metodologia de pesquisa utilizada foi do tipo documental com tratamento analítico sobre os Relatórios Sociais Descritivos que se encontram arquivados na instituição. O estudo bibliográfico destaca autores como: Bressan (2001), Almeida (2003) e Souza (2008) entre outros, que possuem conhecimento sobre a interface da educação e o serviço social, e contribuem na reflexão sobre o problema estudado. A pesquisa ressaltou a importância do papel do serviço social no espaço escolar, compreendendo a dinâmica deste espaço sócio-ocupacional na relação com os educandos, educadores, famílias, comunidade e rede sócio-assistencial. O processo de intervenção buscou entender o contexto escolar e a relação deste com a realidade social num processo que articulou a luta pelos direitos sociais e conquista da cidadania dos sujeitos envolvidos, como um componente estrutural.

Palavras-chave: Intervenção. Serviço Social. Educação. Direitos Sociais.

ABSTRACT

This dissertation is the result of our intervention research as a social worker at Marist College and San Jose City Council from 1998 to 2008. The objective of this research is to present the demands of social work in occupational social space, and reveal the answers of the same profession. The research methodology used was documentary with analytic treatment on the Social Descriptive Reports that are filed with the institution. The bibliographical study authors highlighted as: Bressan (2001), Almeida (2003) and Souza (2008) among others, who have knowledge about the interface of education and social services, and contribute to the reflection on the problem studied. The research highlighted the important role of social work in school, understanding the dynamics of the socio-occupational in relation to students, educators, families, community networks and social assistance. The process of intervention sought to understand the school context and its relation to social reality in a process that articulated the struggle for social rights of citizenship and achievement of the individuals involved, as a structural component.

Keywords: Intervention. Social Service. Education. Social Rights.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Conhecendo a Realidade Social dos Educandos (Ano: 1998). (agosto/dezembro).	67
Quadro 2: O Processo Ensino Aprendizagem e a Família (Ano: 1999).	68
Quadro 3: Tecendo Parceria com as Redes (Ano: 2000/2001).	71
Quadro 4: Desvendando A Violência Escolar (Ano: 2002).	74
Quadro 5: Cidadania e Protagonismo na Escola (Ano: 2003/2004).	75
Quadro 6: Priorizando Projetos Coletivos (Ano: 2004).	79
Quadro 7: Identificando Projetos Voltados Para A Adolescência (Ano: 2005 e 2006).	80
Quadro 8: Ressignificando A Aprendizagem (Ano: 2007).	82
Quadro 9: Garantindo Cidadania (Ano: 2008).	83
Quadro 10: Desvendando As Situações Sócio-Familiares (Ano: 1998).	90
Quadro 11: Identificando o Perfil das Famílias (Ano: 1999).	91
Quadro 12: Integrando as Famílias em Projetos da Rede Social (Ano: 2000).	92
Quadro 13: Resgatando a Auto-Estima na Perspectiva de Empoderamento (Ano: 2001/2002).	95
Quadro 14: Iniciando Encontros com as Famílias na Escola (Ano: 2003).	96
Quadro 15: Elaborando o Diagnóstico Social das Famílias (Ano: 2004).	98
Quadro 16: Integrando os pais na escola (Ano: 2005 e 2006).	113
Quadro 17: Fortalecendo os Projetos Através de Parcerias (Ano: 2007).	114
Quadro 18: Articulando Gênero a Perspectiva do Empoderamento (Ano: 2008).	115

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Com quem mora o aluno?	100
Gráfico 2: Quem são os responsáveis pela família?	101
Gráfico 3: A família tem quantos filhos?	101
Gráfico 4: Qual a renda mensal do responsável?	102
Gráfico 5: Qual a profissão do pai?	103
Gráfico 6: qual a renda mensal do pai?	104
Gráfico 7: qual a profissão da mãe?	105
Gráfico 8: Qual a renda da mãe?	106
Gráfico 9: A família recebe algum benefício social?	106
Gráfico 10: Qual a situação da casa da família?	108
Gráfico 11: Qual a situação de moradia da família?	109
Gráfico 12: Quanto tempo à família reside no bairro?	110
Gráfico 13: Qual a renda per capita da família?	111

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEC	-Associação Brasileira de Ensino e Cultura
ACIC	-Associação Catarinense de Integração do Cego
APAE	-Associação de Pais e Amigos do Excepcional
APC	-Associação Paranaense de Cultura
BIRD	-Banco Interamericano de Desenvolvimento
CFESS	-Conselho Federal de Serviço Social
CMMSJ	-Colégio Marista Municipal São José
CMAS	- Conselho Municipal de Assistência Social
CRAS	-Centro de Referência da Assistência Social
CRESS	-Conselho Regional de Serviço Social
CRETA	-Centro de Recuperação de Toxicómanos e Alcoolistas
DEAS	-Departamento de Assistência Social
ECA	-Estatuto da Criança e do Adolescente
EF	-Ensino Fundamental
EJA	-Educação Jovens e Adultos
EPAGRI	-Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural
FNDE	-Fundo Nacional de Ensino
GT	-Grupo de Trabalho
HEMOSC	-Hemocentro de Santa Catarina
IBGE	-Instituto Brasileiro de Geografia
INSS	-Instituto Nacional de Seguridade Social
LDB	-Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LOAS	-Lei Orgânica da Assistência Social
NUSSERGE	-Núcleo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social
ONG	-Organização Não Governamental
ONU-	-Organização das Nações Unidas
PETI	-Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNAS	-Política Nacional da Assistência Social
PPP	-Projeto Político Pedagógico
PROERD	-Programa Educacional e Resistência às Drogas
PSE	-Projeto Sócio Educativo
SAS	-Setor de Assistência Social
SEBRAE	-Serviço Brasileiro de Apoio a Micros e Pequenas Empresas
SENAI	-Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	-Serviço Social da Indústria
SIUS	-Sistema Integrado de Informações

TCC -Trabalho de Conclusão de Curso
UCE -União Catarinense de Educação
UFSC -Universidade Federal de Santa Catarina
UNISUL -Universidade do Sul
UNIVALI -Universidade do Vale do Itajaí

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	23
1.1 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	26
2 A POLÍTICA EDUCACIONAL E O SERVIÇO SOCIAL: UMA INTERFACE NECESSÁRIA NA TRAJETÓRIA DA INSTITUIÇÃO MARISTA	33
2.1 A EDUCAÇÃO E A LEGISLAÇÃO: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS.....	33
2.2 COMPREENDENDO A EDUCAÇÃO MARISTA E A IMPORTÂNCIA DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL.....	36
2.3 CONTEXTUALIZANDO A UNIDADE SOCIAL: COLÉGIO MARISTA E MUNICIPAL SÃO JOSÉ (CMMSJ) E O SEU TERRITÓRIO DE ABRANGÊNCIA.....	44
2.4. O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO E AS POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO.....	47
2.4.1 A inserção do profissional de serviço social no CMMSJ: histórico e atribuições	55
3 AS RESPOSTAS DO SERVIÇO SOCIAL NO COLÉGIO MARISTA FRENTE AS DEMANDAS DO CONTEXTO ESCOLAR EXPRESSAS NESTE ESPAÇO SÓCIO OCUPACIONAL	63
3.1 O COTIDIANO DO SERVIÇO SOCIAL DURANTE UMA DÉCADA DE INTERVENÇÃO (1998-2008): IDENTIFICANDO DEMANDAS E RESPOSTAS ATRAVES DA PESQUISA DOCUMENTAL.....	63
3.2 AS DEMANDAS E RESPOSTAS DO SERVIÇO SOCIAL EM RELAÇÃO AOS EDUCANDOS: MEDIANDO COM OS EDUCADORES, FAMÍLIAS E REDE DE ATENDIMENTO SOCIAL.....	65
3.3 AS DEMANDAS E RESPOSTAS DO SERVIÇO SOCIAL EM RELAÇÃO AS FAMÍLIAS E A COMUNIDADE: ARTICULANDO PARCERIAS E ACESSO NA REDE SÓCIO- ASSISTENCIAL.....	89
3.4 AS DEMANDAS E RESPOSTAS DO SERVIÇO SOCIAL EM RELAÇÃO AOS EDUCADORES E COLABORADORES: DECIFRANDO O CMMSJ ENQUANTO UMA UNIDADE SOCIAL.....	121
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
REFERÊNCIAS	139

1 INTRODUÇÃO

As origens desta dissertação estão vinculadas ao nosso exercício profissional, como assistente social, no Colégio Marista e Municipal São José (CMMSJ), espaço em que atuamos durante onze anos. O Colégio Marista ¹ está localizado no bairro Serraria, loteamento Jardim Zanellato, e é considerado uma unidade social da Província Marista Brasil Centro Sul. Tendo acompanhado situações sociais expressadas no cotidiano de trabalho na instituição, o que mais nos impulsionou neste campo de atuação foi à necessidade de articulação e mediação entre a realidade social vivenciada pelos educandos e a Escola, aproximando a família do contexto escolar.

As duas últimas décadas (1990-2010) têm se caracterizado pela confluência dos fenômenos contraditórios decorrentes da globalização. O empobrecimento e a exclusão crescentes se juntam com a massificação da escolarização e se manifestam no elevado número de crianças e adolescentes pobres que freqüentam a educação básica. Porém, na contramão desse nível de escolaridade (que é positivo) está a dificuldade da grande maioria dos adolescentes e jovens que não conseguem completar os ciclos previstos pela obrigatoriedade legal e social (ensino médio). Apesar de não ser a escolaridade que garante à inserção laboral (emprego) a obtenção de um certificado (ou diploma) se converte em condição necessária para qualquer pretensão de obter uma vaga no mundo do trabalho formal (Fanfani, 2007).

Os efeitos nocivos das desigualdades e das injustiças sociais têm repercutido de forma impactante nas escolas. Cotidianamente nos contextos de exclusão, se manifestam situações dramáticas, e a ausência de condições mínimas para realizar e sustentar a difícil tarefa da aprendizagem tem obrigado as escolas a definir determinadas “condições” de “educabilidade”, que podem corresponder em maior ou menor medida à realidade social dos educandos.

Para que todas as crianças e adolescentes possam aprender necessitam, segundo Fanfani (2007), dois tipos de política: a política social que está relacionada com a intervenção social, promovendo

¹ O Colégio Marista e Municipal São José (CMMSJ), localizado no bairro Serraria, loteamento Jardim Zanellato, foi criado em 1996, através de um Convênio da União Catarinense de Educação (UCE), mantenedora da Província Marista de SC, em parceria com a Prefeitura Municipal de São José. O Colégio pertence á rede municipal de ensino, sob o código 12396-0 de 1996.

condições necessárias para a aprendizagem. Neste sentido as políticas alimentares e de proteção da infância, saúde, habitação entre outras buscam garantir a satisfação das necessidades básicas, que são imprescindíveis para um bom desempenho escolar.

A partir da década de 1990, o Ministério da Educação, juntamente com programas do governo federal, assumiram uma parte dessa responsabilidade através dos programas chamados “compensatórios” como Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e outros.

Porém, o problema das condições de aprendizagem não se resolve somente com provisões materiais. A estas deve ser acrescida uma segunda política, a da educação, que tende a adequar a oferta pedagógica e institucional, às condições culturais dos educandos.

As políticas educacionais deveriam garantir unidade de critérios enquanto a resultados de aprendizagem no âmbito nacional, designação de recursos e desenvolvimento de capacidades no plano institucional, com autonomia das instituições para desempenhar uma pedagogia adequada. Fanfani (2007) recorda que a privação cultural é mais complexa que a privação de alimentos. Os que estão privados de cultura não têm consciência do que causa a exclusão, justamente porque, por definição, estão privados das armas da consciência autônoma e da reflexão. Segundo esse autor, a privação cultural é sempre dominação cultural.

O nosso grande desafio no CMMSJ foi justamente decifrar a realidade sócio, econômica e cultural das famílias e dos educandos, enfatizando a necessidade de conhecer os educandos além dos muros da escola, pois estes refletiam no cotidiano escolar, as diferentes expressões da questão social e conseqüentemente, nos instigavam a proposição de políticas sociais e educacionais. Bressan (2001) também destaca a importância de termos consciência da complexidade que envolve a articulação entre a realidade social, a escola e os profissionais inseridos neste processo.

Atuando na área da educação, no decorrer da nossa prática, nos deparamos com um vácuo sobre fundamentação teórica neste campo sócio ocupacional. Com a intenção de aprofundarmos nosso conhecimento sobre a temática da educação, acompanhamos enquanto Assistente social do Colégio Marista, alguns alunos (as) de Universidades, tanto para realizar estágio em serviço social como para conhecer e investigar a intervenção nesta área. Este tipo de vínculo favoreceu uma articulação com a Universidade e com os professores do Departamento de Serviço Social, mais especificamente com o

NUSSERGE² que estabeleceu parceria com o serviço social do CMMSJ realizando um projeto de extensão com as famílias da comunidade. Diante deste contexto de aproximação com a Universidade despertamos a necessidade e possibilidade de realizarmos uma capacitação profissional.

Portanto, a necessidade de estudar os fundamentos da profissão, aprofundar a temática do campo sócio ocupacional da educação e buscar elementos teóricos para compreender esta realidade em sua totalidade, motivou-nos a ingressar no curso de mestrado, na linha de pesquisa - Estado, Sociedade Civil e Políticas Sociais, do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFSC, tendo como intenção a vontade de relatar a nossa experiência de intervenção profissional junto ao Colégio Marista.

Concordamos com Iamamoto (2005) quando ressalta que as mudanças que se processam na contemporaneidade, no mercado profissional de trabalho-terceirização, trabalhos temporários, subcontratações multidisciplinares - abrem novas possibilidades de atuação em espaços ocupacionais antes pouco explorados. Conhecer, investigar, compreender e apropriar-se desses espaços é um desafio presente não apenas para o assistente social. A tentativa é formar um profissional com perfil criativo, propositivo e ampliado, que seja capaz de realizar uma qualificada análise dos processos sociais, em suas dimensões macro e microscópicas (IAMAMOTO, 2005, p. 48-49).

Portanto, esta dissertação de mestrado é resultado de todo um processo de construção teórica a partir da prática vivenciada no cotidiano do Colégio Marista. Ela foi construída a partir da vivência profissional objetivando buscar no conhecimento teórico a fonte para fundamentar o saber empírico e em seguida, reconstruí-lo de forma qualificada compondo assim, elementos para o conhecimento da realidade sobre os educandos, em sua totalidade.

É importante situar a área da educação enquanto campo de atuação, nesse sentido, procura destacar principalmente os avanços da educação com a promulgação da Constituição de 1988. Uma legislação que formaliza uma nova ordem política, social e econômica para o Brasil, pois a partir da Carta Magna a educação é inserida no rol dos direitos sociais, passando a ser direito de todos e dever do Estado e da família, com triplíce função: garantir o desenvolvimento pleno do ser humano prepará-lo para o exercício da cidadania e qualificá-lo para o

² Núcleo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social, coordenado pela Profa. Dra. Teresa Kleba Lisboa.

mundo do trabalho. O direito à educação se insere no contexto dos direitos sociais, econômicos e culturais, que Bobbio (1992) chama de direitos de segunda geração, no âmbito dos direitos fundamentais.

1.1 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Os elementos teóricos, histórico-político acima mencionado serviram de base para traçar o caminho metodológico deste estudo, sendo necessário fazer o movimento de construção e reconstrução da realidade pesquisada expresso nas seções desse trabalho, a saber: a primeira seção está composta por 4 itens, sendo que o primeiro contextualiza a educação e seus avanços com a Constituição de 1988 apresentando a legislação e as possibilidades de atuação das instituições filantrópicas. No segundo item situamos a instituição Marista, sua fundação e trajetória destacando sua presença em 76 países, atendendo cerca de 500 mil crianças e adolescentes ao quais 30% deste número estão concentrados no Brasil. Relatamos as mudanças ocorridas na instituição com o surgimento de novas leis da educação, assistência social e filantropia. Ressaltamos ainda a importância da inserção do profissional de serviço social no Colégio Marista, que por sua vez reconhece as competências e atribuições dessa profissão, que atua na área da educação e desempenha um papel fundamental na defesa e garantia dos direitos humanos e sociais. Ao situar os serviços que a instituição marista oferece nas unidades sociais, focamos atenção no Estado de Santa Catarina, mais especificamente no Município de São José onde está inserida a unidade social CMMSJ desde 1996, espaço da nossa atuação profissional.

No item terceiro, compreendendo a escola como um espaço de política social, contextualizamos o Colégio Marista e o seu território de abrangência, diagnosticando do campo de atuação como uma atribuição do serviço social. Na análise situacional realizada pelo profissional de serviço social em 2006, encontramos dados do IBGE (2005) que caracterizam o município, o bairro Serraria e o loteamento Jardim Zanellato onde o CMMSJ está inserido. Destacamos também neste item a parceria com o poder público local e a importância da efetivação das políticas sociais na comunidade, compreendendo a escola como um locus rico de possibilidades de ações interventivas na direção do fortalecimento da democracia e da cidadania.

Através das demandas do cotidiano iniciamos nossa intervenção decifrando a realidade social, portanto no quarto item apresentamos breve histórico da profissão e a inserção do serviço social na educação.

Verificando que há muitos anos temos a figura do assistente social neste campo da educação e que na contemporaneidade, especificamente a partir da década de 1990, a educação vem se fortalecendo como campo de atuação do Serviço Social. Destacamos a autora BRESSAN, (2001) que apresenta estudo neste campo e as contribuições de CAMARDELO, (1994); ALMEIDA, (1992, 2000, 2003). Ao situar a escola como espaço de intervenção social, destacamos SOUZA, (2005), que investigou o serviço social na educação identificando que desde a década de 1930 é campo de trabalho do assistente social.

Finalizando a primeira seção, no item 1.4.1 procuramos situar a inserção do profissional de serviço social no CMMSJ desde 1996 quando inicia o trabalho do Colégio Marista na comunidade. Sendo que a partir de agosto de 1998 iniciamos nossa intervenção profissional junto à Instituição. Com o objetivo de verificar a trajetória institucional do serviço social quanto as atribuições, esclarecemos neste item a primeira elaboração das atribuições do serviço social do CMMSJ que foram elencadas em 2000 no projeto político pedagógico (PPP) da unidade e em seguida destacar a importância das mudanças institucionais em 2004 com a junção das provinciais que foi um marco para as mudanças e valorização do profissional de serviço social pois de forma coletiva foi realizado as novas atribuições do serviço social nas unidades Marista em 2006 de acordo com a política nacional de assistência social PNAS.

A seção dois apresenta as respostas do serviço social no CMMSJ frente às demandas do contexto escolar, destacando no primeiro item a intervenção da assistente social no espaço escolar e suas competências conforme o CFESS bem como as possibilidades de atuação neste espaço sócio ocupacional. No segundo item relatamos à pesquisa documental realizada no CMMSJ, identificando as demandas e respostas do serviço social durante uma década de intervenção (1998-2008).

A pesquisa foi realizada através da análise dos relatórios sociais descritivos e organizada em quadros de demandas e respostas a cada ano investigado. A análise foi feita com base nos quadros destacando as principais demandas procurando não repetir as mesmas, pois muitas situações se apresentam o cada ano. Ao elencar as demandas e respostas, numeramos os quadros e destacamos uma temática para cada quadro, a pesquisa foi separada por demanda de educandos, famílias, educadores e colaboradores.

No item terceiro da segunda seção apresentamos a análise dos quadros de demandas e respostas em relação aos educandos procurando situar o início dos atendimentos, os encaminhamentos e a necessidade

de conhecer a rede social articulando parcerias e projetos. A pesquisa apresenta demandas do cotidiano escolar que são expressas através de situações atendidas pelo serviço social como: dificuldade de aprendizagem, evasão escolar, agressividade, questões de grande complexidade que requerem intervenção conjunta do serviço social, educadores, famílias e a rede social.

Ainda neste item relatamos algumas situações que merecem reflexão por parte dos profissionais, compreendendo através da experiência concreta do serviço social este espaço de atuação. Ressaltamos também a importância do estágio supervisionado de serviço social no CMMSJ que muito contribuiu na prática cotidiana do serviço social.

No quarto item da seção dois apresentamos as demandas e respostas do serviço social em relação às famílias e a comunidade, apontando a intervenção, mediação e parcerias com a rede sócio-assistencial. Ao identificar as demandas e respostas organizamos em quadros numerados e a cada ano com a temática referente à demanda que mais se destacou, como: desvendando as situações familiares, identificando o perfil das famílias, integrando as famílias em projetos da rede social, resgatando auto-estima e outros. Ainda neste item apresentamos as intervenções do serviço social destacando o ano de 2005 quando o serviço social inicia um processo de fortalecimento das famílias na escola, projetos de cidadania e articulação com parcerias.

Por fim no quinto item da seção dois, destacamos as demandas e respostas do serviço social em relação aos educadores e colaboradores enfatizando a importância do Assistente social no fortalecimento da visão sócio educativa da instituição. Esta articulação é decorrente dos momentos de atendimento e formação destacando o que a autora Bressan (2000) aponta sobre a contribuição do serviço social no sentido de ampliar a visão dos educadores para além do pedagógico, possibilitando um olhar que contempla a dimensão sócio-familiar das crianças e adolescentes. Neste item também destacamos a valorização do serviço social que passa a fazer parte da equipe gestora do CMMSJ em 2004, participa do Grupo de Trabalho: GT social em Curitiba na sede da Província visando um alinhamento da visão institucional. E também representa a mantenedora (UCE) no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Florianópolis.

1.2 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DA PESQUISA

Considerando o movimento real vivenciado pela pesquisadora dentro do contexto institucional, inicialmente descrito, apresentamos o processo metodológico de pesquisa, a saber:

O tema central do estudo constitui-se “a intervenção do serviço social no CMMSJ”. Delimitado o objeto da pesquisa, definimos como objetivo geral: analisar as demandas do serviço social no CMMSJ no período de 1998 a 2008, e as respostas da profissão as mesmas. Como objetivos específicos foram elencados: identificar as demandas encaminhadas ao profissional de serviço social no início e no final da experiência profissional (1998-2008); diagnosticar a realidade social que permeou a escola, família, comunidade ao longo dos anos 1998-2008; explicitar as respostas do serviço social a estas demandas ressaltando os desafios postos ao serviço social no contexto escolar.

Destacamos que, para alcançarmos os objetivos propostos, privilegiamos a pesquisa do tipo documental com tratamento analítico. Esta, justamente, vale-se de documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor. Esta pesquisa se diferencia da bibliográfica, como esclarece Gil (1991):

A pesquisa documental muito se assemelha a pesquisa bibliográfica. Logo, as fases do desenvolvimento de ambas, em boa parte dos casos, são as mesmas. Entretanto, há pesquisas elaboradas a partir de documentos, as quais, em função da natureza destes ou dos procedimentos adotados na interpretação dos dados, desenvolvem-se de maneira significativamente diversa. É o caso das pesquisas elaboradas a partir de documentos de natureza quantitativa, bem como daquelas que se valem das técnicas de análise de conteúdo. (GIL, 1991, p. 82).

Conforme os procedimentos do cotidiano profissional junto ao CMMSJ: cabe ao serviço social registrar mensalmente nos “Relatórios Sociais Descritivos”³, os atendimentos, ações e projetos desenvolvidos na unidade. Estes são encaminhados para a UCE, com sede em

³ Os “Relatórios Sociais Descritivos” continham o perfil das famílias dos educandos, os principais tipos de atendimentos e a caracterização de Projetos relacionados aos encaminhamentos das situações problemas, bem como alguns eventos realizados pelo Colégio.

Florianópolis/SC.⁴ É com base nestes documentos que realizamos nossa pesquisa para a presente dissertação de mestrado.

Os documentos que serviram como dados empíricos para essa dissertação, encontram-se arquivados no CMMSJ. Estes são utilizados, principalmente, para justificar o caráter de Entidade de Assistência Social, exigido pelo Conselho Municipal de Assistência Social e servem também para análise do setor de Assistência Social da Província Marista Brasil Centro Sul, para possíveis propostas de Projetos Institucionais. Cabe ressaltar que os Relatórios Sociais Descritivos bem como os Diagnósticos Sociais do CMMSJ, até o presente momento, não receberam nenhum tipo de tratamento analítico, sendo o que nos propomos realizar nesta pesquisa.

Conforme Chizzotti (2005):

Documentação é a ciência que trata da organização, do manuseio de informações. Consiste na coleta, classificação, seleção, difusão e na utilização de toda espécie de informação, compreendendo não só as suas técnicas de estocagem, conservação e de classificação, mas também, suas técnicas de uso e os métodos que facilitam a sua busca e a sua identificação. (CHIZZOTTI 2005, p. 109).

A presente pesquisa buscou alcançar os objetivos propostos e assim responder as questões problematizadoras, inferindo que tipos de demandas surgem no CMMSJ, e quais as respostas do serviço social a estas demandas no período de uma década de intervenção.

Para a realização da pesquisa documental fomos coletando um conjunto de documentos como relatórios sociais descritivos, diagnóstico social, recortes do projeto político pedagógico e projeto sócio educativo. Com a pesquisa bibliográfica recolhemos fontes de diversos autores que possuem conhecimento sobre o assunto para embasar a pesquisa. Dentre os autores, destacamos principalmente: Bressan (2001), Almeida (2003), e Souza (2008), e Fanfani (2007), que contribuem na reflexão a cerca do problema estudado.

⁴ Em 2003, foi criado o Setor de Assistência Social – SAS, da província Marista Brasil Centro Sul, com sede em Curitiba/PR. A partir desta data, os Relatórios Sociais Descritivos Anuais (e outros exigidos pela Instituição) foram encaminhados para este setor.

O projeto de pesquisa foi enviado ao Colégio Marista e Municipal São José e ao departamento de Assistência social em Curitiba onde fica a mantenedora da unidade social pesquisada, para fins de conhecimento. Tivemos que preencher um termo de responsabilidade para a realização da pesquisa na instituição (em anexo).

Na análise destacamos a intervenção do serviço social frente às demandas do contexto escolar: na relação com os educandos, na relação com os educadores e colaboradores da instituição, na relação com as famílias e comunidade e na relação com a rede interna e externa.

Neste sentido acreditamos que a pesquisa poderá contribuir para a reflexão da prática do serviço social no espaço escolar através da experiência profissional concreta da assistente social do CMMSJ, compreendendo a dinâmica deste espaço sócio-ocupacional que se faz na relação com todo o contexto social buscando entender a realidade dos educandos (as) num processo que articule a luta pelos direitos sociais como um componente estrutural. Assim, esperamos que os leitores estejam, de certa forma, esclarecidos sobre o percurso teórico-metodológico desta pesquisa e da estrutura deste trabalho, bem como, que se sintam instigados a conhecerem a articulação que estabelecemos entre Serviço Social e a área da Educação, um espaço que se abre com amplas possibilidades de atuação profissional.

2 A POLÍTICA EDUCACIONAL E O SERVIÇO SOCIAL: UMA INTERFACE NECESSÁRIA NA TRAJETÓRIA DA INSTITUIÇÃO MARISTA

2.1 A EDUCAÇÃO E A LEGISLAÇÃO: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS

A educação, como uma das importantes dimensões da vida social possui um caráter constitutivo dos modos de vida na existência dos seres humanos e na organização da vida em sociedade. Compreendemos a escola como uma instituição da política educacional e espaço da realidade social; é nela que os educandos fazem transparecer as expressões da questão social, vivenciadas e experimentadas, no cotidiano escolar, familiar e da comunidade.

A Constituição é o marco legal no que se refere aos avanços na educação, prescrevendo no Capítulo III, artigo 205 a educação como “um direito de todos e dever do Estado e da família”, a qual deve ser promovida e incentivada mediante a colaboração da sociedade, objetivando o pleno desenvolvimento da pessoa, preparação para o exercício da cidadania, além de proporcionar a qualificação para o trabalho.

A legislação também define questões relacionadas ao ensino, à educação viabilizada por sistemas de ensino (instituições públicas ou privadas). O ensino deve ser ministrado considerando os princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, da liberdade de aprender e ensinar, do pluralismo de idéias, da gratuidade no ensino público, da valorização dos profissionais, da gestão democrática do ensino público e da garantia de padrão de qualidade no ensino.

O dever do Estado para com a educação, conforme o artigo 208 é previsto mediante a garantia de.

- I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II – progressiva universalização do ensino médio gratuito;

- III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV – atendimento em creches e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;
- V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
- VII – atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares e de material didático-escolar, transporte, alimentação e a assistência à saúde (CRESS-SP, 2006, p. 193).

Embora seja dever do Estado, a gratuidade no ensino fundamental e médio, especialmente, a legislação prescreve que o ensino no país é livre a iniciativa privada, desde que cumpra e atenda a algumas normas gerais da educação nacional, bem como a aquisição da autorização e avaliação de qualidade, através do Poder Público.

O artigo 211 prescreve o regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e a União tem a função de organizar e financiar o sistema federal de ensino, “prestando assistência técnica e financeira aos Estados e Municípios, que devem atuar prioritariamente no atendimento à escolaridade obrigatória” (GADOTTI, 2000, p. 28).

O Sistema Nacional de Ensino é constituído por sistemas públicos e/ou instituições públicas ou privadas que prestam serviços na área da educação e visam assegurar a unidade de sistemas contendo um mesmo padrão de qualidade no âmbito nacional. No âmbito dos estados, é constituído pela rede pública e privada e os “órgãos e serviços estaduais de caráter normativo, administrativo e de apoio técnico” (GADOTTI, 2000, p. 28) denominando-se Sistema de Ensino dos Estados. Nos municípios faz parte do Sistema de Ensino dos Municípios a rede pública e privada, bem como órgãos que prestam serviços de educação dentro de sua jurisdição.

A legislação ainda privilegia, além das instituições públicas e privadas de ensino, instituições que prestam serviços de educação, mas que não se caracterizam como públicas porque são não-governamentais que não prevêm fins lucrativos, logo, trata-se de instituições que se caracterizam por serem da iniciativa privada, mas que prestam serviços

de educação sem fins lucrativos. Assim, o Artigo 213 trata que os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, comunitárias, confessionais ou filantrópicas. Porém, para se ter acesso aos recursos públicos, conforme estabelecido pelo CRESS-SP (2006) é necessário que as instituições Comproven finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação, assegurem à destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades (CRESS-SP, 2006, p. 195).

Diante desta caracterização das instituições filantrópicas não podemos deixar de citar a reflexão de Bressan 2001 quando comenta que a perspectiva da garantia de direitos, da concretização de uma cidadania fundada no acesso e garantia dos bens materiais, sociais e morais, nos remete necessariamente e compreender o que vem ocorrendo na última década, enquanto estratégia de desmonte do sistema de garantia de direitos conquistados até então. Enquanto no cenário europeu o “Estado de Bem-Estar Social” passa a sofrer críticas a partir da década de 80, temos, paradoxalmente, no Brasil, neste mesmo período, um movimento voltado para a garantia e efetividade na cidadania. Segundo José Paulo Netto é com a constituição de 1988 que o movimento democrático e popular avança em conquistas significativas no plano jurídico/legal.

Porém, esta “pequena caminhada” não terá crescimento, pois já na década de 90, quando essas mesmas forças democráticas e populares buscam a construção de um Estado de Bem-Estar social, vão se confrontar com o movimento neoliberal iniciado nas décadas anteriores. Bressan (2001) destaca que estamos vivenciando é uma crescente polarização: de um lado vivemos um processo de concentração de renda e riqueza em índices nunca vividos anteriormente em nossa história; e, de outro, um crescente processo de exclusão social, em que a grande massa da população sequer tem a possibilidade de acessar aos mínimos necessários à sua segurança e sobrevivência, vulnerabilizando cada vez mais a população trabalhadora.

Yasbeck (1997), também aponta este fator enquanto uma crescente subordinação das políticas sociais à lógica capitalista do mercado, chamando atenção que:

Com a crescente subordinação das Políticas Sociais à lógica das reformas estruturais para a estabilização da economia, mesmo que não se avance para a privatização total da área social, constata-se uma redução das responsabilidades do Estado no campo das políticas sociais. “A redução de recursos tem significado uma deteriorização dos Serviços

Sociais públicos, compreendendo a cobertura universalizada, bem como a qualidade e a equidade dos serviços.” (YAZBECK, 1997, p. 9).

Acreditamos que esta realidade da política social nos direciona para a possibilidade de inserção do profissional de Serviço Social, na Política Social da Educação, este segundo Bressan (2001) se constituirá em uma parceria importante e que somará esforços na busca de soluções que venham amainar alguns problemas reconhecidamente instalados na Educação Pública, no tocante ao **direito ao acesso e permanência do aluno na Escola**. Sabemos, ainda, que outras dificuldades devidamente detectadas (e que não foram aqui indicadas), poderão ser mais bem enfrentadas, com a participação do Serviço Social, levando em consideração o seu trânsito junto às organizações que têm seus interesses voltados para as causas que dizem respeito ao tema em pauta.

Pretendemos situar a unidade social da Província Marista Brasil Centro Sul: o Colégio Marista e Municipal São José (CMMSJ), espaço da nossa atuação profissional que será apresentado a seguir:

2.2 COMPREENDENDO A EDUCAÇÃO MARISTA E A IMPORTÂNCIA DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL

Sendo o Colégio Marista e Municipal de São José uma unidade social da Instituição Marista, consideramos importante contextualizar a trajetória da educação Marista verificando em Cavalcanti (2010), que o trabalho social Marista se aproxima dos duzentos anos. Com início na França, o Instituto Marista foi idealizado pelo padre Marcelino José Bento Champagnat (1789-1840) a idéia da sociedade de Maria germinou, concebida e desenvolvida por um grupo de seminaristas com o objetivo trabalhar com as crianças da zona rural desprovidas de oportunidade de educação cristã, os Irmãos Educadores tinham uma proposta de “educação pela presença e acolhida” e levaram os Maristas as destinações mais variadas. Segundo Cavalcanti (2010) eles recebiam apelos de todas as partes do mundo para que implantassem novas unidades educativas. Hoje, a instituição Marista está presente em 76 países, nos quais mais de 44 mil irmãos e leigos estão envolvidos com o atendimento de cerca de 500 mil crianças e jovens de diversas etnias. A distribuição pelos cinco continentes obedeceu a circunstâncias históricas e culturais. A concentração é muito forte na América Latina e mais forte ainda no Brasil, ao qual cabem aproximadamente 30% do total de crianças e jovens atendidos.

Após longa caminhada de luta e reconhecimento o atendimento da Instituição Marista com foco na educação e ação social nas comunidades passa por reflexões principalmente na década de 1990, que veio transfigurar a assistência social no Brasil, pois com a Constituição de 1988, surgiram novas leis, e modificaram-se as relações do Estado com as entidades religiosas e beneficentes, bem como com as organizações não governamentais. A constituição de 1988, chamada de “Constituição Cidadã”, veio alterar, sobretudo, o envolvimento e a participação dos cidadãos nas questões que lhes dizem respeito.

Conforme estudo de Cavalcanti (2010), já não se falava mais em pedir favores e sim, exigir direitos; palavras como “caridade”, “ajuda”, foram substituídas por outras, que remetem a justiça, a cidadania, a autonomia, emancipação e solidariedade. Foi a partir da Constituição de 1988, direcionada para garantia dos direitos essenciais ao exercício da cidadania, que a mudança de mentalidade dos brasileiros começou a ser absorvida pelo arcabouço jurídico, e a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado passou a ser reconhecida como política pública, compondo com a saúde e a previdência o tripé da seguridade social. No entanto, os princípios gerais da cidadania na Constituição, no que diz respeito à Assistência Social, foram incorporados somente em 1993, com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

Portanto, verificamos que a Constituição Brasileira de 1988 é o marco legal no que se refere aos avanços na educação, e dessa forma, para além de uma incorporação mais eficaz relacionada à política de Assistência Social, o que guiou as condutas da Instituição Marista no Brasil foi o comprometimento com a Educação. A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aprovada em 1996, foi de grande importância nesse processo. Logo que a Constituição de 1988 foi promulgada, iniciou-se a elaboração de um projeto de LDB que tratou da universalização do direito, contemplando, entre outras coisas, os interesses dos setores menos favorecidos da sociedade. Verificamos que a LDB vem Contrapor a Constituição quando se refere ao dever primeiro da família na garantia dos direitos. com isto aumenta a responsabilização e centralidade das políticas sociais voltadas para as famílias

Saviani (1980) destaca que toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica, portanto, cabe entender a educação como instrumento de luta. Percebemos que as lutas que aconteceram ao longo da história da educação, foram processos de disputa pela hegemonia cultural em diferentes períodos, refletidos na

LDB e na rede de serviços e entidades educacionais, públicas ou privadas, enfim uma ampliação da relação entre a sociedade civil e o Estado, regulamentando a política educacional.

Desta forma, entende-se que a Constituição de 1988 e a LDB/96 (Lei de Diretrizes e bases da educação), propiciaram uma nova configuração ao sistema educacional do país. A LDB avança no sentido de colocar o dever da família na busca dos direitos sociais como a matrícula de seus filhos na rede de ensino e a permanência destes no mesmo. No entanto, estas mudanças para que a educação articule os direitos sociais tem trazido algumas exigências aos profissionais que trabalham na área da educação, especialmente a qualificação dos educadores, que são os atores considerados “a menina dos olhos” da educação. Muito se espera, também, em relação ao “engajamento de profissionais que trabalham com a realidade social” (conf. Fernandes, 2007, p. 53). É desse engajamento que surge o Serviço Social como uma profissão que atua na área da educação.

No que se refere à nova LDB Gadotti (2000) enfatiza que:

Os educadores, nas suas práticas, e a sociedade, através do seu envolvimento com os problemas educacionais, saberão distinguir o que é mais urgente e necessário e o que é possível fazer com ela. Tem-se a certeza de que também o Estado estará atento e aprenderá com esse processo permanente de enfrentamento dos desafios educacionais brasileiros.(GADOTTI, 2000, p. 90).

Gadotti nos desafia a decifrar e enfrentar os desafios educacionais que são refletidos nas instituições e necessitam de intervenção e articulação com as mais variadas formas de representação para a garantia dos direitos sociais. Conforme Cavalcanti, (2010), os Centros Sociais da Instituição Marista fazem parte do sistema de garantia de direitos, atuando na rede de forma preventiva. Como Instituição voltada para a Educação, está presente em espaços representativos e de articulação para a promoção dos direitos da infância e juventude, como conselhos, redes e fóruns que tratam dessa temática, com a finalidade de incidir junto às políticas públicas.

Em termos práticos, surgiram mecanismos nas três esferas da sociedade civil: os Conselhos de Assistência Social, com representantes da administração pública, da sociedade civil e de usuários, o Fundo de Assistência Social e o Plano de Assistência Social. Esse novo modelo de

gestão veio se aliar os outros processos participativos, como os Fóruns e as Conferências da Assistência Social e a organização de coletivos associativos de municípios.

No entanto, Cavalcanti, (2010), ressalta que “a promulgação da lei no papel não garante sua aplicação na vida cotidiana dos cidadãos, revelando a distância entre o direito de acesso à Assistência Social e a prática do favor e da filantropia”. Trata-se, na verdade, de um longo processo ainda em andamento no qual se destaca o papel dos maristas, historicamente afeiçoados à difícil tarefa de transformar princípios em regras para a ação prática e direta.

Portanto, para que a população acesse seus direitos é fundamental o conhecimento e informação da rede sócio-assistencial. Neste aspecto, o profissional de serviço social na educação desempenha importante papel, na perspectiva de conscientização sobre o acesso aos direitos e a luta por cidadania, preparando o indivíduo para enfrentar e defender-se em um cenário atual de desigualdade. Comenta Almeida (2003) que essa relação entre o social e a educação se faz necessária no processo de mudanças, ou seja, a educação por si só não é capaz de garantir uma sociedade mais justa e igualitária, e nesse processo de mudança auto-consciente, a valorização do sujeito se faz necessária.

Destacamos aqui a interface entre Serviço Social e Educação, acreditando que assistentes sociais podem contribuir para as mudanças que correspondem às transformações sociais, uma vez que nossa profissão trabalha no sentido educativo de abrir as consciências dos indivíduos, proporcionarem o diálogo e trabalhar, sobretudo, na perspectiva das relações. Conforme reflexão de Martinelli (1998), a intervenção do Assistente Social é uma atividade veiculadora de informações, trabalhando em consciências, através da linguagem, que por sua vez, envolve uma relação social.

Nesta perspectiva, a Instituição Marista tem se revelado comprometida com o social e com as mudanças necessárias para a garantia do atendimento as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Verificamos em Cavalcanti (2010) que a instituição Marista, atualmente, está organizada em quatro macro-regiões, no Brasil:

Sendo três províncias – Brasil Centro-Norte, Brasil Centro-Sul e Rio Grande do Silva – e o Distrito da Amazônia. A Província Marista Brasil Centro-Sul está presente nos estados brasileiros de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso

do Sul e no Distrito Federal. A responsabilidade pela gestão cabe a três mantenedoras: Associação Brasileira de Educação e Cultura (ABEC), União Catarinense da Educação (UCE) e Associação Paranaense de Cultura (APC). A Rede Marista de Solidariedade, que abrange as três mantenedoras, atua na promoção e na defesa dos direitos da criança e do adolescente. São formadas por 26 Centros Sociais Maristas, cinco unidades do Programa de Ação (Programa de Ação Comunitária e Ambiental) e por um Centro Marista de Defesa da Infância. A Rede oferece também bolsas de estudo para a Educação Básica e para o Ensino Superior, além de promover outras iniciativas e projetos sócio-educativos. (CAVALCANTI, 2010 p.10).

Constatamos que houve um processo de junção das províncias que se fortaleceram através das mantenedoras ABEC e UCE, especificamente, e estas são responsáveis pela gestão dos 26 Centros Sociais Maristas através dos quais recebem atendimento de forma direta e continuada, aproximadamente 10 mil crianças, adolescentes, jovens e famílias, às quais vêm se juntar outros 174 mil atendimentos por meio de programas e projetos que oferecem atividades eventuais. Hoje, a gestão é coordenada pela Diretoria Executiva de Ação Social (DEAS), responsável pelas áreas administrativa e educacional, além de contar com profissionais que atuam no âmbito da sistematização do conhecimento e das relações interinstitucionais.

Destaca ainda, Cavalcanti (2010), que os recursos aplicados nessas áreas da Instituição originam-se em grande parte dos serviços oferecidos pelas mantenedoras, como a Rede de Colégio e a Editora FTD; há também recursos provenientes de parcerias com o Poder Público e com a iniciativa privada. São direcionados para a manutenção e ampliação de serviços, programas e projetos sociais oferecidos às populações em situação de vulnerabilidade pessoal e social, segundo um processo continuado de estudo, sistematização e avaliação.

Uma preocupação da instituição Marista que merece louvor está em privilegiar a instalação dos Centros Sociais em comunidades carentes, ou seja, em situação de extrema pobreza. Conforme a diretriz estabelecida pelo fundador do Instituto Marista e reafirmada por inúmeros documentos recentes, tais como *Missão Educativa Marista: Um Projeto para o nosso tempo*, onde se lê uma interpretação da mensagem do fundador: “Do mesmo modo que Marcelino Champagnat

pensava nas crianças e nos jovens menos favorecidos, ao fundar o Instituto Marista, a nossa preferência deve ser pelos excluídos da sociedade e por aqueles que, por causa de sua pobreza material, não têm acesso à saúde, a uma vida familiar equilibrada, à escolarização e à educação nos valores”.

Sendo assim, os serviços oferecidos para as comunidades de acordo com a realidade e demandas locais privilegiam a participação da comunidade, o exercício da cidadania, a diversidade cultural e o fortalecimento de vínculos. São eles: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Apoio Sócio-educativo, Qualificação Profissional, Orientação Sócio-familiar e Sócio Economia Solidária. Há também outros dois Programas: Biblioteca Interativa e “Vida Feliz”, este último desenvolvido em mais de cem municípios, conforme Cavalcanti (2010).

Este tipo de serviços vai ao encontro das mais diferentes expressões da questão social, e por esse motivo, considera-se que o Serviço Social é uma profissão que também deve inserir-se no campo da educação, uma vez que este espaço é permeado pelo objeto de trabalho do assistente social.

Ao destacar o Serviço social no processo de interface com a educação é importante situar a profissão, conforme Iamamoto (1982),

O serviço social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, emergindo novas formas da questão social, que não apenas o desenvolvimento da classe operaria e seu ingresso no cenário político da sociedade exigindo reconhecimento enquanto classe. Mas também, é a manifestação, no cotidiano da vida social da contradição entre proletariado e a burguesia o qual passa a exigir outros tipos de intervenção além da caridade e da repressão, o Estado passa a intervir com regulamentações jurídicas e formulação de políticas sociais. (IAMAMOTTO: 1982 p. 71).

A autora destaca as novas formas da questão social que se manifestam no cotidiano institucional em que atua o assistente social, para além das questões de classe.

Por sua vez, Martins (2001), destaca que a prática do Assistente Social foi demandada pela conformação das classes subalternas, produzindo um efeito não só material, mas também no campo dos desconhecimentos, valores, comportamentos, culturas, interferindo na vida dos sujeitos. Assim, constatamos que o Serviço Social tem se destacado como uma importante profissão, nos objetivos a que se propõe o trabalho social no Colégio Marista.

Para entender sua atuação em Santa Catarina, verificamos em Cavalcanti, (2010) que a presença Marista se deu primeiramente através da atuação de irmãos da Província do Brasil Central, que se firmaram nas escolas do município de Caçador (Santa Catarina) em 1938, e em Jaraguá do Sul (Santa Catarina) em 1941. Em seguida, os irmãos da província do Rio Grande do Sul fundaram escolas em Joaçaba, em 1943 e, bem mais tarde, em 1959, nas cidades de Chapecó, Joinville, São Bento do Sul e Canoinhas, todos os municípios do Estado de Santa Catarina. Conforme Cavalcanti, (2010):

O objetivo maior em Santa Catarina era formar novos irmãos maristas através dos centros de formação para jovens, mas sem esquecer a educação da juventude em escolas de orientação católica, algumas das quais deram origem a estabelecimentos de nível superior. Igualmente notáveis foram as escolas técnicas como a de Criciúma, que foi assumida pelos irmãos maristas na década de 1960, e o Abrigo de Menores de Santa Catarina em Florianópolis, nos anos de 1940 – ambas sob responsabilidade dos maristas do Rio Grande do Sul. Foi também na região de Santa Catarina que se originou o programa Vida Feliz em atividade até os dias de hoje. (CAVALCANTI, 2010, p. 65).

A atuação Marista em Santa Catarina priorizava a formação, mas a partir da década de 90, os Maristas foram encaminhando suas ações priorizando uma aproximação planejada com as famílias mais vulneráveis através de duas frentes:

A primeira delas optava pela trilha segura das escolas formais gratuitas, historicamente testadas e aprovadas por gerações de professores e de irmãos maristas. Concordavam eles que as exigências da solidariedade pediam algo novo, mas acreditavam que a abertura de Centros Sociais com projetos de educação não formal, sem planejamento cuidadoso, seria uma ação precipitada, acarretando muitos riscos e resultados nebulosos. A outra via, ao contrário, afirmava que não havia tempo a perder e que “aprender fazendo” seria uma boa maneira de transformar os Centros Sociais em realidade. (CAVALCANTI, 2010, p. 132).

Atentos às diversas dimensões da realidade social, os maristas têm multiplicado parcerias específicas com organismos públicos e privados. Para Cavalcanti, (2010), esta, aliás, é uma atitude muito coerente com os valores da Instituição, sempre abertos a entendimentos e parcerias com diferentes atores sociais, sejam eles os próprios educandos, suas famílias, membros da comunidade, organismos do governo, iniciativa privada e organizações não governamentais. Com esse trabalho em rede podem ser alcançados os objetivos de autonomia, mobilização e formação de cidadania.

Através desta idéia de parcerias, e com o objetivo de atender as famílias em situação de vulnerabilidade social, os Maristas abriram vários estabelecimentos gratuitos, como a Escola Ecológica Marcelino Champagnat, em Almirante Tamandaré, o Centro Social Marista Santa Mônica, em Ponta Grossa, ambos no Paraná, **O Colégio Municipal Marista São José, em Santa Catarina**, e a Escola e Centro Social Marista Ir. Francisco Rivat, em Samambaia, Distrito Federal. Já na vertente socioeducativa a grande novidade foi o Centro Social Marista Ir. Lourenço, na Vila Progresso, área empobrecida de São Miguel Paulista, periferia de São Paulo.

Diante desta contextualização destacamos que após 2004, o profissional de serviço social é inserido gradativamente nos Centros Sociais e nas instituições Maristas, e a partir desta data, estas unidades sociais passam a valorizar a categoria profissional que passa a ocupar mais um importante campo de trabalho na área da educação. Concordamos com Almeida (2000), quando afirma que:

O campo educacional torna-se para o Assistente social hoje não apenas um futuro campo de trabalho, mas sim um componente concreto de seu trabalho em diferentes áreas de atuação que precisa ser desvelado, visto que encerra a possibilidade de uma ampliação teórica, política, instrumental da sua própria atuação profissional e de sua vinculação as lutas sociais expressam na esfera da cultura e do trabalho, centrais nesta passagem de milênio. (ALMEIDA, 2000, p. 74).

Portanto, cabe ao Assistente social atuar na gestão das políticas sociais numa relação direta com a população usuária desempenhando um papel fundamental enquanto operador de políticas articulando com a instituição e contexto escolar o desafio da garantia dos direitos sociais, pois conforme ressalta Bressan (2001): compreender a educação como uma Política Social que tem o compromisso de garantir direitos sociais, indica também uma reformulação e/ou ampliação do conceito de educação, onde precisa ser assimilado a partir da perspectiva de sua produção social e do papel que a escola assume na sociedade. Uma possibilidade de articulação e interface do serviço social com o contexto escolar.

Com o propósito de desvelar nosso campo de atuação apresentaremos no seguinte item, a unidade social: Colégio Marista e Municipal de São José (SC) ressaltando sua importância na comunidade.

2.3 CONTEXTUALIZANDO A UNIDADE SOCIAL: COLÉGIO MARISTA E MUNICIPAL SÃO JOSÉ (CMMSJ) E O SEU TERRITÓRIO DE ABRANGÊNCIA

Concebemos a escola como um espaço de política social, enquanto instituição formal de ensino que deve ser compreendida como parte integrante de um todo social. Como Instituição social ela exerce a função de socializar os conhecimentos historicamente construídos articulando-os com a realidade social (problemas e/ou necessidades sociais), com a finalidade de instrumentalizar o sujeito a compreender e intervir na realidade.

O Serviço Social contribui para que a população desfavorecida economicamente e socialmente tenha um acesso aos bens e serviços públicos e privados. Segundo a visão de GENTILLI (1998) sobre a formação da profissão, o Serviço Social é socialmente demandado a

“interferir exatamente na correção dos efeitos perversos de uma sociedade desigualmente assimétrica em termos de renda, classe e poder” (GENTILLI, 1998, p.129).

Quando ressaltamos que a escola é parte integrante de um todo social identificamos a necessidade de diagnosticar a abrangência do campo de atuação profissional, ou seja, o território onde a unidade social encontra-se inserida. Verificamos no documento institucional: “Relatório da análise situacional do CMMSJ/2005”, fundamentado em dados do IBGE (2005) que o CMMSJ está localizado no município de São José fundado pelos primeiros colonizadores açorianos em 26/10/1750, e que integra, junto com outros municípios, a região da grande Florianópolis.

De acordo com os dados do IBGE/2005, São José possui uma população de 201.000 habitantes distribuídos nos seus 116 Km², é o quarto município de Santa Catarina em população e eleitores, e o segundo em maior número de hab./km² do Estado. Isso implica em conviver com o desafio de uma cidade que cresceu de forma desordenada, acumulando as virtudes e mazelas dos grandes aglomerados urbanos.

Apesar de ser um município de pequena extensão territorial, é dividido em três distritos administrativos: Sede, Barreiros e Campinas. O maior em extensão é o distrito Sede e o mais populoso o de Barreiros, com aproximadamente 80 mil habitantes.

O Distrito de Barreiros foi criado em 1959, assim conhecido por ser uma área bastante encharcada e barrenta junto ao mar. Barreiros possuem atualmente, uma infra-estrutura digna de um município, apresentando um comércio diversificado, pequenas indústrias, prestadoras de serviços, bancos, posto de saúde e escolas.

O crescimento urbano desenfreado a que foi submetido o Distrito de Barreiros a partir da década de 70, levou a criação de inúmeros loteamentos e condomínios, alguns legais, outros clandestinos sem nenhuma infra-estrutura.

O loteamento do Jardim Zanellato totaliza uma área de aproximadamente 227.186 m², está localizada no distrito de Barreiros, que se situa geograficamente na bacia hidrográfica do rio Três Henriques, entre as comunidades de Areias e Potecas.

O Jardim Zanellato é o loteamento onde o CMMSJ, está situado desde 1996. No início, a localidade caracterizava-se como um loteamento cujas encostas possuíam acentuada declividade, onde a vegetação local era totalmente descaracterizada pela implantação de pastos e habitações em condições precárias, apresentando uma situação

de risco potencial de deslizamentos, faltam saneamento básico, esgotos a céu aberto e coleta de lixo precária. Além da situação de risco dos habitantes, outra referência física dos limites era a rede de alta tensão de ELETROSUL, alvo futuro da implantação da Avenida das Torres. Tal realidade revelava uma comunidade em situação de vulnerabilidade social.

O Colégio Marista e Municipal de São José é uma parceria da UCE – união Catarinense de Educação e a Prefeitura Municipal de São José. Esta parceria foi firmada no dia 14 de fevereiro de 1996, sendo a Prefeitura responsável pelo patrimônio, e a merenda escolar, e a UCE se pela administração da instituição, salários dos professores e demais funcionários, materiais pedagógicos e a manutenção do prédio. O CMMSJ inicia as atividades no Loteamento Jardim Zanellato em 1996, atendendo alunos da educação infantil e ensino fundamental I e II, distribuídos nos períodos matutino, vespertino e noturno.

Quando o CMMSJ iniciou suas atividades existiam muitos problemas de infra-estrutura do bairro, que foram sendo solucionados nos primeiros anos da escola, como: pavimentação, construção do Posto de Saúde, do Centro Comunitário, de muros e de telas de proteção ao redor do Colégio. A comunidade passou a acessar a escola como parceira na busca de Políticas Públicas.

Conforme indica Cavalcanti (2010):

No seu segundo ano de funcionamento já havia 725 alunos matriculados na Educação Infantil e Ensino Fundamental; número que veio confirmar o acerto dessa iniciativa, pois todas essas crianças eram provenientes da comunidade local e viviam num contexto de vulnerabilidade. (CAVALCANTI, 2010, p. 134).

Este autor também ressalta que em pouco menos de quinze anos, o progresso econômico da região, apoiado e impulsionado pela presença do Colégio, trouxe asfalto, coleta de lixo, posto de saúde, policiamento e outros benefícios para a comunidade local.

Verificamos no Projeto Político Pedagógico do CMMSJ, que o objetivo inicial do colégio era promover uma educação pautada nos valores Maristas cuja Missão institucional era: “Testemunhar e anunciar os valores evangélicos e Maristas, atuando a serviço da vida no campo da educação e da cultura, especialmente entre crianças e jovens, na

construção de uma sociedade fraterna e solidária”. Ou seja, o CMMSJ valorizava muito a disciplina e boa convivência na escola.

Concordamos com Martins, 2001 quando afirma que a escola ao constituir-se como um espaço de contradições, pode ser vista como:

Um lócus rico de possibilidade de ações interventivas, na direção do fortalecimento da democracia e da conquista da cidadania. Este contexto confere ao Serviço Social um papel relevante, pois lhe apresenta demandas com as quais trabalha no seu cotidiano. (MARTINS, 2001, p. 01).

Através das demandas do cotidiano iniciamos esta relação escola/realidade social decifrando nos atendimentos as necessidades e possibilidades de ação. Nesta época, o profissional de Serviço Social foi fundamental na articulação: escola e realidade social. Neste sentido, apresentaremos a seguir, a trajetória da implantação do serviço social na instituição e suas atribuições.

2.4. O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO E AS POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO.

Ao relatar sobre o o Serviço Social do CMMSJ consideramos fundamental contextualizar inicialmente a profissão e sua inserção na área da educação.

Entende-se que o profissional de Serviço Social atua num campo onde a prática é tencionada tanto pela finalidade pelo qual foi requisitado historicamente (criar consensos na sociedade) como também pelos preceitos contidos no Projeto Ético-Político da profissão. O Serviço Social é uma profissão de cunho educativo, cuja prática, desempenhada tem uma função pedagógica que pode estar tanto vinculada à manutenção da ordem, como a uma perspectiva emancipatória. Conforme coloca Abreu (2002), esta pedagogia emancipatória constitui-se a partir de dois elementos fundamentais: a participação e a democracia.

Chauí (1996) também é defensora da democracia, entendida aqui como algo que não se reduz a um regime político que apenas escolhe seus representantes, mas a democracia como um elemento que dá condição para a instituição de direitos ao considerar “o conflito legítimo e legal, permitindo que seja trabalhando politicamente pela própria

sociedade” (CHAUI, 1996, p. 431). Nesse processo, a participação é ponto fundamental, pois sem participação não há democracia.

O período pós ditadura representa uma maturidade teórica no projeto ético-político da profissão, determinando um conjunto de leis e regulamentações para sua sustentação. Entre eles: o Novo Código de Ética do Assistente Social; a Lei de Regulamentação da Profissão, ambas de 1993, além das Diretrizes Curriculares dos Cursos de Serviço Social, de 1996, e as legislações sociais que não são específicas da profissão, mas que referenciam e o orientam o exercício profissional na garantia dos direitos: Estatuto da Criança e do Adolescente/1990 (ECA); a Lei Orgânica da Assistência Social/1993 (LOAS), Lei Orgânica da Saúde/1990 (LOS), etc.

Constata-se que na última década do século XX, a profissão passou por mudanças e necessitou de uma nova regulamentação, que se deu com a lei nº. 8662/93, bem como com um novo Código de Ética, expressando o projeto político da profissão, o qual é comprometido com a democracia e com o acesso universal aos direitos sociais, civis e políticos, dentre outros princípios fundamentais. Nesse sentido, atuando no campo das diferentes políticas sociais, saúde, assistência social, educação, previdência social, etc.

O Código de Ética de 1993 vem assegurar os princípios fundamentais, com o qual o reconhecimento da liberdade é o valor central na escolha de alternativas, numa perspectiva autônômica, emancipatória e de plena expansão dos indivíduos sociais.

A profissão prioriza os princípios da equidade e justiça social, buscando a universalização do acesso a bens e serviços que dizem respeito às políticas e programas sociais. Além disso, a ampliação e consolidação da cidadania são princípios que remetem à garantia dos direitos sociais, civis e políticos das classes trabalhadoras. A dimensão democrática desse projeto considera a democracia como um meio de socializar a participação política e riqueza socialmente produzida.

A trajetória dos assistentes sociais no que se refere ao acúmulo teórico profissional no campo das políticas sociais e em particular, da assistência, tem sido um dos principais fatores de reconhecimento de sua presença em diferentes áreas de atuação. Para Almeida, (2003), a efetiva inserção dos assistentes sociais expressam movimentos e processos concretos de organização dos serviços sociais no âmbito de estruturas institucionais historicamente construídas.

Alguns trabalhos têm contribuído para a discussão da atuação do profissional de serviço social na área da educação, conforme aponta Bressan (2001), desde a década de noventa destacam-se exemplos de

contribuições como a de BACKHAUS (1992), CAMARDELO (1994), ALMEIDA (1992) e as significativas comunicações (relatos de experiências) no campo da Educação, registradas no VIII e IX Congresso Brasileiro de Assistência Social (CBAS) realizados concomitantemente em 1995 (Salvador) e em 1998 (Goiânia). Desde então, a discussão vem se configurando, enquanto demanda crescente aos profissionais de serviço social, produzida com significativos avanços.

Além da participação da categoria em debates, encontros e congressos que discutem a importância da inserção do serviço social na educação, vários projetos de lei tem surgido para fortalecer esta luta. Como exemplo, destacamos o projeto de lei original nº. 3.688 – B de 2000, do Deputado José Carlos Elias, o Congresso Nacional decreta no 1º artigo, a inserção do assistente social no quadro de profissionais das escolas públicas, visando o acompanhamento dos alunos na escola e na comunidade. O projeto foi elaborado com a justificativa de que as taxas de adesão e repetência escolar são constantes, sendo causados, geralmente, por fatores relacionados às precárias condições sócio-econômicas e culturais das famílias dos educando. Sendo assim, o acompanhamento do assistente social, visa auxiliar à família e educando na busca da redução das negativas conseqüências advindas das dificuldades existentes. A atuação deste profissional refletirá a diminuição da evasão escolar e servirá de apoio à ação do pedagogo e/ou educador, resultando em melhorias nos níveis de aprendizagem dos educando e ainda pode atuar na prevenção ao uso de drogas.

Sobre a inserção do serviço social na educação, Santana (2006) afirma que esta experiência não é nova e que há muitos anos temos a figura do assistente social neste campo destacando que é na contemporaneidade, especificamente a partir da década de 1990, que a educação vem se fortalecendo como campo de atuação. Mesmo assim, a educação, ainda tem se constituído em um espaço pouco nítido e frágil no que concerne à permanência do assistente social.

Importante contribuição em relação à inserção do serviço social na área da educação, também é considerada a de Almeida (2003), que ressalta a notoriedade da emergência dessa profissão, que em muito se deve a três tendências observadas no campo das políticas sociais a partir dos anos 1980:

- a) O enfrentamento da pobreza a partir de políticas públicas que estabelecem condicionalidades em relação à educação escolarizada;

- b) A interface de diferentes políticas setoriais, em especial aquelas dirigidas aos segmentos sociais em situação de vulnerabilidade social, tornando o acesso à educação escolarizada um marco na afirmação dos direitos sociais de crianças e jovens;
- c) O alargamento da compreensão da educação como direito humano, adensando as práticas sociais organizadas em torno de diversos e abrangentes processos de formação humana, criando uma arena de disputas ideológicas fortemente mobilizadoras dos paradigmas educacionais em disputa no âmbito do Estado e da sociedade civil como os de: empreendedorismo, empregabilidade e emancipação.

Compreendendo que a inserção do assistente social na educação não se constitui em um fenômeno recente, Souza (2005), investigando e refletindo obras sobre a intervenção do assistente social nessa área, registra que desde a década de 30, esse é um espaço de significativa contribuição do profissional, dada à dimensão educativa e política que caracteriza o seu saber e fazer. A intervenção educativa, para a autora, objetiva desconstruir as formas defensivas de um comportamento instalado.

Por sua vez, Backhaus (1992), aponta que até há pouco tempo, a compreensão da escola sobre o trabalho do serviço social restringia-se ao nível do assistencialismo – uma profissão voltada para resolver os males sociais, contribuindo na restauração do bom funcionamento da estrutura escolar. No entanto, ao atuar no espaço escolar, a autora pôde construir junto à equipe pedagógica, e aos próprios alunos, outra visão do trabalho do assistente social nesse cenário “[...] o papel do serviço social passou a ser interpretado pela Escola “de uma maneira mais consistente”, percebendo a necessidade de um trabalho articulado, fomentando o diálogo, as trocas de saberes e experiências (BACKHAUS, 1992, p. 53)”.

Quanto a essa questão, verificamos que Souza (2005) resgata a obra “Serviço Social, Infância e Juventude Desvalida”, lançada em 1939 (e reeditada em 1985), na qual a autora procura situar as idéias e técnicas que perpassam o mundo do Serviço Social, e o alcance desta profissão em diferentes áreas de atuação. Nesta obra, a escola, é registrada como espaço de ação social que deve, pelo menos, prestar o seu subsídio de informações sobre a vida das crianças que a freqüentam. É concebida como uma agência social que se transformou em lugar de preparação para a vida, onde se há de viver plena e harmoniosamente.

Sua tarefa é estender até o lar a sua atividade educativa do caráter, da personalidade da criança no seu meio familiar, compreendendo o alunado de acordo com as influências ambientais, no intuito de modificá-lo para facilitar o trabalho educativo de ajustamento social. Com essa visão, a autora questiona: como o Assistente Social contribui na escola? A ação do Serviço Social vem apoiar-se como agente de ligação entre o lar (a família), a sociedade e a escola para dar unidade à ação educacional, criando um conjunto de medidas de ajuda às famílias através do provimento de necessidades básicas de subsistência, de vida higiênica e sadia. Como declara Pinheiro (1985, p. 45):

[...] só o Serviço Social pode criar esse ambiente, pela impossibilidade dos professores cuidarem, simultaneamente, dos alunos e dos pais. O entrosamento da escola ao lar requer tempo, paciência, compreensão e trabalho constante das assistentes sob formas inteiramente diversas das dispensadas pelo mestre ao discípulo. O Serviço Social deverá, pois, para desenvolvimento pleno de sua atividade, ser dividido por zonas, onde cabe conhecer as condições locais, materiais e sociais, de modo a deduzir as suas necessidades imediatas.

A inserção do assistente social na área da educação não só abriu perspectivas para o exame neste campo, enquanto área de interesse profissional para o assistente social, mas também em relação a tantas outras políticas setoriais ou áreas de atuação do Estado.

Para a intervenção das demandas do Serviço social no espaço escolar, verificamos que conforme o CFESS (2001) cabe ao assistente social:

Desenvolver atividades técnicas profissionais, além das competências e atribuições prescritas nos artigos 4º e 5º da Lei 8662/93, são funções deste profissional, no âmbito escolar: realizar pesquisa sócio-econômica e familiar para caracterizar a população escolar; elaborar e executar programas de orientação sócio-familiar, visando à prevenção da evasão escolar melhoraria do desempenho escolar e formação para a cidadania; participar, junto a outros profissionais, da elaboração de programas de esclarecimentos informações e

prevenção da violência, uso de drogas, alcoolismo, entre outros; articular-se com a rede nos encaminhamentos das demandas; realizar visitas domiciliares para conhecimento da realidade sócio-familiar do educando, possibilitando à assistência e o encaminhamento; elaborar e desenvolver programas específicos nas escolas com classes especiais. (CFESS, 2001)

Diante destas atribuições verificamos que os profissionais de serviço social estão cotidianamente em contato direto com as novas demandas do cotidiano, o que os “obriga” a se qualificarem continuamente, tendo em vista, o acúmulo de informações sobre a realidade para o acompanhamento e enfrentamento das expressões da questão social, seja através de programas, projetos ou políticas sociais.

Verificamos em Souza (2008), que o Assistente Social é um profissional envolvido em projetos coletivos, (órgãos de classe, Conselho, Associações), debates sobre temas da atualidade, consciente dos desafios societários, autor, ator, construtor e aprendiz da história dos sujeitos sociais. Em seu emergir como profissão, o serviço social, sendo executor de políticas e programas sociais, “[...] toma parte, tanto no Brasil quanto demais países modernos, dos processos de controle social [...]” desenvolvendo e adotando como parâmetro a normalização das relações sociais, cujos usuários de seus serviços teve e tem garantido alguns de seus direitos civis, sociais e políticos. (GENTILLI, 1998, p. 98-102).

Verificamos em Souza (2008), que cabe ao serviço social na área de educação e no espaço escolar:

- 1 Dar suporte á equipe da escola;
- 2 Ajudar no processo educativo como elemento de formação humana e política;
- 3 Atender as necessidades essenciais que contribuem para a minimização da evasão escolar;
- 4 Trabalhar no espaço escolar como lugar de formação social e política;
- 5 Envolver escola, família, e comunidade;
- 6 Capacitar à equipe escolar, desenvolvendo um trabalho articulado;
- 7 Promover a interlocução com o sujeito sociocultural;
- 8 Desenvolver trabalhos preventivos com as famílias;
- 9 Trabalhar valores éticos com educados e educadores;

- 10 Trabalhar com a inclusão de alunos portadores de necessidades especiais;
- 11 Atuar com o corpo pedagógico da escola, contribuindo na resolução de alguns problemas sociais enfrentados pela escola e que de certa forma se reflete na comunidade;
- 12 Participar na elaboração do projeto político – pedagógico;
- 13 Contribuir para garanti a universalização de direitos ao universo escolar (direito a permanência, a inclusão escolar);
- 14 Contribuir na formação de redes multiprofissionais.

Diante destas questões, verificamos a importância da intervenção do profissional de serviços social nas escolas e que este contribui significativamente no trato dos problemas e desafios postos nestes espaços institucionais, sobretudo porque o Serviço Social como profissão tem uma dimensão educativa que:

Frente às mudanças sociais, pode desenvolver um trabalho de articulação e operacionalização, de interação em equipe, de busca de estratégias de proposição e intervenção resgatando a visão de integralidade e coletividade humana e real sentido da apreensão e participação do saber. (SOUZA, 2008, p. 02).

Conforme destaca Abreu (2008) o Assistente Social tem uma função pedagógica em suas diversidades, determinada pelos vínculos que a profissão estabelece com as classes sociais e se materializa, fundamentalmente, por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos no processo da prática.

A principal contribuição do serviço social nas escolas para implementar uma gestão democrática ocorre ao atuar no processo de conscientização acerca da importância da participação dos diferentes sujeitos para pensar o cotidiano da instituição escolar.

No âmbito da educação escolar, verificamos em Souza, (2008) que o assistente social interage com três grupos de protagonistas: discentes (e suas famílias), docentes e gerenciadores técnicos administrativos do processo pedagógico. O seu papel nessa relação é multifacetado, mas dentro de uma lógica particular de saberes e ações. Ou seja, o Assistente Social ao trabalhar em uma equipe interdisciplinar pode observar o olhar do outro sobre dada situação ou sujeito, e

apresentar seus próprios conceitos, representações que definem a sua postura e ação profissional.

Assim sendo, Morin (2003) nos alerta que a educação para a cidadania deve ser uma educação contextualizada, global, multidimensional e complexa. Portanto, o indivíduo também deve ser visto como um ser global, inserido numa família e na comunidade.

Neste sentido, a educação precisa trabalhar com os educandos, as famílias e a comunidade, visando a formação para o exercício da cidadania, rompendo com a lógica de que a educação se restringe à escolarização, baseada apenas em conteúdos didáticos. É fundamental utilizar o espaço da escola para a formação de cidadãos conscientes críticos e autônomos, conscientes no sentido de obter informação que possibilite a prática da cidadania.

Segundo Novais (2001, p. 13), o profissional do Serviço Social deverá através desta desenvolver as seguintes atividades:

- Pesquisa de natureza sócio-econômica e familiar para a caracterização da população escolar;
- Elaboração e execução de programas de orientação sócio-familiar, visando prevenir a evasão escolar e melhor o desempenho e rendimento do aluno e sua formação para o exercício da cidadania;
- Participação, em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência; o uso de drogas e o alcoolismo, bem como visem prestar esclarecimento e informações sobre doenças infecto-contagiosas e demais questões de saúde pública;
- Articulação com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades;
- Somente com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio-familiar do aluno, de forma a possibilitar assisti-lo e encaminhá-lo adequadamente;
- Elaboração e desenvolvimento de programas específicos nas escolas onde existem classes especiais;
- Empreender e executar as demais atividades pertinentes ao Serviço Social, previstas pelos artigos 4º e 5º da lei 8662/93 (NOVAIS, 2001, p. 13).

Diante deste contexto histórico do serviço social na educação pretendemos situar nossa experiência enquanto assistente social, verificando nos relatórios institucionais (PPP e PSE) que o Serviço Social está presente no Colégio Marista e Municipal São José desde a ocasião da sua fundação, em 1996.

2.4.1 A inserção do profissional de serviço social no CMMSJ: histórico e atribuições

Conforme dados do PSE - Projeto Político Pedagógico (2006), a primeira Assistente Social contratada pelo CMMSJ desenvolveu ações de mobilização da comunidade através de encontros com as lideranças e representantes de associações do bairro, contribuindo assim para a organização comunitária. Dentro deste processo político-organizativo foi realizado também um levantamento sócio-econômico das famílias atendidas, cujo objetivo era traçar o perfil da clientela (assim era chamado o usuário no início).

A falta de estrutura do bairro e as precárias condições de saneamento básico oportunizaram o surgimento de doenças tais como leptospirose e verminoses. Na escola, as crianças refletiam estas condições na falta de higiene, descuido com o lixo, e outros. Diante desta questão, o Serviço Social da escola realizou na comunidade um trabalho de conscientização dos problemas de saneamento e higiene existentes no bairro junto com profissionais da área da saúde.

Em 1997, a Assistente social que integrou a equipe do CMMSJ para dar continuidade aos trabalhos do Serviço Social na escola, ficou na instituição apenas durante um mês.

Posteriormente, assume o Serviço Social da escola a terceira Assistente Social, que segundo a direção, passou a desenvolver um trabalho mais interno, de acompanhamento dos alunos. Diante das demandas e situações de conflitos que lhe eram postas, realizava encaminhamentos aos órgãos e serviços competentes. Buscava no seu cotidiano envolver as famílias e os professores no processo de trabalho profissional. Como as dificuldades e carência sócio-econômica das famílias começaram a ser mais conhecidas pela escola, algumas famílias passaram a receber cestas básicas que eram doadas (por pessoas voluntárias que tinham conhecimento do trabalho dos Maristas como: advogados, empresários) à escola para serem repassadas para famílias da comunidade.

Em agosto de 1998 inicia a nossa intervenção profissional no Colégio Marista, sendo que na seqüência de contratações, fomos a quarta assistente social da instituição. Objetivando dar continuidade ao processo de intervenção iniciado pelas três profissionais que me antecederam, procuramos registros, documentos ou dados e lamentavelmente não encontramos nada que pudesse nos orientar para uma continuidade de um possível trabalho iniciado. De acordo com depoimentos do diretor da escola, houve perda da documentação. A orientação que recebemos foi a de “atender pais e alunos, nas suas dificuldades e buscar possíveis encaminhamentos”. Atuando junto ao setor de serviço social do CMMSJ, passamos a criar instrumental para os atendimentos, tais como: ficha de atendimento, ficha de encaminhamento, bilhete aos pais/ responsáveis, modelo de relatórios, etc.

Verificamos que no primeiro Projeto Político Pedagógico da escola realizado em 1999, no organograma da Instituição, o serviço social estava como responsável pelo setor de Orientação Educacional. A instituição entendia que o Assistente social poderia desempenhar esta função. Após reflexões junto à equipe pedagógica, sobre as atribuições que a profissional de serviço social já desenvolvia no CMMSJ, foram sugeridas para constar no PPP as seguintes atribuições:

Art. 48: O Serviço de Assistência Social tem por objetivo atender e orientar os alunos nas suas dificuldades envolvendo suas famílias, buscando uma conscientização e resgatando a cidadania desta clientela.

Art. 49: Compete ao Serviço Social

- Atender e orientar o aluno em suas dificuldades seja na escola ou na família;
- Proporcionar condições necessárias para desvendar o problema, criando um ambiente favorável para que o aluno tenha confiança em revelar seu problema;
- Buscar alternativas imediatas frente ao caso apresentado;
- Convocar os pais ou responsáveis para conversar;
- Realizar encaminhamento necessário para amenizar ou solucionar o problema;

- Realizar visitas domiciliares às famílias dos alunos;
- Atender e orientar as famílias em suas dificuldades;
- Resgatar o potencial e a cidadania das pessoas;
- Encaminhar o caso aos órgãos competentes, conscientizando sobre seus direitos.
- Organizar e realizar entrevistas para inscrições de alunos novos;
- Realizar diagnóstico social das famílias;
- Fazer a triagem e seleção dos alunos;
- Autorizar a matrícula do aluno;
- Criar programas e projetos de conscientização e prevenção.
- Orientar os professores a respeito dos alunos atendidos
- Promover trabalhos de grupos com os alunos para discussão de problemas em comum;
- Realizar palestras aos alunos, pais e professores;
- Elaborar relatórios estatísticos mensais encaminhando a UCE;
- Registrar todo atendimento do setor. (Fonte: Projeto Político Pedagógico do CMMSJ ano 2000).

Com base nas atribuições acima verificamos que as mesmas eram focadas nos atendimentos individuais exigindo respostas imediatas aos problemas que surgiam desafiando o serviço social a entender melhor a sua inserção neste espaço sócio ocupacional.

Esta pratica nos reporta ao estudo de Souza (2005), quando destaca que o Serviço Social tinha a função de orientar os alunos e as famílias para manter a ordem social, ajustando os sujeitos aos valores morais da época. Em 1968, ao investigar sobre as “falhas de desenvolvimento na escola pública: um enfoque de serviço social de grupo” Vinter e Sarri (1968), já destacou que a evasão escolar, o fracasso, a insuficiência e a dificuldade na aprendizagem, a má conduta dos alunos interferindo nas aulas e na disciplina escolar eram questões voltadas para o Serviço Social. Entretanto, no entender dos autores, era um trabalho que poderia ser desenvolvido junto com outros serviços da escola, no sentido de contribuição sócio-pedagógica para modificar a percepção e a forma de tratamento que era dada aos alunos mais difíceis.

As atividades desenvolvidas pelos Assistentes Sociais, segundo os autores acima citados, referiam-se: ao trabalho direto com os alunos que apresentavam condutas que interferiam nas aulas e/ou que apresentavam rendimento insuficiente (contatos individuais e em grupo); à mediação com os professores e demais pessoal da escola para falar sobre os alunos que apresentavam dificuldades (era um intercâmbio de informações para se decidir que tratamento seria dado ao aluno com problemas, ou para modificar as práticas dos professores em relação a forma de tratar os seus alunos); à consultoria para os professores, em relação às estratégias para melhorar as aulas, mudanças na política educacional e nos procedimentos da escola; à relação com famílias e instituições das comunidades para solucionar problemas e ajudar a família a participar de programas comunitários que favoreciam crianças com algum tipo de dificuldade. Nessa perspectiva, o assistente social atuava com um público diverso, ocupando um lugar estratégico na escola ao ter contato mais próximo com alunos, professores, demais profissionais, famílias, instituições extra-escolares. Ou seja, o assistente social tinha o papel de estabelecer e fortalecer as relações entre a escola e os pais, integrar as crianças que tinham dificuldades de adaptação à vida escolar e desenvolver seu trabalho em articulação.

Conforme Almeida (2003), a inserção do assistente Social deve expressar uma das estratégias de enfrentamento desta realidade na medida em que represente uma lógica mais ampla de organização de trabalho coletivo na esfera da política educacional. Essa estratégia de enfrentamento requer uma articulação entre as mediações particulares individuais ou coletivas trazidas pelos usuários no cotidiano de trabalho, e as exigências do contexto sócio-econômico, político, imaginário e ideológico.

Verificamos nos registros da instituição que em 2004 com a junção das províncias Marista do Brasil Centro Sul inicia uma articulação entre as unidades sociais e profissionais de serviço social que passam a ter espaço junto à equipe gestora das unidades, participando de encontros de estudos e alinhamento profissional com diferentes unidades sociais sendo que em 2006, a profissão ganha visibilidade através das novas atribuições do serviço social, de acordo com a Política Nacional da Assistência Social PNAS, conforme segue:

Atribuições do Assistente Social no Colégio Marista

1. Ter clareza da Missão Institucional e estar comprometido com a mesma.
2. Elaborar diagnóstico social contribuindo para a análise da realidade, subsidiando os projetos e ações profissionais.
3. Fortalecer a articulação com a Rede Sócio-assistencial e demais atores sociais.
4. Contribuir na captação de recursos para os Serviços e Programas Institucionais.
5. Participar das reuniões da Equipe de Trabalho e prioritariamente responsabilizar-se pelos processos da assistência social.
6. Acompanhar e registrar o atendimento realizado.
7. Realizar visitas domiciliares Institucionalizadas com a finalidade de prestar orientação social a indivíduos, grupos e comunidade, registrando as intervenções através de seus instrumentais técnico-operativos.
8. Promover a participação dos pais e ou responsáveis e comunidade nos projetos e atividades da Unidade de forma articulada.
9. Coordenar as reuniões de pais e ou responsáveis com enfoque social.
10. Trabalhar com as famílias e comunidade local, otimizando os recursos disponíveis da Rede Sócio-assistencial.
11. Articular a implantação e implementação de Projetos Interdisciplinares focados na matricialidade sócio-familiar.
12. Prestar assessoria e apoio a pessoas e grupos em relação às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, político e sociais da coletividade;
13. Contribuir para a integração, o fortalecimento das relações e o funcionamento harmonioso da Unidade.
14. Coordenar a gestão de voluntariado segundo orientações apresentadas no Manual de Ética para Prestação de Serviço Voluntário.
15. Participar do processo de recrutamento e seleção de colaboradores.
16. Contribuir com Equipe de Trabalho na avaliação, organização, planejamento e desenvolvimento do Programa de Formação Continuada.
17. Participar das atividades de formação continuada dos educadores.

18. Planejar as atividades a serem desenvolvidas em sua ausência.
19. Prever, organizar e controlar o material necessário para o desenvolvimento das atividades com antecedência.
20. Seguir os *Procedimentos* da Mantenedora e do SAS na Unidade.
21. Contribuir na articulação e desenvolvimento de parcerias governamentais e não governamentais.
22. Representar a Instituição em Conselhos e Fóruns (instâncias de deliberação e articulação de política) com prévio parecer da Unidade e autorização do SAS.
23. Registrar a Mantenedora/ Unidade nos Conselhos de Assistência e de Direitos da Criança e do Adolescente.
24. Desenvolver projetos alinhados ao Serviço de Apoio Sócio-familiar e Sócio-economia Solidária.
25. Acompanhar todos os processos do Serviço de Aprendizagem Profissional.
26. Sistematizar os projetos e ações do Serviço Social através de seus instrumentais técnico-operativos.
27. Contribuir com a Equipe de Trabalho na sistematização, execução e avaliação do Plano Sócio-educativo, Plano de Ação, Relatório Social Descritivo, Relatório Social Filantrópico, Registro de Atendimento Interdisciplinar, Orçamento Anual, dentre outros, bem como seu registro adequado.
28. Alimentar com informações precisas o SIUS no que tange a área assistência social.
29. Articular a elaboração os instrumentais de assistência social e garantir o encaminhamento dos mesmos dentro dos prazos e pessoas estabelecidas em cronograma.
30. Realizar a seleção dos educandos segundo critérios sociais e pedagógicos, acordados na Equipe de Trabalho.
31. Contribuir na elaboração, execução e avaliação interdisciplinar.
32. Participar da organização e desenvolvimento de atividades coletivas (festas, eventos, celebrações, dentre outros).
33. Orientar, avaliar e supervisionar diretamente estagiários de Serviço Social.
34. Subsidiar tecnicamente as demais áreas da Unidade.
35. Manter a Coordenação Geral e a Direção informada quando houver ocorrências que fujam a rotina.
36. Reportar-se à Coordenação Geral e à Direção.

37. Zelar pelo ambiente utilizado no desenvolvimento das atividades.
38. Estabelecer relação com assistente social de outras Unidades, preferencialmente da mesma cidade, a fim de desenvolver projetos e ações conjuntas e socializar as práticas. (*Documento encaminhado SAS aos Assistentes sociais das unidades sociais da Instituição Marista, 2006.*).

Acreditamos que estas atribuições marcaram o reconhecimento e o avanço profissional do serviço social na instituição, com o objetivo de organizar os projetos institucionais com base em diagnósticos sociais de cada unidade. Estes diagnósticos passam a subsidiar as necessidades da população usuária para implementação de projetos nas unidades. (apresentaremos este diagnóstico social do CMMSJ – ano 2005 quando apresentar-mos a pesquisa sobre as demandas do serviço social).

Concordamos com Souza (2008), quando afirma que o serviço social, ao atuar na área da educação escolar deve e pode ocupar um espaço na comunidade escolar mais ampla. Assim, ele deve estar habilitado para desenvolver estratégias de atuação não apenas a determinados perfis de educando (carentes, desassistidos) e suas famílias, mas, também, contribuindo com a formação social dos educadores, na elaboração e operacionalização de ações conjuntas do projeto político-pedagógico, decifrando a realidade social da escola.

Conforme explicação de Martins (2001):

Considerando que e nesse contexto que se estabelece o trabalho do assistente social, ou seja, na apreensão da questão social e suas múltiplas expressões e na compreensão de como ela e experienciada pelos sujeitos em suas vidas cotidianas, pode-se afirmar que esse profissional tem plenas condições de mediatizar a problemática que se evidencia no espaço sócio-ocupacional. (MARTINS, 2001, p. 28).

Nesse sentido, Martins (2001) destaca a possibilidade de atuação e mediação do profissional de serviço social junto às demandas que refletem as múltiplas expressões da questão social na escola. Por isto, destacamos a necessidade de conhecer a realidade sócio-econômica das famílias dos educandos atendidos, não só para caracterizar a população escolar, mas também para indicar possíveis alternativas à problemática

social vivida por muitos alunos: desemprego dos pais, trabalho precoce, e outras que se refletem no cotidiano escolar; e que uma vez identificadas, possibilitem a proposta de ações que poderão repercutir na melhoria da vida escolar da criança.

Estas demandas até aqui apontadas foram todas encaminhadas para o serviço social da Escola. E para conhecer as possibilidades de intervenção do Assistente Social no espaço escolar apresentaremos nossa experiência concreta como profissional de serviço social no CMMSJ, com o objetivo de dar maior visibilidade e reconhecimento ao trabalho realizado e privilegiando a escola como um espaço sócio ocupacional.

Diante das possibilidades de intervenção do serviço social no espaço escolar pretendemos a seguir apresentar a pesquisa documental realizada no Colégio Marista e Municipal de São José, que destaca a intervenção profissional do assistente Social no CMMSJ.

3 AS RESPOSTAS DO SERVIÇO SOCIAL NO COLÉGIO MARISTA FRENTE AS DEMANDAS DO CONTEXTO ESCOLAR EXPRESSAS NESTE ESPAÇO SÓCIO OCUPACIONAL

3.1 O COTIDIANO DO SERVIÇO SOCIAL DURANTE UMA DÉCADA DE INTERVENÇÃO (1998-2008): IDENTIFICANDO DEMANDAS E RESPOSTAS ATRAVÉS DA PESQUISA DOCUMENTAL

A realidade social dos (das) educandos (as) do CMMSJ, sempre foi um grande desafio para o serviço social. Durante nossos onze anos de trabalho, surgiram inúmeras demandas de situações sociais expressadas no CMMSJ as quais acompanhamos e encaminhamos no decorrer de nosso exercício profissional.

Ao elaborar o projeto de mestrado nosso problema de pesquisa estava centrado nas principais demandas que surgiram nesta década de intervenção e quais as respostas do serviço social frente às mesmas.

Conforme já esclarecido na introdução, a investigação foi realizada no período de junho/julho de 2011 no CMMSJ, através da análise dos “Relatórios Sociais Descritivos” no período de 1998 a 2008. Nestes Relatórios, a profissional de serviço social relatava de forma ampla os atendimentos e encaminhamentos realizados. Após o preenchimento dos mesmos, estes eram (e ainda são) encaminhados anualmente para a mantenedora da Escola, ou seja, para a União Catarinense de Educação – UCE, até 2004 em Florianópolis e após para o SAS (Setor de Assistência Social) em Curitiba PR.

Com base nestes “Relatórios Sociais Descritivos” realizamos nosso levantamento de dados empíricos abrangendo enquanto universo, o Colégio Marista e Municipal São José (CMMSJ). O Colégio possui, ainda, em seus registros institucionais, uma série de documentos como Registros Contábeis, Relatórios institucional Filantrópico, e outros. Porém, para fins desta pesquisa utilizamos os “Relatórios Sociais Descritivos” elaborados pelo setor de Serviço Social do CMMSJ.

Conforme Chizzotti:

Documentação é a ciência que trata da organização, do manuseio de informações. Consiste na coleta, classificação, seleção, difusão e na utilização de toda espécie de informação,

compreendendo não só as suas técnicas de estocagem, conservação e de classificação, mas também, suas técnicas de uso e os métodos que facilitam a sua busca e a sua identificação. (CHIZZOTTI, 2005, p. 109).

Os documentos arquivados no CMMSJ são utilizados, principalmente, para justificar o caráter de Entidade de Assistência Social, exigido pelo Conselho Municipal de Assistência Social e servem também para análise do setor de Assistência Social da Província Marista Brasil Centro Sul, para possíveis propostas de Projetos Institucionais.

Cabe ressaltar que os “Relatórios Sociais Descritivos” até o presente momento, não tinham recebido nenhum tipo de tratamento analítico, sendo o que nos propomos realizar nesta pesquisa do tipo documental.

Destacamos que esta pesquisa se diferencia da bibliográfica, como esclarece GIL, (1991):

A pesquisa documental muito se assemelha a pesquisa bibliográfica. Logo, as fases do desenvolvimento de ambas, em boa parte dos casos, são as mesmas. Entretanto, há pesquisas elaboradas a partir de documentos, as quais, em função da natureza destes ou dos procedimentos adotados na interpretação dos dados, desenvolvem-se de maneira significativamente diversa. É o caso das pesquisas elaboradas a partir de documentos de natureza quantitativa, bem como daquelas que se valem das técnicas de análise de conteúdo. (GIL, 1991, p. 82).

O objetivo da pesquisa foi analisar as demandas do serviço social no CMMSJ no período de 1998 a 2008, e as respostas da profissão as mesmas. Portanto destacamos na pesquisa a contribuição (respostas) do serviço social durante uma década de atuação no CMMSJ e a intervenção do serviço social frente às demandas do contexto escolar na relação com os educandos, com as famílias e comunidade, com os educadores e colaboradores da instituição e na relação com a rede social interna e externa.

Através da análise da pesquisa documental verificamos que o serviço social apresenta dois momentos diferentes no processo de intervenção: de 1998 a 2003 os relatórios do serviço social eram

encaminhados anualmente a UCE com sede em Florianópolis e se caracterizava como um relatório estatístico de atendimentos, encaminhamentos e ações realizadas somente pelo serviço social. Já a partir de 2003, houve a junção das Províncias Maristas, sendo que a Província Brasil Centro Sul passou a acompanhar as unidades sociais do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. As ações passaram a ser unificadas e os relatórios também. O serviço Social passa a descrever as ações mais coletivas da unidade no relatório social descritivo a partir de 2004 até 2008 encaminhando anualmente ao SAS Setor de Assistência Social, atualmente DEAS Departamento de Assistência Social em Curitiba.

Apresentaremos a seguir a sistematização dos dados da pesquisa documental destacando o ano da atuação e organizados em quadros de demandas e respostas durante uma década (1998-2008) de intervenção do serviço social analisando a relação com todo o contexto escolar.

3.2. AS DEMANDAS E RESPOSTAS DO SERVIÇO SOCIAL EM RELAÇÃO AOS EDUCANDOS: MEDIANDO COM OS EDUCADORES, FAMÍLIAS E REDE DE ATENDIMENTO SOCIAL

A dimensão educativa embutida no exercício profissional do serviço social caracteriza-se no espaço escolar não apenas pela sua base epistemológica, mas, principalmente, pela possibilidade deste profissional trabalhar as características individuais, articuladas no coletivo dos sujeitos usuários. Assim, como analisa lamamoto (1999a): o Serviço Social dispõe de uma dimensão prático-interventiva situada em um processo coletivo de trabalho, partilhado com outras categorias de profissionais que, juntos, contribuem na obtenção dos resultados ou produtos pretendidos ideológico da política educacional. A Educação, como tão verbalizado direito do cidadão e dever do estado, perdem lentamente seu caráter histórico-social (como instrumento possibilitador de recriar a sociedade) transmutando-se para uma lógica economicista que forma diferentes sujeitos (opressores e oprimidos) para atuar em um sistema cujo mercado direciona o social.

Em relação à intervenção profissional junto aos educandos do CMMSJ, verificamos através da pesquisa documental que a principal atribuição do assistente social no Colégio Marista é atender as demandas de pedidos de vagas, priorizando o critério de vulnerabilidade social da família. Portanto, o serviço social do CMMSJ é a porta de entrada para a matrícula dos educandos na escola, uma demanda que surgiu durante uma década de intervenção, sendo nossa competência: atuar no processo

de inclusão das crianças e adolescentes em idade escolar no sistema de ensino, garantindo assim o direito à educação bem como a permanência do educando na escola.

Uma vez que o CMMSJ oferece somente o ensino fundamental (EF) I e II, e não atende o ensino médio, a profissional de serviço social, preocupada com os educandos que permanecem no Colégio Marista somente até a 8^a. Série do (EF) II, oportunizou durante uma década de intervenção, encaminhamentos para outras escolas prevendo a continuidade dos estudos dos e das jovens, sendo que a cada ano foram encaminhados em média 15 educandos para solicitação de bolsas de estudos em um dos Colégios mais renomados da cidade de Florianópolis: o Colégio Catarinense.

Ainda em relação às demandas de pedidos de vagas no Colégio Marista é importante destacar que a profissional de serviço social, durante uma década de intervenção, realizou encaminhamento de relatórios de demanda reprimida ao Conselho Tutelar e à Secretaria de Educação solicitando a construção de escolas no bairro para atender as demandas. No ano de 2001 foi construída no bairro vizinho, a escola municipal Araucária, e em 2003 a escola municipal do Loteamento Morar Bem, outro Bairro localizado nas proximidades, ou seja, política pública de educação para a população do entorno do Loteamento Jardim Zanellato.

A pesquisa documental foi privilegiada neste estudo, pois o serviço social na sua intervenção cotidiana realiza registros importantes do seu trabalho em relatórios, fichas de acompanhamento e encaminhamento, plano de ação, projetos, são instrumentais importantes que revelam a prática profissional. Durante nossa atuação registramos individualmente cada situação atendida. Como nossa permanência na instituição somou onze anos, as situações a cada ano eram semelhantes. Neste sentido, procuramos priorizar o “Relatório Social Descritivo”, pois estes relatórios nos davam o suporte para planejar as ações e projetos da escola.

No processo de levantamento e coleta de dados, procuramos organizar as demandas e respostas em quadros para melhor visualizá-los e analisá-los. Os quadros revelam as principais demandas e respostas do Serviço Social durante uma década de intervenção. Cada quadro destaca uma temática, seguindo as diferentes ações desenvolvidas junto ao Colégio. Os quadros terão como seqüência, os anos de 1998 a 2008 e inicialmente trarão as demandas em relação aos educandos e após em relação às famílias e comunidade.

Primeiramente podemos visualizar os de 1998 e 1999 em relação aos educandos:

Quadro 1: Conhecendo a Realidade Social dos Educandos (Ano: 1998). (agosto/dezembro).

Demandas de Educandos (as)	Respostas/ações
Educandos com dificuldades nas relações.	Acompanhamento e orientação junto às famílias
Educandos com a aprendizagem muito precária.	Avaliação devido à idade dos alunos. (disfunção série/idade). - Solicitamos atendimento com fonoaudióloga na secretaria de educação
Educandos com Problemas de saúde	Parceria com o posto no atendimento emergencial, acompanhamento junto à família.
Educandos refletindo negligência familiar	Orientação e acompanhamento junto à família.
Situações de gravidez na adolescência e manifestações da sexualidade em sala de aula.	Iniciamos na escola um projeto de prevenção à gravidez na adolescência: Educação sexual na escola, para alunos de 5ª. /8ª. Série.

Pesquisa Documental: Quadro de Demandas

Fonte: Relatórios sociais descritivos CMMSJ de 1998 – 2008.

Ao chegar à instituição nos deparamos com famílias em situação de extrema precariedade em relação à saúde e higiene, muitas não possuíam banheiro nem água encanada na habitação em que residiam. Alguns educandos (as) chegavam à escola com fome, dor de cabeça, tontura, manifestando as condições de pobreza e situação de vulnerabilidade social das famílias, o que aos poucos era revelado ao Assistente Social.

Quadro 2: O Processo Ensino Aprendizagem e a Família (Ano: 1999).

Demandas de Educandos (as)	Respostas/ações
Capacitação com os líderes de turma – 5ª. A 8ª. Série	Realizamos encontros com os líderes de turma – 5ª. A 8ª. Série, refletindo o ECA, relacionando reivindicações para o bairro e levar para a conferência da Assistência social e dos direitos da criança e do adolescente em São José.
Educandos refletindo a sexualidade.	Continuamos o projeto de educação sexual na escola
Educandos com dificuldades na aprendizagem.	A estagiária de serviço social acompanhou o cotidiano da instituição focando os casos de dificuldade na aprendizagem e a importância da família.
Educandos em situação de vulnerabilidade.	Repassamos aos educandos que estava sem material escolar uma doação recebida pelo LIONS e ELETROSUL: o kit escola, kit higiene. (recebíamos muita doação neste ano).
Educandos refletindo negligência familiar	Realizamos junto ao posto de saúde teatro e conscientização sobre a escabiose e pediculose junto aos alunos e famílias

Pesquisa Documental: Quadro de Demandas

Fonte: Relatórios sociais descritivos CMMSJ de 1998 – 2008.

Analisando o quadro de 1999, destacamos as demandas de situações de dificuldade na aprendizagem, pois foi uma demanda que nos chamou atenção. Na época os educandos (as) que apresentavam dificuldade, ou seja, não acompanhavam a turma eram encaminhados para o reforço escolar que ficava numa sala diferente. Vários educandos (as) eram colocados juntos em uma sala, e uma educadora atendia as situações. Esse “retirar de sala” era questionado, pois rotulava o educando (a). Nossa primeira estagiária de serviço social investigou as situações junto aos educandos (as) e realizou seu Trabalho de Conclusão de Curso sobre esta temática, com o significativo tema: “Eu quero falar... A importância da família no processo ensino aprendizagem do educando (a) CMMSJ”⁵.

Estas demandas confirmam o que Almeida (2003) ressalta que no cotidiano escolar são expressas situações, como de evasão escolar ou baixo rendimento escolar, agressividade, etc., e são questões de grande complexidade que requerem necessariamente uma intervenção conjunta de educadores, assistentes sociais, psicólogos, entre outros. Ou seja, demandas individualizadas que chegam para atendimento e necessitam articulação com a família e contexto escolar.

Constatamos através de nossa intervenção, que cada demanda revela o quanto é refletido de expressões da questão social na escola, manifestando nessas situações as histórias de vida do educando, o perfil da família, como vivem e convivem.

Gostaria aqui de relatar uma situação que ocorreu no início da minha atuação na Escola, e que se destacou: foi o atendimento de uma educanda que, frequentemente chegava atrasada, geralmente sem o material escolar. Preocupada com a situação, realizamos uma visita domiciliar para conhecer a família da educanda, e ao chegar ao local constatamos que a família morava em barraco de lona, o pai capinava terreno e a mãe cuidava das crianças e netos. A família era de origem indígena e demonstrava uma situação muito precária em relação à moradia e alimentação. Durante as nossas visitas, o casal solicitou a possibilidade de regularização da “documentação do pai desta família”, pois o mesmo tinha perdido os documentos, não lembrando dados sobre o nascimento, ano, local. A falta de documentos era o principal empecilho para ele conseguir um trabalho remunerado. Outro dia de visita, chegando ao local, encontramos um dos meninos, de

⁵ SILVA, Greyce Elaine. **Eu quero falar:** A família como elemento essencial na aprendizagem. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Serviço Social. Florianópolis: UFSC, 2000.

aproximadamente um ano e meio, mamando em uma cadela. Estava deitado na rua em frente à casa e ao questionarmos o fato com a avó da criança ela falou “ ele viu que tinha leite na cadela e tomou”.

Esta família passou a ser acompanhada pela profissional de serviço social, refletindo várias demandas que necessitaram de articulação com a rede-sócio assistencial. No ano 2000, esta foi uma das primeiras famílias a ser cadastrada no Programa PETI (erradicação do trabalho infantil) e as crianças passaram a freqüentar jornada ampliada, com reforço escolar e acompanhamento da Secretaria de Assistência Social para benefícios como alimentação, vestuário, ou seja, atendimento das necessidades básicas.

Estas e outras demandas identificadas nos quadros de 1998 e 1999 foram acompanhadas através das seguintes respostas do serviço social: acompanhamento e orientação junto à família; avaliação devido à idade dos alunos (disfunção série/idade). Solicitação de atendimento com fonoaudióloga na secretaria de educação; parceria com o posto no atendimento emergencial, realização de um projeto de prevenção à gravidez na adolescência: educação sexual na escola, para alunos de 5^a. /8^a. Série; encontros com os líderes de turma – 5^a. A 8^a. Série, (refletindo o ECA,); projeto de educação sexual na escola, projeto diga não a violência e pesquisa para identificar o perfil sócio econômico dos educandos atendidos no Colégio Marista.

Verificamos que as ações/respostas às demandas, por parte da profissional de serviço social, já apresentam na intervenção uma articulação com a rede de serviços interna e externa, principalmente com o posto de saúde local que atendia as situações de saúde e higiene, pois muitas famílias não tinham saneamento básico e neste início dos atendimentos nos deparávamos com situações de crianças com verminose, bicho de pé, piolho, sarna... Revelando também situações de famílias muito negligentes.

No Quadro 02 podemos visualizar que nos primeiros anos foram realizados alguns projetos de informação/reflexão. Destacamos o importante projeto de educação sexual, uma vez que os adolescentes manifestavam questões relacionadas à sexualidade em sala de aula, e os educadores tinham dificuldade em lidar com essa questão, que lamentavelmente ainda é considerada “tabu”. Foi significativo o fato de termos cursado uma especialização em educação sexual, pois, a partir da capacitação adquirida, passamos a realizar oficinas com as turmas de 5^a. A 8^a séries, em sala de aula junto ao educador de forma descontraída, desmistificado a palavra sexualidade, entendendo-a como algo natural,

conversando e envolvendo outros temas como amizade, auto-estima, respeito, namoro e prevenção da gravidez na adolescência.

O levantamento realizado junto aos Relatórios traz as seguintes demandas e respostas correspondentes aos anos de 2000 a 2003:

Quadro 3: Tecendo Parceria com as Redes (Ano: 2000/2001).

Demandas de Educandos(as)	Respostas/ações
Educandos realizando trabalho infantil	Pesquisa com os educandos do Marista. Sobre trabalho infantil
Educandos da 2ª. Séries (120) para fazer o teste de audição	Foi realizado o teste de audição e após consultas médicas.
Projetos com os educandos	Continuidade os projetos de prevenção/saúde, projeto olho no olho, projeto de educação sexual na escola.
Educandos com necessidade de formação para o trabalho	Realizamos triagem e seleção encaminhando 16 Educandos/adolescentes para participar do curso gratuito de mecânica e elétrica no SENAI.
Educandos 5ª. A 8ª. Série e a questão da adolescência/sexualidade	Realizamos oficinas de educação sexual Realizamos uma palestra para os educandos de 5ª. A 8ª. Série, tema: auto-estima, e continuamos o projeto educação sexual na escola.
Pesquisa com os educandos para levantamento da renda e possibilidade de inclusão no projeto bolsa escola	Realizamos um levantamento junto aos educandos sobre as profissões dos pais e a renda para calculo atual e inserção na bolsa escola. Após, 170 alunos foram contemplados recebendo 15 reais mensais.

Pesquisa Documental: Quadro de Demandas.

Fonte: Relatórios sociais descritivos CMMSJ de 1998 – 2008.

Ao realizar a análise dos quadros de demandas e respostas do serviço social do CMMSJ dos anos 2000 a 2001 constatamos que as principais situações foram: educandos realizando trabalho infantil; necessidade de projetos; negligência familiar (higiene, saúde, alimentação, material escolar); educandos sozinhos em casa; necessidade de inclusão em projeto; educandos com 15 anos apresentando necessidade de documentação e cursos para emprego.

No período de 2000 a 2001, destacamos as parcerias entre o Colégio Marista e as redes de atendimento social, conforme pode ser visualizado na maioria dos Quadros expostos. Destacamos a importância do trabalho em redes nesta etapa, pois, segundo Neves, (2009):

No plano das políticas públicas, mais especificamente na política de assistência social, a rede sócio-assistencial constitui-se de ação articulada e integrada entre as diversas organizações governamentais e não governamentais que atuam nas políticas sociais. Só existe a rede na medida em que ela integra e articula diferentes ações. A rede de atendimento sócio-assistencial constitui em uma salvaguarda, para o apoio e a proteção social destinadas aos usuários dos serviços sociais, e que deverão receber dessa rede o amparo e o atendimento aos seus direitos (NEVES, 2009, p.151).

Identificamos como respostas do serviço social as parcerias com as Secretarias Municipais de Saúde e Educação através da realização de projetos como o “Projeto olho no olho”, acompanhamento do teste de audição, consultas médicas, bem como triagem e seleção de educandos para participar do curso gratuito de mecânica e elétrica no SENAI; repasse de doação de kits escolares do banco do Brasil/ LIONS clube; parceria com o posto de saúde para a escovação diária dos dentes na escola, entrega dos kits de higiene e construção de um escovatório na escola. Além disso, foram repassados 50 KITS escolares, realizadas triagem visual com todos os educandos das primeiras série (150), e encaminhados 12 educandos para um médico oftalmologista, para a Clínica da UNIVALI, para uma fonoaudióloga e para o Núcleo desenvolver do Hospital Universitário para avaliação. Também foram encaminhados cinco educandos da educação especial ao projeto

interativo da fundação para receber acompanhamento especializado no contra turno escolar.

Cabe destacar que no ano 2000 inicia no Município de São José o PETI (Programa de erradicação do trabalho infantil) e início do Programa Bolsa Escola. Quanto às respostas do serviço social identificamos: pesquisa junto aos educandos sobre trabalho infantil, identificando 75 casos de trabalho infantil, cadastrando as famílias no programa. Foi realizado também um levantamento junto aos educandos sobre as profissões dos pais e a renda para cálculo atual e inserção na bolsa escola. Foram encaminhadas 170 famílias para realização de cadastro no programa.

A experiência deste levantamento sócio econômico foi significativa para o serviço social pois realizamos uma triagem com as famílias encaminhando-as para os diferentes benefícios; somente após a análise dos dados verificamos as situações de vulnerabilidade social que encontravam-se dentro dos critérios estabelecidos pelo programa.

Quadro 4: Desvendando A Violência Escolar (Ano: 2002).

Demandas de Educandos (as)	Respostas/ações
Educandos com dificuldades nas relações	Atendimento, acompanhamento familiar.
Formação sobre o ECA aos educandos.	Realizamos um teatro reflexivo e coscientizador sobre o ECA com todas as turmas, na semana do dia da criança.
Dificuldade na aprendizagem	Foi realizada triagem visual com todos os educandos das primeiras series (150), encaminhando 12 educandos para medico oftalmologista. Clínica da UNIVALI para fonoaudióloga. Núcleo desenvolver do Hospital universitário para avaliação
Educandos da 8ª. Série e a formação para o mercado de trabalho.	Iniciamos o projeto meu futuro preparando os adolescentes para realizar documentação, pensar no projeto de vida, indicar escolar para fazer o segundo grau e encaminhar algum para bolsa de estudos no catarinense.
Educandos da educação especial	Encaminhamos cinco educandos da educação especial no projeto interativo da fundação para receber acompanhamento especializado no contra turno escolar.

Pesquisa Documental: Quadro de Demandas

Fonte: Relatórios sociais descritivos CMMSJ de 1998 – 2008.

Quadro 5: Cidadania e Protagonismo na Escola (Ano: 2003/2004).

Demandas de Educandos (as)	Respostas/ações
Conflitos entre educandos	Orientação e acompanhamento junto à família. Realizamos junto a estagiaria de serviço social um projeto chamado grupinho que reunia educandos que manifestavam agressividade com frequência.
Necessidade de projetos de conscientização sobre ECA, adolescência e sexualidade.	Realizamos o projeto: cidadania direito e deveres, projeto jovem vamos caminhar juntos e projeto meu futuro.
Educandos sozinhos em casa, necessidade de inclusão em projeto.	Encaminhamos 22 educandos para o projeto colibri (que atende com atividades esportivas e reforço no período oposto da escola) na creche renascer do bairro.
Educandos com 15 anos apresentando necessidade de documentação e cursos para emprego.	Encaminhamos educandos para o curso de office-boy e girls, recepcionista, computação, padaria (na PROMENOR) e para documentação.
Necessidade de pesquisa: para o diagnóstico social	Aplicamos a pesquisa socioeconômica com o apoio da estagiaria de serviço social, através de questionário levado pelo educando a sua família.

Pesquisa Documental: Quadro de Demandas

Fonte: Relatórios sociais descritivos CMMSJ de 1998 – 2008.

As demandas apontadas nos quadros de 2002 e 2003 apontam para situações preocupantes e nesta época procuramos priorizar a realização de alguns projetos coletivos como o “Projeto Bate Lata” em parceria com o professor de educação física; o “Projeto de dança HIP HOP” realizado à noite com uma professora voluntária e a assistente social; teatro reflexivo e coscientizador sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, com todas as turmas, na semana do dia da criança; “Projeto meu futuro” preparando os adolescentes para realizar documentação, pensar no projeto de vida, indicar escolar para fazer o

segundo grau e encaminhar algum para bolsa de estudos no catarinense; encaminhamento de educandos para o curso de office-boy e girls, recepcionista, computação e padaria (na PROMENOR) e para documentação. “Projeto cidadania, direito e deveres”, “Projeto jovem, vamos caminhar juntos” e “Projeto meu futuro”, “Projeto educação sexual na escola” e “Projeto grupinho”.

O projeto chamado grupinho iniciou com o atendimento de meninos que apresentavam um comportamento agressivo na escola. Ao atendê-los individualmente percebemos que as situações eram parecidas: ausência da família, falta de limites, ociosidade e situação de risco, pois ficavam durante muito tempo, sozinhos na rua. Passamos a chamá-los de forma coletiva para descobrir atitudes positivas, conversar e refletir sobre os perigos da rua, sobre a violência e perspectivas de futuro. Estes foram demonstrando que gostavam de música e de dança, e pediam espaço para ouvir som, as músicas que traziam para a Escola eram de HIP HOP; enquanto eles cantavam e dançavam, aproveitávamos o espaço e a oportunidade para conversar com eles. Aos poucos foram adquirindo confiança em relação à profissional de serviço social e demonstrando amizade entre eles. Como eram poucos, apenas seis, chamávamos de grupinho. Com o passar do tempo, as conversas se aprofundavam chegando inclusive no assunto referente ao tráfico de drogas e como cada qual já estava envolvido.

A partir dos encontros, foram realizadas atividades, algumas sugeridas por eles como o filme “Cidade de Deus”, que reflete o mundo do tráfico e suas conseqüências. Também conseguimos uma voluntária na comunidade que oportunizou um grupo de dança HIP HOP que tanto pediam. Este também foi um trabalho importante desenvolvido por uma estagiária de serviço social, que passou a acompanhá-los de forma mais freqüente, acompanhando as famílias destes educandos para conhecer a história de vida e compreender a manifestação da agressividade na escola. Esta atribuição foi sistematizada no seu Trabalho de Conclusão de Curso cujo tema é “Violência escolar: um reflexo da violência social e urbana?”⁶.

Este foi um projeto desafiador para o serviço social, primeiro, porque os educandos envolvidos já estavam rotulados pela escola: “eram os que mais incomodavam, os mais terríveis e os que não tinham jeito”. E a profissional de serviço social persistente, apostando na mudança e

⁶ SILVA, Fernanda Lia da. **Violência na escola** - um reflexo da violência social e urbana: uma experiência no Colégio Marista e Municipal São José. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Serviço Social. Florianópolis: UFSC, 2004.

no acompanhamento dos mesmos, acreditando que enquanto estivessem na escola, estariam afastados da rua e do tráfego. Como previsto, cada um dos integrantes do grupo, tinha uma história de violência familiar, de abandono ou de negligência. O processo de grupo com estes adolescentes acontecia no contra turno escolar, e lutar para a permanência deles na escola foi um grande desafio, pois os educadores, quase que cotidianamente faziam algum tipo de encaminhamentos: saíam da sala, não queriam copiar a matéria, não vinham de uniforme, se alguém olhasse diferente já era agredido, não conseguiam respeitar e apresentar limites em sala. O acompanhamento desses educandos requereu muita paciência, pois ora suas atitudes passavam por uma significativa melhora, ora pioravam consideravelmente.

Outra situação que podemos destacar foi o acompanhamento sistematizado de um educando, que devido a comportamento agressivo refletido na escola, colocava em risco outras crianças e adolescentes. Desde pequeno, na escola era nervoso e quando contrariado ficava agitado e jogava todos os objetos que encontrava na frente. Através de visitas domiciliares a profissional de serviço social passa a acompanhar a família constatando uma situação de violência doméstica. Era necessário envolver o Conselho Tutelar e mais tarde, o caso teria que ser encaminhado para o Juizado da Infância e do Adolescente. Este educando viu o pai agredir a mãe inúmeras vezes. A mãe, para se defender, revidava jogando tudo o que via pela frente, inclusive em uma visita, presenciamos a mãe jogando pau e pedra e chamando o filho de “demônio”.

Como encaminhamento, o juiz determinou que ele devesse trocar de escola, devido ao histórico de brigas familiares e por causa da mãe, que apresentava quadros de agressividade, não só com membros da família, mas também com vizinhos. Este educando não admitia que alguém falasse da sua mãe, caso alguém ousava falar, era agredido verbalmente e fisicamente. Além disso, foi diagnosticado neste educando, déficit de atenção associado as mais variadas formas de comportamento violento. O mesmo passou a ser acompanhado pelo Programa Sentinela e pelo Juizado da Infância, e a estratégia utilizada foi encaminhá-lo para uma Escola Municipal pequena, distante do local de moradia, onde ninguém o conhecia. As brigas diminuíram significativamente, porque ali ninguém conhecia a sua mãe. Continuamos acompanhando o educando após sua saída do Colégio Marista, não perdendo o vínculo, pois o mesmo entendeu que o encaminhamento realizado em parceria com o juizado foi para ajudá-lo a superar uma dificuldade. Este educando conseguiu chegar a 8ª. Série, e o

mais notável foi que nesta escola descobriram um talento que o mesmo possuía, para o esporte de basquete que reforçou sua auto-estima. Esta família manifestou um ciclo de violência que demandou acompanhamento da profissional de serviço social e de outros órgãos, durante **uma década** intervenção no CMMSJ.

Sobre o espaço do exercício de sua prática, em seus diferentes processos de trabalho, Souza (2008) nos lembra que o assistente social deve ter a perceptibilidade do seu papel, de como redirecionar idéias, atitudes, ações dentro de uma cultura predominantemente contraditória. A sua área de atuação vem sendo consolidada dentro de uma dinâmica contraditória de lutas sociais e de correlação de forças. Tomando como exemplo a educação, como espaço estratégico de atuação do Estado, é pertinente sinalizar que nesta, a dimensão educativa do trabalho do assistente social deve ser considerada não apenas em termos da valorização da sua inserção nas unidades educacionais, mas do seu desenvolvimento com os processos sociais, em cursos de capacitação, voltados para a construção de uma hegemonia no campo da educação e da cultura, nos quais os educadores trazem significativos acúmulos e tradição, seja no campo do pensamento intelectual, seja nas ações profissionais e política “(ALMEIDA. 2005 p. 25)”.

Continuando a análise da pesquisa documental, verificamos que houve uma mudança institucional em 2003 quando foi assinado o acordo de junção das Províncias Maristas de Santa Catarina (UCE) e de São Paulo (ABEC) constituindo-se então a Província Marista do Brasil Centro-Sul, acordo este, que desencadeou muitas reuniões e estudos dos integrantes das antigas províncias visando à implementação da unificação e foram constituídos pela nova Província os GTS (grupos de trabalhos) dos diferentes setores, para alinhar e reestruturar as ações dos colaboradores de acordo com as novas diretrizes da “Nova Província”, entre eles o Setor de Assistência Social, que após a unificação, ganhou mais visibilidade e autonomia.

Com as mudanças institucionais a profissional de serviço social do CMMSJ passa a representar a UCE de Santa Catarina no Grupo de trabalho para alinhamento institucional, portanto começa a participar de reuniões na cidade de Curitiba (PR), necessitando, por este motivo, diminuir os atendimentos de demandas na instituição e atender as demandas institucionais de planejamento e gestão.

A partir desta data, as demandas de educandos passam a ser primeiramente atendidas pela assistente psico-pedagógica para depois serem encaminhadas à profissional de serviço social, principalmente em

casos que necessitavam articulação com outros órgãos como Conselho Tutelar.

A prática interdisciplinar aparece neste contexto como uma das possibilidades de instrumentalizar os profissionais a interagir em equipe, de forma mais coerente e eficiente, conjugando esforço, ampliando o raio de análise e de ação em face de uma realidade sempre uma pronta a nos desafiar (BARBIANI APUD ALVES, 2004P. 05).

Conforme podemos visualizar no quadro de demandas e respostas a seguir:

Quadro 6: Priorizando Projetos Coletivos (Ano: 2004).

Demandas de Educandos (as)	Respostas/ações
Educandos em situação de risco na rua. Demandas de violência urbana	Continuamos o Projeto grupinho (educandos acompanhados pelo serviço social) Estagiaria de serviço social da UFSC que desenvolveu seu trabalho de conclusão de curso cujo tema foi violência na escola: um reflexo da violência social e urbana? Estagiária de pedagogia da UDESC realizou oficinas de teatro com os alunos.
Necessidade de projetos pedagógicos	O serviço social contribuiu na elaboração dos projetos pedagógicos da escola como: Projeto dança escola, Projeto aprendendo a estudar, Projeto criando com sucatas, Projeto vozes de Champagnat (coral), Projeto Aprendendo xadrez, Projeto tocando flautas, Projeto fazendo artes.
Reflexão com as turmas de 5ª. A 8ª. Séries	Tema: violência.
Encontro com alunos de 1ª. A 4ª. Série.	Tema: cidadania, direitos e deveres.

Pesquisa Documental: Quadro de Demandas.

Fonte: Relatórios sociais descritivos CMMSJ de 1998 – 2008.

Conforme pesquisa documental em relação aos educandos, verificamos nos quadros de demandas e respostas de 2005 e 2006:

Quadro 7: Identificando Projetos Voltados Para A Adolescência (Ano: 2005 e 2006).

Demandas de Educandos (as)	Respostas/ações
Necessidade de projetos para educandos	O serviço social sistematiza no PSE os seguintes projetos do CMMSJ: Educando para a Paz, Cuidando do Ambiente, Aulas de Vivência, Clube da Leitura.
Educandos procurando o primeiro emprego	Realizamos parceria com o instituto treinar de educação projeto Investir vale a pena
Projeto para educandos em situação de vulnerabilidade, casos de evasão escolar e necessidade de emprego.	Realizamos parceria com o Projeto Aroeira e com o consorcio social da juventude. A estagiária de serviço social da UFSC acompanhou o projeto junto com o serviço social.
Formação sobre o ECA	Projeto de convivência (parceria com a UNIVALI)

Pesquisa Documental: Quadro de Demandas

Fonte: Relatórios sociais descritivos CMMSJ de 1998 – 2008.

Priorizamos em 2005 e 2006 a elaboração e execução de projetos coletivos com os educandos. Destacam-se os projetos: “Investir vale a pena”, que teve como meta desenvolver o protagonismo juvenil indicando oportunidades para o futuro e melhor qualidade de vida; o “Projeto Aroeira” em parceria com o “Consórcio Social da Juventude”, “Projeto Consciência Juvenil” (parceria com a UNIVALI). Este último consistiu em uma reflexão sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente tornando os adolescentes multiplicadores deste tema através de painéis, encontros e teatro.

A experiência em trazer estes projetos para o Colégio Marista foi desafiadora, principalmente quando iniciamos o “Projeto Aroeira”, que consistiu em buscar nossos educandos evadidos da escola e convidá-los

a retornar. O retorno deles provocou dúvidas e insegurança na escola, pois alguns ex-educandos estavam em conflito com a lei, já tinham passagem pelo “Centro São Lucas”. Na ocasião, a direção comentou: “vais trazê-los de volta? És muito corajosa!”.

Destaco, ainda, do meu processo de intervenção profissional, mais uma situação desafiadora: um ex-educando que parou na 4ª. Série, ao ser questionado se voltaria a estudar respondeu: “só volto quando a escola me ensinar a entender a sociedade”. Chamou-me atenção, que na ocasião, estava com um livro do PCC (comando vermelho) na mão, e falou sobre a organização do tráfico ali, na Comunidade do Jardim Zanellato, ressaltando que o livro orientava para a importância da junção dos diferentes grupos, pois estavam se matando e perdendo forças para a polícia. O projeto ao qual este jovem estava vinculado terminou com formatura, amigo secreto e encaminhamentos para o primeiro emprego. O jovem que fez o depoimento não voltou a estudar, mas casou-se, tem uma filha e mora na comunidade, não mais se envolvendo em drogas, como antes. Apesar de muitos integrantes da comunidade continuar usando drogas ou traficando, os momentos de formação e cidadania mostraram algumas mudanças de atitudes, busca de novas metas e novos rumos para a vida destes jovens em defasagem escolar.

Outra situação que requereu nossa intervenção foi durante o projeto “Investir Vale a Pena”, realizado em parceria com o “Instituto Treinar”. Uma jovem de 16 anos, integrante do projeto, ex-aluna do Colégio Marista, no momento estava sem documentação e quase perdeu a vaga. A profissional de serviço social requisitou a 2ª. Via da sua certidão de nascimento na cidade de Urubici SC, através da qual a educanda fez sua Carteira de Identidade e CPF, conseguindo matrícula no curso, com êxito. Sem a devida documentação, a sua cidadania estava comprometida, e através do curso pode realizar trabalho voluntário numa casa de repouso do bairro, decidindo que queria ser enfermeira. A instituição oportunizou o curso de enfermagem e ela continuou trabalhando na mesma. Destacamos que esta educanda tinha relação de parentesco com o chefe do tráfico do Jardim Zanellato.

Os projetos desenvolvidos com os jovens tiveram um impacto muito positivo e proporcionaram a abertura da escola para a comunidade. A preocupação em oportunizar metas e projeto de vida aos educandos, principalmente aos jovens que aos 16 anos já saíam do Colégio Marista, forma uma constante durante o nosso exercício profissional. Este processo de intervenção, devidamente acompanhado pela profissional de serviço social, foi registrado e documentado por

uma estagiária da UFSC através de seu Trabalho de Conclusão de Curso, cujo tema é: “Evasão Escola um desafio para o serviço social”⁷.

Quadro 8: Ressignificando A Aprendizagem (Ano: 2007).

Demandas de Educandos (as)	Respostas/ações
Jovens para o primeiro emprego	Parceria com o instituto treinar de educação projeto Investir vale a pena
Preparação para o mercado de trabalho, cidadania e protagonismo juvenil.	Formação de um grupo com 30 jovens para refletir sobre perspectivas de futuro projetada de vida e mercado de trabalho, oportunizando troca de experiências com ex-alunos do Marista e encaminhamento de emprego.
Formação sobre o ECA	Projeto: Consciência juvenil, onde 12 adolescentes refletem sobre o Estatuto da criança e do adolescente tornando-os multiplicadores deste tema aos demais educandos através de painel, encontros e teatro.
Educandos manifestando o bullying na escola.	Reflexão com a equipe gestora e educadores, atendimentos e encaminhamentos.

Pesquisa Documental: Quadro de Demandas

Fonte: Relatórios sociais descritivos CMMSJ de 1998 – 2008.

Destacamos na análise deste quadro: 09, o projeto de ressignificação da aprendizagem devido às situações de dificuldade de aprendizagem e disfunção entre série e idade, no ano de 2007, o serviço social e a coordenação pedagógica desenvolveram em parceria o Projeto que teve como objetivo, oportunizar espaço de apoio junto a aprendizagem, fortalecendo a auto-estima e valorização das potencialidades do educando. A profissional de serviço social oportunizou encontros com as famílias, identificando a situação dos educandos e seu contexto. Esta experiência será relatada na análise dos quadros de demandas e respostas em relação às famílias.

⁷ SILVA, Keila Regina da. **Evasão escolar**: um desafio para o serviço social. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Serviço Social. Florianópolis: UFSC, 2006.

Quadro 9: Garantindo Cidadania (Ano: 2008).

Demandas de Educandos (as)	Respostas/ações
Educandos e a necessidade de documentação e emprego.	Continuamos realizando o projeto investir vale à pena: em parceria com o instituto treinar de educação: projeto: arte e cidadania orientações encaminhamento para documentação e primeiro emprego. Apoio da estagiária de serviço social da UNISUL, ex-aluna Marista que acompanhou o projeto para sistematização no seu TCC.
Projeto com adolescentes	Continuamos o Projeto consciência juvenil: Parceria com a UNIVALI
Dificuldades na aprendizagem	Continuamos o projeto ressignificação da aprendizagem com o objetivo de oportunizar espaço de apoio na aprendizagem, fortalecendo a auto-estima e valorização das potencialidades do educando.

Pesquisa Documental: Quadro de Demandas

Fonte: Relatórios sociais descritivos CMMSJ de 1998 – 2008.

Analisando os quadros de demandas e respostas do serviço social, constatamos que em 2008, além da continuidade dos projetos “Consciência Juvenil” e “Investir vale a pena”, foi realizada uma parceria com o “Instituto Treinar de educação”, com o “Projeto arte e cidadania”, o qual oportunizou novamente um espaço de reflexão sobre cidadania, primeiro emprego e metas para o futuro. Além disso, os grupos de adolescentes participavam de oficinas de teatro.

Neste ano (2008), uma ex-educanda do Colégio Marista procurou-nos informando que estava cursando serviço social na UNISUL, solicitando a possibilidade de realizar estágio no CMMSJ, pois além de ser moradora da comunidade poderia contribuir com sua experiência no projeto “Investir vale à pena”.

Esta estudante frequentou o Colégio Marista em 1996, quando este iniciou o atendimento na comunidade. Na adolescência participou

dos projetos oferecidos pelo setor de serviço social e foi encaminhada a PROMENOR para realizar o curso de preparação para o primeiro emprego. Terminou o segundo grau no Programa Educação para Jovens e Adultos - EJA noturno no CMMSJ, e conseguiu ingressar no curso de serviço social da UNISUL. Além desta importante trajetória de conquistas apresentava um grande desafio, ou seja, uma limitação para fazer o estágio de serviço social: deficiência visual.

Esta limitação ocorreu na ocasião em que ainda freqüentava o EJA noturno no Marista. Moradora da área de risco do Jardim Zanellato, onde ocorriam com freqüência tiroteios e disputa pelo tráfico, certo dia enquanto caminhava pela comunidade acompanhando um grupo de jovens que andavam armados, uns destes estava brincando com uma arma e lamentavelmente disparou um tiro que foi em direção ao seu rosto deixando uma seqüela irreparável: a deficiência visual.

Após tratamento médico, foi acompanhada pela ACIC - Associação Catarinense de Interação para o Cego aprendendo a superar as dificuldades desta limitação e resgate da auto-estima. Conseguiu ingressar na UNISUL através do Art. 170 que possibilita esta inclusão do deficiente na universidade, e retorna ao Marista para ser estagiária de serviço social. Aceitamos o desafio oportunizando na instituição uma reflexão sobre a importância da inclusão. Envolvemos a estagiaria no processo de intervenção junto às famílias educandos e comunidade superamos algumas dificuldades como de fazer atendimentos, registros e observações.

No processo de intervenção em serviço social, a estagiaria foi se destacando, pois mesmo com sua limitação buscou uma articulação com a rede sócio-assistencial realizando contatos importantes para a realização de projetos e encaminhamentos. Enquanto estudante da UNISUL foi contemplada com um notebook (especial para cegos) que traduzia aquilo que ela escrevia, uma ferramenta fundamental oportunizando os registros, trabalhos, pesquisas na internet e acesso aos recursos disponíveis na rede. Foi um desafio que proporcionou uma aprendizagem significativa para o serviço social, mas que exigiu de nossa parte, paciência e dedicação.

Diante de tão adversas situações, a articulação com a rede de serviços é fundamental na medida em que o atendimento das demandas exige contato e encaminhamentos com diferentes setores, sejam eles de âmbito governamental, de organizações do terceiro setor ou outras instituições e organizações. Entende-se assim que o Assistente Social atua na articulação com a rede de serviços visando o atendimento das demandas sociais postas no contexto escolar. Em muitos momentos do

ciclo vital, as famílias passam por problemas e situações difíceis, sobretudo no atual contexto sócio – econômico em que vivemos.

Uma das principais atribuições da nossa profissão consiste em encaminhar as famílias aos serviços sociais e assistenciais, sobretudo no que se refere aos programas de transferência de renda (bolsa família, bolsa PETI), que muitas vezes são necessários aos educandos da rede pública de ensino que apresentam dificuldade financeira, contribuindo para a efetivação do seu direito à educação (BRESSAN, 2000).

Analisando os quadros de demandas da rede interna e externa dos anos 1998 a 2000, encontramos parceiros como estudantes da UFSC, equipe do HEMOSC, do Posto de Saúde local (dentista, médicos e enfermeiros), Secretaria da Educação, Secretaria de Saúde, equipe do SESI, do Conselho Tutelar e da Segurança Pública.

Através de encaminhamentos, a profissional de serviço social ofereceu como respostas as demandas de 1998 a 2000: acompanhamento dos estudantes da UFSC para realização de exames de acuidade visual com os educandos do primeiro ano. Acompanhamos a campanha do HEMOSC na escola – (conscientização sobre a doação de sangue), participamos das ações de saúde na escola como: campanha de vacinação, atendimento do dentista, consultas médicas e acompanhamento dos educandos nas consultas com médico oftalmologista, campanha “diga sim a vida” do SESI (curso de cartazes-prevenção às drogas). Contato com a EPAGRI para fazer uma horta escolar, encaminhamos relatório ao conselho tutelar para conseguir transporte para as crianças do bairro que freqüentavam a fundação de educação especial, acompanhamento da equipe que realizou o projeto identidade, tirando fotos e fazendo carteira de identidade a 90% dos alunos, ou seja, para aqueles que não possuíam documentação.

Conforme destacamos nos quadros de demandas e respostas, além dos atendimentos aos educandos, o profissional de serviço social estabelece articulações e parcerias com a rede sócio-assistencial e outras instituições. Desde o ano de 1999, o CMMSJ tem oportunizado campo de estágio para acadêmicas (os) do Curso de Serviço Social, estabelecendo importante vínculo com a UFSC, através da supervisão de campo.

Também temos participado junto às redes externas, representando a instituição na Conferência Municipal da Assistência Social realizada no auditório da Escola Maria Luiza de Melo, em São José, juntamente com 06 educandos, 01 educadora e a profissional de serviço social que realizou palestra sobre “Prevenção da violência sexual para os educadores da rede Municipal”.

Quanto às parcerias com as Secretarias do Município, analisando os quadros de demandas e respostas do serviço social nos anos 1998 a 2000, destacam-se o acompanhamento de projetos como: “Olho no olho” (triagem visual) da Secretaria de Educação; o projeto “Xô parasitas” (conscientização sobre pediculose e escabiose), projeto de higiene bucal, da Secretaria de Saúde, (recebiam kit de higiene para escovação diária dos dentes na escola). Além disso, o Colégio tinha uma parceria com o posto de saúde local (encaminhando uma vez por semana os educandos da escola para consulta com o dentista e médico quando necessário).

No ano 2000 com o programa de erradicação do trabalho infantil - PETI passamos a participar da comissão representando o CMMSJ, pois através do serviço social o Colégio Marista foi a escola que mais encaminhou suas situações de trabalho infantil. A experiência em realizar o levantamento para detectar as situações de trabalho infantil antes de falar sobre o programa foi bem sucedida. Somente após identificar as situações chamamos as famílias para verificar e encaminhar os casos de trabalho infantil para cadastro no programa. Tínhamos situações de educandos que vendiam amendoim no centro, guardavam carros, vendiam pão, cuidavam de irmãos e a grande maioria andava pelas ruas sozinhas ou com os pais para arrecadar papelão, latinhas, garrafa PET, ou seja: vendiam material reciclado. Recordo-me a situação de um educando que dormia em sala, estudava pela manhã e ao ser investigado, estava trabalhando a noite com a mãe na praça da alfândega, ela vendia espetinho de carne e ele cuidava do estacionamento até tarde da noite.

O projeto oportunizou a saída de muitos dos nossos educandos da rua, um numero de 45 situações foram encaminhadas à “Cidade da Criança” para jornada ampliada no contra turno e bolsa beneficio para a família. A participação no PETI modificou a situação de muitas famílias que não tinham consciência dos riscos que a rua proporcionava.

Alguns aspectos negativos também foram detectados, como: a falta de aceitação de algumas famílias, o rótulo dos educandos do PETI e saída do bairro para a jornada em outro local, misturando crianças e adolescentes de varias comunidades; a falta de disciplina no transporte também reforçou o rótulo de “alunos problema”.

Todas essas ações desenvolvidas pelo setor de Serviço Social da Escola, são contribuições fundamentais na medida em que são entendidas como um direito de cidadania, uma política de inclusão que tem como horizonte a redução das desigualdades, apesar da dificuldade de assim se consolidarem, devido ao fato de que, historicamente no

Brasil, as ações assistenciais foram desenvolvidas sob a ótica da filantropia e da benemerência, conforme afirma Sposati (1989).

A atuação do Serviço Social junto a gestão de programas federais (bolsa família, bolsa PETI), foram importantes para famílias dos educandos da Comunidade Jardim Zanelato, uma vez que muitas delas passavam por situações de vulnerabilidade econômica, sobretudo por causa do desemprego e da baixa qualificação profissional. Diante da situação tais famílias necessitavam de uma renda que lhes garanta o provimento das necessidades básicas, bem como a proteção à infância e juventude nos casos em que crianças e adolescentes encontram-se em situação de trabalho.

Ainda analisando os quadros de demandas e resposta do serviço social verificamos que em relação às redes interna e externa, a Secretaria da Educação e o Conselho Tutelar foram parceiros importantes na garantia dos direitos dos educandos, pois, durante os primeiros anos de nossa intervenção, identificamos no Colégio Marista que um grande problema na comunidade era a falta de vagas na escola. O Colégio Marista era muito procurado, chegando a ter uma demanda de 340 alunos. Esta situação era encaminhada aos órgãos competentes exigindo a construção de mais escolas no bairro. Sendo que em 2001 foi construída a Escola Municipal Araucária no bairro visinho e em 2003 a escola municipal do loteamento Morar Bem, uma conquista do serviço social e sua relação com as políticas públicas de educação.

Constatamos, também, ao longo de nossa atuação, que a articulação com as redes de serviços é fundamental, na medida em que o atendimento de diversas demandas exige contato e encaminhamentos com diferentes setores, sejam eles de âmbito governamental, de organizações do terceiro setor ou outras instituições e organizações. Entende-se assim que o Assistente Social atua na articulação com a rede de serviços visando o atendimento das demandas sociais postas no contexto escolar.

Outra relação importante foi com a Secretaria do Planejamento Urbano de São José que acompanhava o “Projeto Morar Bem”, que tinha como objetivo encaminhar as famílias da área de risco para o loteamento com infra-estrutura adequada. A profissional de serviço social, conhecendo as famílias pode contribuir para a mediação do projeto, participando de reuniões e dos encontros entre as famílias e funcionários da secretaria na escola. Foram momentos inesquecíveis, pois a Escola ficava lotada! Mais de 400 pessoas discutindo e refletindo sobre o projeto, reivindicando o direito a uma habitação digna!

Em 2003, quando iniciou o processo de remanejamento das famílias, a profissional de serviço social atuou no sentido de indicar as situações mais precárias e emergenciais, para serem priorizadas. Identificamos famílias cuja casa continha buracos por onde entravam cobras, ratos e morcegos, e outras, que o vento derrubava. Além disso, havia muitas habitações sem banheiro e sem água encanada. Nesta ocasião também participamos do cadastramento das famílias no programa Bolsa Escola, encaminhado 75 famílias para o programa. Cabia à profissional de serviço social realizar os cadastros das famílias, na escola. Após orientações da equipe do programa, garantimos o auxílio a estas famílias que tiveram sua situação de vida relativamente melhorada.

Quanto às ações internas da rede, verificamos que a Secretaria de Educação continuava com projetos importantes na Escola como o “Projeto quem ouve bem aprende melhor” do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FUNDE. Acompanhamos a realização de testes de audição com 120 educandos das 2^a. Séries e as consultas com o médico otorrinologista para os casos com suspeita de falta de audição. Também acompanhamos as fonoaudiólogas da Secretaria de Educação que atenderam 22 educandos com dificuldade na fala. Encaminhamento, ainda, vários educandos para consultas com médico oftalmologista e aquisição de óculos numa ótica parceira da secretaria.

Como a procura por cursos profissionalizantes era grande, realizamos parceria com o SENAI, através de uma educadora, que proporcionou a triagem e seleção de 16 educandos para participar do curso gratuito de mecânica e elétrica. Também, eram encaminhados, a cada ano, para o Colégio Catarinense em média 15 educandos do Colégio Marista, oportunizando a bolsa de estudos.

Nossas demandas também eram externas, de participação em encontros conforme verificamos nos quadros de demandas e respostas em relação à rede o serviço social: realização de palestra na UNISUL sobre o trabalho do serviço social na escola, participação da Conferencia Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com o acompanhamento de dois alunos da escola para representar o programa PETI; participação na reunião da Câmara de Vereadores sobre a violência nas escolas devido à preocupação com as depredações em geral e debate sobre delinquência juvenil; participação no desfile cívico em São José com a temática: prevenção e conscientização sobre as drogas; curso sobre o ECA em São José palestra sobre o tema: violência domestica apresentado no encontro das instituições sociais e rede municipal São José, reuniões do projeto habitacional Morar Bem –

parceria do BID e Prefeitura Municipal; palestrante no debate coscientizador sobre prevenção da violência sexual nas escolas na Fundação de Educação Especial, e acompanhamento de uma pesquisa da UNIVALI realizada com educandos do PETI, avaliando o programa e a jornada ampliada.

Constatamos ao longo da nossa atuação, que as demandas chegavam de forma individualizada, e durante o atendimento, a profissional de serviço social contextualizava e ampliava para o espaço familiar e comunitário, envolvendo assim, todo o contexto escolar, inclusive as redes de atendimento. A relação entre a profissional de serviço social e as famílias e comunidade merece ser desvelada, é o que apresentaremos no próximo item.

3.3. AS DEMANDAS E RESPOSTAS DO SERVIÇO SOCIAL EM RELAÇÃO AS FAMÍLIAS E A COMUNIDADE: ARTICULANDO PARCERIAS E ACESSO NA REDE SÓCIO- ASSISTENCIAL

A intervenção do serviço social durante uma década esteve voltada principalmente para a mediação, atendimento das famílias e da comunidade, pois conforme o histórico apresentado sobre o loteamento Jardim Zanellato podemos verificar que a comunidade apresentava situação bastante vulnerável e de risco no início da nossa intervenção. O serviço social realizava visitas domiciliares para identificar e acompanhar situações de extrema pobreza que refletiam na escola através do educando.

Conforme Sarmento (2005), a visita domiciliar caracteriza-se como um instrumental do Serviço Social que se realiza na moradia das famílias para um maior conhecimento da situação. Geralmente ela é acrescida da observação participante e de entrevista.

As transformações sociais, econômicas e políticas ocorridas nos últimos séculos, trouxeram mudanças também na estrutura e na organização da família, repercutindo de diferentes formas na vida de cada indivíduo. Cabe colocar que estamos entendendo família como:

(...) um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consangüíneos. Ele tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros, e se encontra dialeticamente articulado

com a estrutura social na qual está inserida. (MIOTO, 1997, p. 120)

Para identificar estas demandas de famílias, pesquisamos nos “Relatórios Sociais Descritivos” da instituição, as principais situações, conforme o ano da intervenção (1998 a 2008). Nos quadros a seguir verificamos as demandas e respostas em relação às famílias e a comunidade de 1998 a 2000:

Quadro 10: Desvendando As Situações Sócio-Familiares (Ano: 1998).

Demandas de famílias (as) comunidade	Respostas/ações
Atendimento as famílias e comunidade	Acompanhamento, orientação e necessidade de visitas domiciliares as famílias de educandos.
Atendimento e caracterização de famílias em situação de vulnerabilidade social	Encaminhamento para a rede sócio assistencial, cadastro de famílias em situação de vulnerabilidade, doações de alimento, vestuário, uniforme e material escolar.
Atendimento de famílias e comunidade que solicitam vaga no CMMSJ para seus filhos	Realizamos atendimento a comunidade com entrevista, triagem, seleção e encaminhamento para matrícula.

Pesquisa Documental: Quadro de Demandas

Fonte: Relatórios sociais descritivos CMMSJ de 1998 – 2008.

Verificamos que a principal demanda trazida pelas famílias e moradores da comunidade Jardim Zanellato que procuraram o setor de serviço social da Escola, refere-se ao pedido de vagas para os seus filhos, no CMMSJ. Cabe ao profissional de serviço social, a responsabilidade pela entrevista inicial, triagem, seleção e encaminhamento para matrícula. Sempre que necessário, ocorre encaminhamentos externos, ou seja, acesso a recursos da rede sócio-assistencial.

Conforme o quadro, identificamos as famílias em situação de vulnerabilidade que receberam doações de alimentos e vestuário, podemos entender que foram situações emergenciais, que necessitavam do benefício naquele momento, pois não tinham o que comer. Recordo-me de uma família que chegou ao bairro matriculou seus filhos no Colégio Marista e os provedores encontravam-se desempregados. Colocaram sua preocupação em torno do que tinham em casa de alimento, que já estava terminando. Depois de encaminharmos a família para a Secretaria de Assistência Social do município para acompanhamento e benefício emergencial, a mesma retornou dizendo que a cesta básica só chegaria depois de 15 dias, e se naquele momento o Colégio não pudesse entregar algum tipo de alimento, não teriam o que comer.

Quadro 11: Identificando o Perfil das Famílias (Ano: 1999).

Demandas de famílias (as) comunidade	Respostas/ações
Famílias em situação de vulnerabilidade na comunidade.	Encaminhamento para da rede sócio assistencial e voluntariado/doações: de cobertores, colchão e móveis. Encaminhamento ao CEASA e receber as doações de alimentos no local
Mulheres desempregadas	Formamos um grupo de mulheres que manifestavam interesse em se reunir para aprender a arte da pintura, com professora voluntária.
Triagem e cadastro de famílias mais vulneráveis	Realizamos a sistematização do projeto: Apoio e orientação sócio-familiar, projeto grupo de mães, projeto de solidariedade (auxílio alimentação as famílias).
Necessidade de verificar o perfil das famílias dos educandos atendidos do Marista	Realizamos um levantamento socioeconômico das famílias através de questionário entregue aos educandos.

Pesquisa Documental: Quadro de Demandas

Fonte: Relatórios sociais descritivos CMMSJ de 1998 – 2008.

Analisando o quadro de demandas e respostas do serviço social do ano 1999, verificamos que neste ano, houve doações de colchões e móveis, pois durante as visitas domiciliares o serviço social verificou que na comunidade algumas famílias dormiam no chão e não tinham móveis. Um serralheiro da comunidade foi mobilizado e este se dispôs a fazer uma doação, envolvendo os pais dos educandos mais vulneráveis na confecção dos móveis, sendo que mais de 30 famílias foram beneficiadas. A ação de superação de uma necessidade envolveu um esquema de solidariedade, pois vários funcionários do Banco do Brasil fizeram a doação dos colchões.

Neste ano conseguimos reunir as famílias em situação mais precária e iniciar um encontro de orientação e conscientização sobre a rede sócio-assistencial e importância de um projeto de geração de renda na escola. Muitas famílias passaram a buscar no CEASA as doações de alimentos no local devido à precariedade dos serviços da rede municipal.

Quadro 12: Integrando as Famílias em Projetos da Rede Social (Ano: 2000).

Demandas de famílias e comunidade	Respostas/ações
Famílias com filhos realizando trabalho infantil	Realizamos o cadastramento de 30 famílias no projeto de PETI Programa de Erradicação do trabalho infantil
Necessidade de cursos para as famílias e comunidade	Acompanhamos um projeto da secretaria de educação onde realizaram na escola: cursos profissionalizantes para as famílias da comunidade: curso de manicura, de auxiliar de escritório, de informática envolvendo 55 famílias.
Famílias mais vulneráveis	Acompanhamos as famílias e realizamos campanhas de agasalho e alimentos.

Pesquisa Documental: Quadro de Demandas.

Fonte: Relatórios sociais descritivos CMMSJ de 1998 – 2008.

Como já foram ressaltadas, as famílias da comunidade procuravam a profissional de serviço social, principalmente, em busca de vagas para seus filhos (as) na escola. Essa tarefa possibilitou o processo de inclusão das crianças e adolescentes em idade escolar no sistema de ensino, garantindo assim o direito à educação bem como a permanência do educando na escola. Identificamos também que as situações de vulnerabilidade social foram às demandas mais frequentes para o serviço social, requisitando orientações e recursos da rede sócio-assistencial.

Durante os primeiros anos de exercício profissional, as mais diferentes situações chegavam ao setor de serviço social; a população desconhecia seus direitos, não acessava a rede sócio-assistencial e buscava na escola a solução para seus problemas. A título de comparação, poderia se dizer que, o atendimento que acontece atualmente junto aos CRAS - Centros de Referência da Assistência Social do Município já acontecia, na época, no Colégio Marista. Os moradores chegavam a confundir nosso papel, pois, quando chegamos, em 1998, à instituição fazia o repasse de cestas básicas que recebia como doação e algumas famílias atendidas chegavam ao serviço social dizendo: “eu vim buscar minhas comprinhas, pois tenho filho estudando aqui”.

Ao longo do processo de intervenção informávamos que não era o Colégio Marista que fazia a doação, nem a assistente social, mas uma pessoa voluntária que queria repassar as famílias que precisavam e como a assistente social conhecia melhor as famílias fazia a triagem e o repasse. Durante muitos anos, esta prática foi recorrente junto ao Colégio Marista do Bairro Jardim Zanellato, não apenas a doação de cestas básicas, mas de agasalhos, colchão, móveis, kits de higiene, de material escolar etc. doações que chegavam à Instituição. Devido à necessidade das famílias que tinham realmente uma situação bastante vulnerável, não rompíamos o repasse dos benefícios, apenas procurávamos conscientizar sobre a importância de eles lutarem por seus direitos junto à rede sócio-assistencial do Município; e como este atendia de forma bastante precária, as doações eram bem vindas pela população.

Ao encaminhar as famílias na rede sócio assistencial do Município encontrávamos muitos obstáculos uma vez que os recursos eram escassos e muitas vezes não atendendo adequadamente as necessidades das demandas que retornavam sem o auxílio da creche básica. Para Demo (1994):

A distribuição de cesta básicas, no fundo, interessa apenas a quem fornece e aos gestores públicos. No pobre não passa de um périplo, além de o atendimento ser sempre espasmódico e residual. Em casos de emergência extrema, o estado deve prover assistência, por exemplo, por meio da distribuição de cestas de alimentos, mas isso não cabe para tratamento da pobreza estrutural. Se existirem recursos para cestas, melhor seria de todos os modos, investirem em creche. Esta pelo menos poderia representar atendimento duradouro, com efeitos estruturais (DEMO, 1994, p 32).

De 1998 a 2003, as principais demandas de famílias continuavam sendo os pedidos de vagas para seus filhos, o que passou a requerer um maior número de visitas domiciliares. Também aumentou o número de famílias em situação de vulnerabilidade social, solicitando encaminhamento para o CEASA (centro de vendas de frutas e verduras) para conseguir alimentação, e o número de mulheres desempregadas.

Quanto às respostas do serviço social verificamos que de 1998 a 2003 foi realizado: acompanhamento e orientação junto às famílias; encaminhamento para a rede sócio assistencial; cadastro de famílias em situação de vulnerabilidade social; doações de alimento, cobertores, colchão, móveis, vestuário, uniforme e material escolar; atendimento às famílias, moradoras da comunidade através de entrevistas, triagem, seleção e encaminhamento para matrícula; relatório situacional das famílias em situação de vulnerabilidade com a finalidade de fazer a carteirinha do CEASA e receber as doações de alimentos no local; formação de um grupo de mulheres que manifestaram interesse em aprender a arte da pintura, com uma professora voluntária; projeto grupo de mães, projeto solidariedade (auxílio alimentação as famílias). O ano de 1999 foi de dúvidas institucionais pois os Maristas podiam fechar a escola e isto causou movimento na comunidade e até passeata pedindo que o Marista ficasse, realizamos um encontro com as famílias orientando sobre a filantropia e os Maristas começaram a rever suas ações sendo que o CMMSJ pode continuar atendendo a comunidade.

Conforme a pesquisa documental, verificamos que nos quadros referentes aos anos de 2001 e 2002, as principais demandas e respostas em relação às famílias e a comunidade eram situações de:

Quadro 13: Resgatando a Auto-Estima na Perspectiva de Empoderamento (Ano: 2001/2002).

Demandas de famílias e comunidade	Respostas/ações
Famílias que realizam trabalho com material reciclável	Encontros com as famílias catadoras de material reciclado para possível curso de cooperativa no bairro. Identificamos 12 pessoas interessadas, iniciamos o curso de cooperativismo na escola ministrado pela UNIVALI. Com certificado.
Necessidade de parceria com os pais	Realizamos uma palestra para os pais e também para os alunos de 5ª. A 8ª. Série, tema: auto-estima, e continuamos o projeto educação sexual na escola.
Família na escola	Realizamos uma oficina sobre o tema: auto-estima com as famílias no dia da amostra cultural dos educandos na escola. (participavam de uma oficina com dinâmicas e depois passavam no salão de beleza de voluntárias que faziam corte de cabelos, escova, unhas, maquiagem).
Pesquisa no questionário respondido pelas famílias	Realizamos um levantamento nos questionários do diagnóstico das famílias que recebiam até 90 reais per capta, após análise encaminhamos 70 famílias para cadastro na bolsa escola que era um número estipulado, que foi aumentando depois.
Equipe do conselho tutelar	Iniciamos os encaminhamentos ao projeto APOIA do ministério público avisando através de relatórios os casos de evasão escolar ao conselho tutelar

Pesquisa Documental: Quadro de Demandas.

Fonte: Relatórios sociais descritivos CMMSJ de 1998 – 2008.

Quadro 14: Iniciando Encontros com as Famílias na Escola (Ano: 2003).

Demandas de famílias e comunidade	Respostas/ações
Famílias em situação de vulnerabilidade social	Encaminhamos para a secretaria do desenvolvimento social do município e repassamos algumas doações de pessoas voluntárias. Foram encaminhadas 70 famílias para o programa São Jose sem fome.
Situações de dependência química pedidos de internação.	Encaminhamos algumas situações para internação no instituto São Jose e Colônia Santana, e CRETA.
Orientação sobre INSS	Realizamos palestra sobre previdência social. - auxílios do INSS.
Encontro com famílias	Realizamos encontros com as famílias de educandos das 8ª. Series sobre o encaminhamento para o colégio catarinense e continuidade dos estudos.

Pesquisa Documental: Quadro de Demandas.

Fonte: Relatórios sociais descritivos CMMSJ de 1998 – 2008.

O Colégio Marista ao proporcionar o serviço de ensino fundamental I e II atendia um demanda grande de pedidos de vagas. Analisando os quadros de demandas de 2000 a 2003 verificamos que as principais situações eram: Atendimento junto às famílias de educandos com dificuldade de aprendizagem bem como de comportamento e relacionamento, famílias que buscavam orientação de recursos, famílias em situação de vulnerabilidade social em situação de risco, famílias com filhos realizando trabalho infantil, famílias que realizavam trabalho com material reciclável, situações de dependência química e pedidos de internação. Constatamos ainda, a necessidade de cursos profissionalizantes para as famílias residentes na comunidade.

Como a intervenção do serviço social durante uma década esteve voltada para o acompanhamento das famílias, com o objetivo de

fortalecimento e emancipação das mesmas acreditamos que a visão de pobreza e de direitos sociais é fundamental nessa mediação uma vez que a principal atribuição do serviço social era encaminhar as famílias à rede sócio-assistencial, democratizando o acesso as mesmas.

Sobre o pano de fundo da desigualdade social, conforme estudo de Demo (1994) podemos dizer que política social autêntica precisa aplicar compromissos evidentes de atingimento do espectro de desigualdade, reduzindo-o. Caso contrário, não será “social”. Daí decorre primeiro, que política social deve ser preventiva, no sentido de ir às raízes dos problemas, evitando que se processem políticas curativas, apesar de serem inevitáveis diante da pobreza vigente.

Destacamos que no ano de 2003 teve início o Programa Educação de Jovens e Adultos - EJA noturno no Colégio Marista, oportunizando acesso à escolarização para muitos integrantes de famílias que se encontrava em defasagem escolar e analfabetismo. Juntamente com os projetos desenvolvidos na escola com as famílias, teve início um processo de emancipação que se fundamenta em dois pilares, mutuamente condicionados: um econômico voltado para a auto-sustentação, outro político, plantado na cidadania.

Neste ano o serviço social começa a realizar encontros no período noturno, tendo contato com as primeiras turmas de supletivo e após curso de alfabetização de adultos. Esta abertura da escola para o período noturno inicia um processo importante de articulação do serviço social com as famílias. Passamos a dialogar com os pais que durante o dia estavam no trabalho e a noite freqüentava a Escola. Com o EJA noturno, muitos pais iniciam um processo de transformação em suas vidas, pois a escolaridade destes era muito baixa. A conquista do EJA muito se deu ao trabalho da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano que ao implantar o Projeto Morar Bem na comunidade realizou um estudo socioeconômico da população da área de risco propiciando a escolarização e após alguns cursos profissionalizantes, inclusive em parceria com o SEBRAI, que proporcionou crédito para as micro empresas da comunidade como por exemplo a iniciativa das mulheres costureiras, e a dos artesãos.

A partir de 2004 passamos a reduzir os atendimentos de famílias (demandas) para o serviço social, pois a intenção da nova província era realizar projetos coletivos, organizando apenas um dia por semana de atendimento/encaminhamento. Conforme o quadro de 2004:

Quadro 15: Elaborando o Diagnóstico Social das Famílias (Ano: 2004).

Demandas de famílias e comunidade	Respostas/ações
Atendimento junto às famílias de educandos com dificuldade de aprendizagem bem como de comportamento e relacionamento	Através do setor pedagógico e social estabelecemos mediação com as famílias, buscando alternativas para a melhor aprendizagem do aluno.
Famílias que buscam de orientação e recursos	Realizamos cadastramento nos Programas federais (bolsa escola, bolsa família, PETI), informações sobre serviço social municipal bem como seus benefícios.
Necessidade de parceria com as famílias	Realizamos palestra e esclarecimentos aos pais a respeito de questões relativas a limites, fortalecimento da auto-estima dos filhos.
Projeto pais na escola	Realizamos encontros com a comunidade sobre programas sociais federal, sobre educação dos sentimentos e com os líderes comunitários.
Pesquisa com as famílias	Realizamos a pesquisa através de questionários entregues a 525 famílias para identificar dados sócios econômicos para o diagnostico social

Pesquisa Documental: Quadro de Demandas

Fonte: Relatórios sociais descritivos CMMSJ de 1998 – 2008.

Destacamos neste quadro já inicia uma participação das demandas para os projetos na escola, houve envolvimento das lideranças locais nos encontros com as famílias e estas escolhiam os temas que gostariam de refletir. Este espaço também passou a proporcionar a interface das lideranças com a comunidade pois aproveitavam o espaço para refletir/ repassar as famílias as solicitações, necessidades da comunidade e a busca de alternativas junto ao poder público.

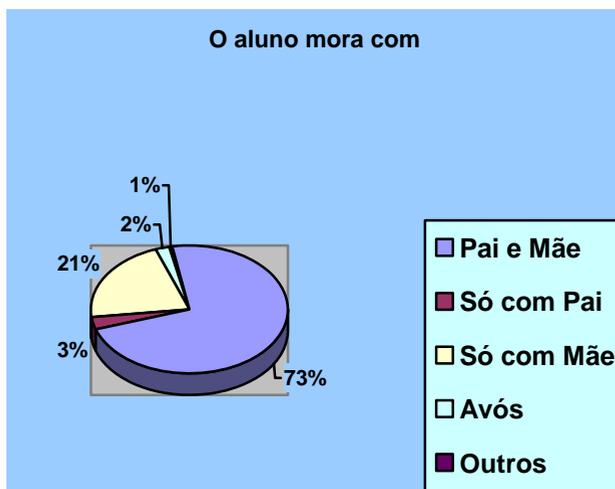
Em 2004 com a junção das Províncias Marista Brasil Centro Sul várias mudanças ocorreram e o serviço social passa a ter como base a PNAS respaldando suas atribuições e qualificando o trabalho institucional. Ao participar de forma coletiva de encontros institucionais refletem a necessidade de conhecer a realidade social local para subsidiar os projetos institucionais e para isto realizam os diagnósticos sociais.

Verificando a análise situacional do CMMSJ no PSE, (2006) identificamos que o diagnóstico social elaborado em 2005, apresenta o seguinte perfil das famílias, segundo sua origem: 500 famílias eram catarinenses (82%), vindas principalmente da serra (campos Novos, Lages, Urubici, Bom Retiro); e as demais, do Oeste catarinense (Chapecó Xaxim, Xanxere, Capão Alto, Caçador, Joaçaba). Embora identificassem muitas famílias da própria região de São José, também de Florianópolis, constatamos que poucas famílias são procedentes do Paraná e de outros Estados.

Percebemos no diagnóstico que 70% do contingente dessas famílias são da raça branca e de religião católica, porém no bairro verifica-se a presença de apenas uma Igreja Católica e seis Evangélicas de denominações diferentes.

Apresentaremos a seguir alguns gráficos para visualizar o perfil das famílias atendidas entre os anos de 2004 e 2005:

Gráfico 1: Com quem mora o aluno?



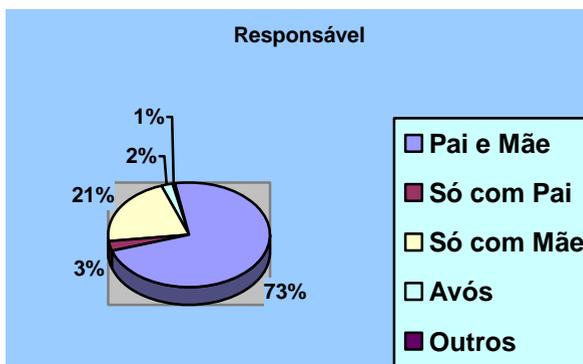
Fonte: Questionários respondidos: 523

Conforme aponta o gráfico, constatamos que 73% dos educandos vivem com o pai e a mãe, mostrando que ainda permanece o modelo de família nuclear. O número de estudantes que moram somente com a mãe também é significativo, sendo que, como aponta o gráfico, 21% de famílias dos educandos do CMMSJ, são chefiadas por mulheres.

A partir desta realidade verificamos as transformações sociais e familiares que se expressam nos dias atuais. Compreendendo que as mudanças ocorreram de forma gradativa, é significativo o número de famílias monoparentais, termo utilizado para denominar como responsáveis, o pai ou a mãe. Esta constituição de família pode ser denominada de “recomposta” a partir do momento em que o responsável pela família venha a se casar ou viver em concubinato com outra mulher e ambos juntarem sua prole dentro de uma casa (art. 1727- Código Civil Brasileiro).

Por isso concordamos com Amaral (2001) que afirma que a família é uma construção social que varia segundo as épocas, permanecendo, no entanto, o “sentimento de família”, que se forma a partir de um emaranhado de emoções e ações pessoais, familiares e culturais, compondo o universo do mundo família.

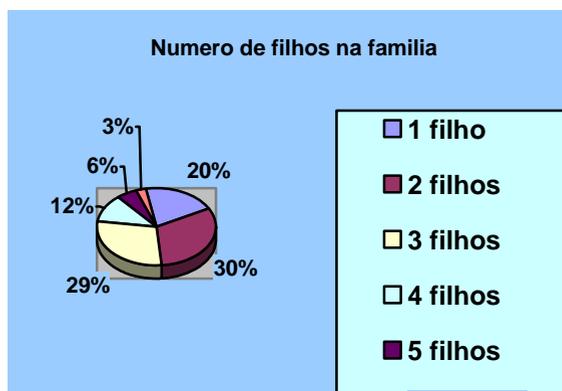
Gráfico 2: Quem são os responsáveis pela família?



Fonte: Questionários respondidos: 523

Este gráfico corrobora os dados do gráfico anterior, reafirmando que os responsáveis pelos educandos, 73% ainda são: o pai e a mãe. Verificamos que as famílias do CMMSJ, na sua maioria são compostas por pai e mãe. Apresentando como obrigação o vínculo dos pais com os filhos, geralmente cabe a mãe a relação com a escola.

Gráfico 3: A família tem quantos filhos?



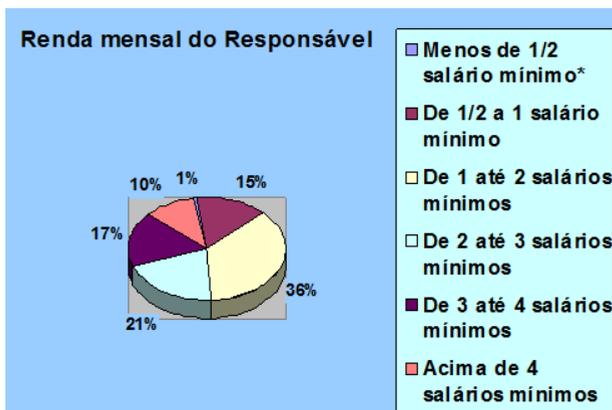
Fonte: Questionários respondidos: 518

Quanto à composição familiar a média de filhos por família é de dois a três, apenas 28% possuem mais de quatro filhos, e 56% das famílias, possuem pelo menos um (a) filho (a) no Marista. Estes dados

podem ser analisados como uma demonstração de que as famílias estão mais conscientes, limitando o número de filhos e prevenindo a gravidez indesejada. Destacamos a contribuição do posto de saúde local que existe desde 1996 na comunidade e que realiza atendimento e prevenção com grupos de mulheres entregando inclusive os métodos anticoncepcionais para as famílias.

Com isto verificamos que as mulheres estão mais conscientes sobre a gravidez não planejada, pois as condições de renda das famílias reforçam esta preocupação, conforme o gráfico a seguir:

Gráfico 4: Qual a renda mensal do responsável?

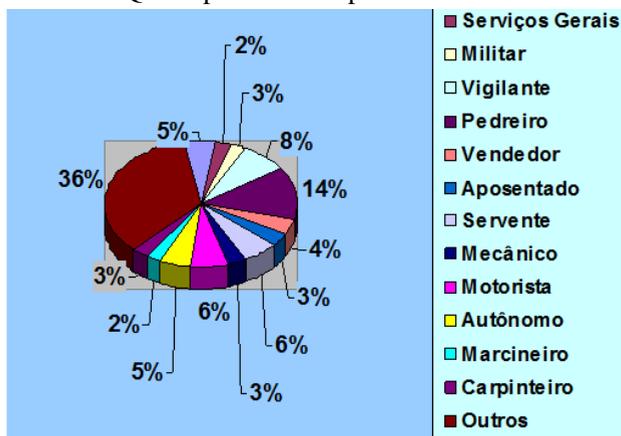


Fonte: Questionários respondidos: 467.

Obs: O Salário Mínimo de (em 2004).

Conforme dados do gráfico 04 percebemos que a média salarial das famílias é de um a dois salários mínimos o que demonstra que as famílias apresentam situação de vulnerabilidade social. No ano em que foi realizada a pesquisa (2004) o salário mínimo era R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais). Estes dados confirmam que o pai é o principal responsável financeiro da família. Para identificar a profissão dos pais perguntamos:

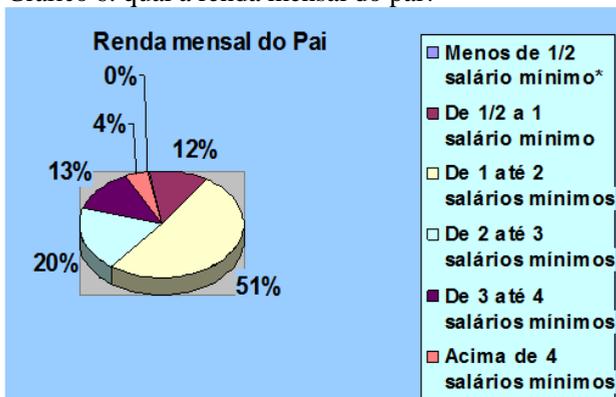
Gráfico 5: Qual a profissão do pai?



Fonte: Questionários respondidos: 467.

O gráfico demonstra que entre as várias profissões exercidas, as que mais se destacam são os serviços gerais, 36% e de pedreiro 14%. Verificamos que as profissões identificadas são diversificadas e geralmente se apresentam como trabalhos informais. A pesquisa não apresentou percentual de pais desempregados. Um dado importante foi que a comunidade, ao responder as questões, considerou qualquer tipo de atividade como trabalho; e mesmo desempregados, através dos “bicos” ou “biscates” conseguem exercer alguma atividade remunerada. Talvez esta seja a razão de ter um percentual grande de pais nos serviços gerais. Quanto a renda dos pais verificamos que:

Gráfico 6: qual a renda mensal do pai?

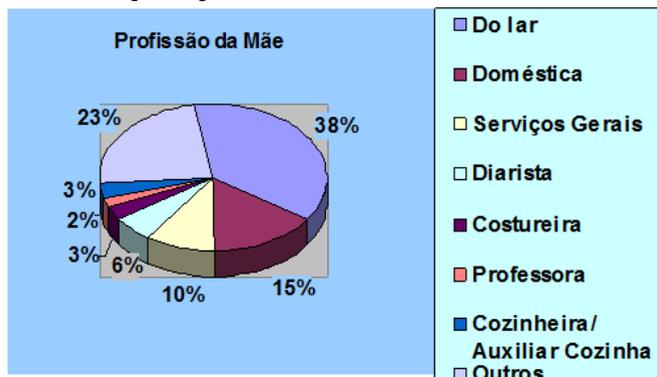


Fonte: Questionários respondidos: 356

* Salário Mínimo de R\$ 260,00(em 2004)

Conforme o gráfico 06 sobre a renda mensal do pai, verificamos que 51% recebe de 1 a 2 salários mínimos e, conforme confirma o gráfico 04, esta renda geralmente provém da figura paterna. Um dado importante neste gráfico é que apenas 356 responderam a pesquisa quando a média de respostas seria de 520. Esta diferença pode caracterizar as famílias chefiadas por mulheres. Conforme aponta o gráfico 02 os educandos que moram só com a mãe somam 21%.

Gráfico 7: qual a profissão da mãe?

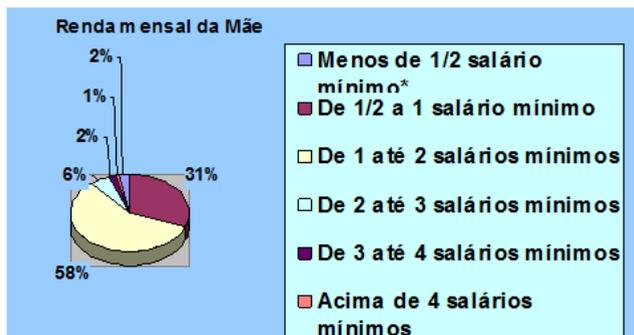


Fonte: Questionários respondidos: 504

Conforme aponta o gráfico 07, constata-se que 38% das mulheres da comunidade Jardim Zanellato estão em casa, e indicaram como profissão: do lar. Das que trabalham identificamos que 15% são domésticas, 10% desempenham serviços gerais e 6% trabalham como diaristas, ou seja, 31% trabalham com serviços relacionados a limpeza e cuidados domésticos. Ao apontar 23% como “outros” esclarecemos que são trabalhos informais como o de babá de crianças, cuidadora de idosos, vendedora de produtos de beleza, vendedora de salgados, doces, catadora de material reciclável, ou seja, os “biscates”.

Acreditamos que um dos motivos pelo qual este grande percentual de mulheres não trabalha fora de casa, pode ser decorrente da falta de creches na comunidade. Este é considerado um dos problemas para as famílias do loteamento Jardim Zanellato, pois a única possibilidade de inclusão na educação infantil é na creche Renascer, que tem parceria entre a Secretaria de Educação e um grupo espírita. Esta oferece poucas vagas e somente para crianças após 03 anos de idade.

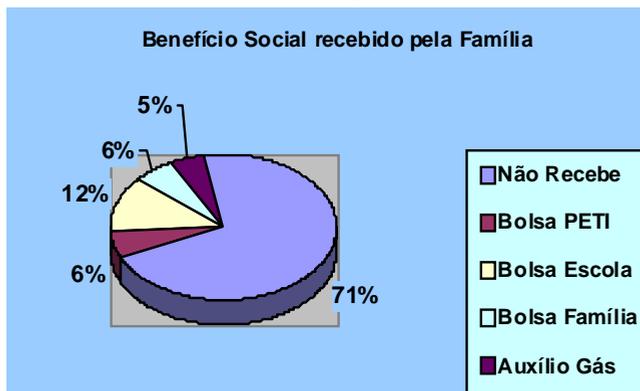
Gráfico 8: Qual a renda da mãe?



Fonte: Questionários respondidos: 272
Salário Mínimo de R\$ 260,00 (em 2004)

O gráfico aponta que 58% das mulheres recebem de 1 a 2 salários mínimos, e 31% recebem de meio a um salário mínimo, confirmando que as mulheres da comunidade que trabalham recebem menos que os homens, e a renda é proveniente de serviços de limpeza conforme apontou o gráfico 07. Verificamos também que somente 272 famílias responderam esta questão, indicando que o número de mães que trabalham é bem pequeno.

Gráfico 9: A família recebe algum benefício social?



Questionários respondidos: 520.

Obs: 31 famílias recebem mais de um benefício.

O gráfico 09 identificou que apenas 29% das famílias recebem os benefícios: Bolsa Escola, Bolsa Família, PETI e auxílio gás, Quanto ao PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), conforme o gráfico, 6% das famílias recebem o benefício e as crianças freqüentam os projetos da jornada ampliada ou do contra-turno na Cidade da Criança do município de São José, anexa à Secretaria do Desenvolvimento Social de São José.

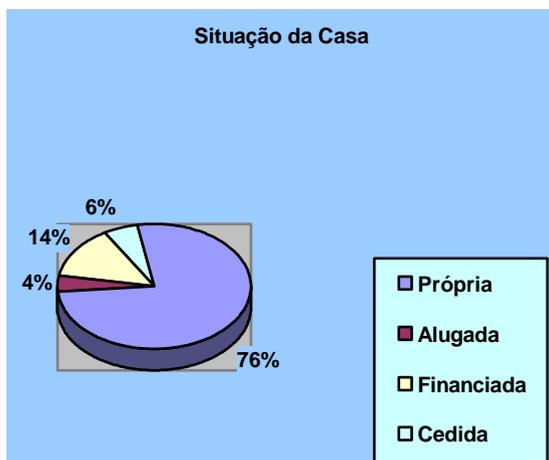
Analisando a renda per capita das famílias, percebemos que 49% recebem menos de um salário mínimo, e 15% delas até um salário mínimo, o que ainda demonstra uma população em situação de vulnerabilidade social (segundo LOAS), que possuem perfil para serem incluídas nos programas sociais do Governo Federal.

Para Kaloustian & Ferrari (1994), a família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo, materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal; em seu espaço são absorvidos os valores éticos e morais, e onde se aprofundam os laços de solidariedade.

Para Vasconcelos (1999) se a progressiva valorização da família na agenda das políticas sociais brasileiras nos anos 1990 vem sendo uma conquista, é importante ter clareza que, para muitos problemas, a família não é a instância de atuação mais propícia. As famílias atendidas pelo CMMSJ ao serem inseridas em programas do governo federal comprovam sua situação de vulnerabilidade social

Portanto é fundamental a relação com as famílias e o conhecimento da sua realidade social, pois favorece a articulação com as políticas públicas. Para identificar as condições de moradia das famílias atendidas pelo CMMSJ verificamos:

Gráfico 10: Qual a situação da casa da família?



Fonte: Questionários respondidos: 458.

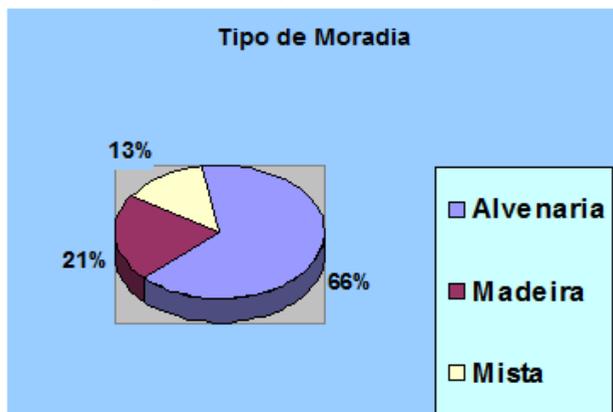
Conforme o gráfico 10, identificamos que 76% das famílias moram em casa própria e 6% em casa cedida. Destacamos as famílias que moram em casas cedidas, pois são aquelas que ao chegarem ao bairro, no primeiro momento moram com parentes. As que apontam morar em “casa própria”, na sua maioria são as famílias que ao chegar ao Loteamento Jardim Zanellato construíram suas casas, em condições bem precárias, e as que em 2003 foram para o Loteamento Morar Bem; e mesmo a casa sendo financiada pelo BIRD, são consideradas pelas famílias como próprias (88% das famílias).

A maioria das famílias que possuem filhos no Colégio Marista de São José, mora bem próximo da escola. A maior demanda fica na Rua dos Operários, na parte mais elevada do Loteamento (encosta) com 32% dos alunos. A este percentual somam-se 23% que eram desta área de risco e foi para o Conjunto Habitacional Morar Bem I; e o restante é oriundo das demais ruas da comunidade, todas com nomes de pássaros como: Curió, Canário, Tico-tico, Sabiá, Beija-flor, Papagaio, Gaivota e a geral do bairro: a Avenida Nossa Senhora dos Navegantes abrangendo um percentual de 45% dos atendidos.

Para verificar a situação de moradia das famílias constatamos que com o reassentamento de 500 famílias para o Loteamento Morar Bem, houve uma mudança na caracterização das moradias, que até 2003 se apresentavam de forma precária pela falta de saneamento básico na

comunidade. Como as famílias foram para moradias mais adequadas a pesquisa revelou que:

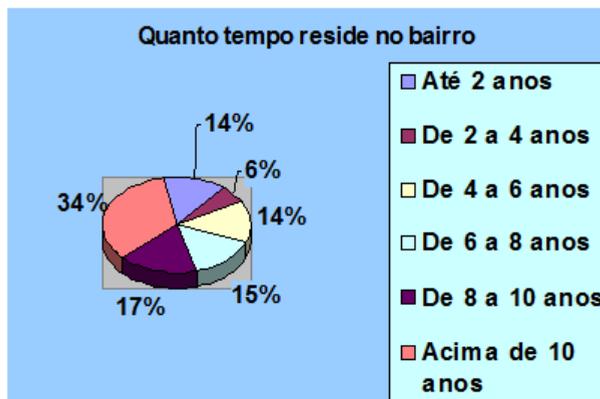
Gráfico 11: Qual a situação de moradia da família?



Fonte: Questionários respondidos: 440.

Conforme o gráfico acima, 66% das famílias mora em casa de alvenaria e 21% em casa de madeira. Este gráfico confirma a situação da casa própria do gráfico 10, e destaca a importância do Loteamento Morar Bem, que proporcionou maior conforto e qualidade de vida para nossas famílias. A situação da casa define que em 2005 as famílias atendidas no CMMSJ já possuem uma moradia mais adequada.

Gráfico 12: Quanto tempo à família reside no bairro?

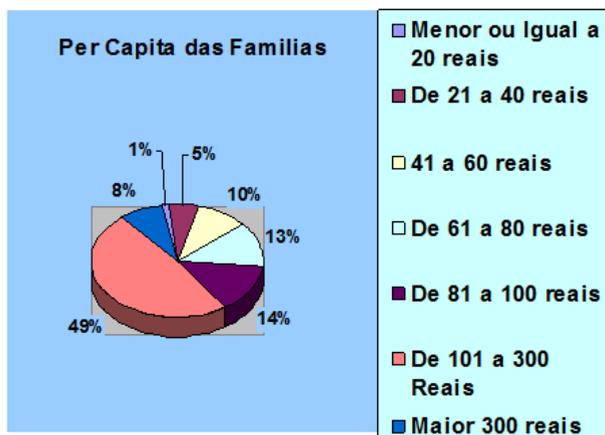


Fonte: Questionários respondidos: 450

Conforme o gráfico 12, as famílias passaram a ter moradia fixa no bairro, sendo que 45% delas já estão a mais de 10 anos na comunidade e 35% de 6 a 10 anos. O que demonstra que a característica da rotatividade dos moradores, observada nos primeiros anos de atividade da escola, já não é tão acentuada, trazendo mais identidade e sentimento de pertença aos moradores do Jardim Zanellato.

A permanência no bairro revela que houve investimento em políticas públicas e serviços importantes como transporte coletivo, conselho comunitário, Igrejas, posto de saúde, posto policial, creches e escolas. Outros fatores revelados pelas famílias através dos atendimentos se devem ao fato dos recursos na área da saúde ser mais disponibilizados à população em uma capital, bem como a presença do CMMSJ na comunidade.

Gráfico 13: Qual a renda per capita da família?



Fonte: Renda Per Capita levantada em 472 Questionários
Média Per Capita das Famílias: R\$ 151,62.

Percebemos no gráfico 13, que 49% possuem renda per capita de menos de um salário mínimo, e 15% delas de até um salário mínimo, o que ainda demonstra uma população em situação de vulnerabilidade social (segundo LOAS).

Verificamos através do diagnóstico social que a comunidade cresceu junto com o CMMSJ, e as famílias procuram recursos externos como hospitais, Conselho Tutelar, Secretarias da Prefeitura, APAE, Fundação de Educação Especial, projetos e programas de apoio, prevenção, reabilitação e tratamento. Em todas essas demandas as famílias contam com a mediação do Serviço Social do Colégio Marista, no sentido de facilitar e democratizar o acesso aos recursos que promovam a sua cidadania.

O perfil das famílias atendidas pelo colégio Marista e Municipal São José vem se modificando juntamente com as melhorias das condições de vida da comunidade. O que nos motivou a escrever sobre a intervenção do serviço social no CMMSJ, refletindo o papel do assistente social na educação e as possibilidades de intervenção, pois, conforme afirma Almeida, 2003, tanto na escola pública como na particular, no ensino fundamental, se vê uma série de fenômenos que se manifestam de forma intensa e complexa. São muitas as expressões da questão social: situações de risco, violência e negligência, utilização de drogas, força do narcotráfico, vulnerabilidade social das famílias,

gravidez na adolescência, evasão escolar, dificuldades de aprendizagem, que por si só não se constituem uma justificativa para a inserção dos assistentes sociais nesta área mas podem ser compreendidas a partir destas expressões na relação com a educação em seu sentido mais amplo, em sua dimensão mais particular, a política educacional.

Esse tipo de estudo é entendido como um instrumento fundamental para nortear os processos de planejamento e gestão do Serviço Social, o que possibilita a sua articulação com outras políticas setoriais. Além disso, para a escola, conhecer a realidade sócio-econômica das famílias dos educando atendidos por ela é importante não só caracterizar a população escolar, como também indicar possíveis alternativas á problemática social vivida por muitos alunos (desemprego dos pais, trabalho precoce, etc.), e que se refletem no cotidiano escolar.

No início do nosso processo de intervenção junto às famílias da Comunidade Jardim Zanellato, identificamos que a comunidade era rotulada como um bairro de famílias acomodadas, desprovidas de recursos materiais e de infra-estrutura. Ou seja, era uma “comunidade carente”, diziam às pessoas que a conheciam. Entendemos que essa imagem sobre a comunidade deveria ser desmistificada, pois muitas famílias que ali residiam representavam ter muito ânimo e capacidade para lutar por melhores condições de vida. Bastava o apoio de um agente externo, no caso, uma assessoria da profissional de serviço social.

Consideramos fundamental o vínculo com as famílias no sentido de promover espaços de informação e conscientização sobre a cidadania. Concordamos com Garcia (2005), que expressa que o Assistente Social se coloca como um importante articulador da relação escola-família, elaborando e executado programas de orientação sócio-familiar, visitas domiciliares às famílias com objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio-familiar do educando, de forma a possibilitar assistido e encaminhá-lo.

No ano de 2005, após análise do diagnóstico social, verificamos que 45% das mulheres da comunidade estavam desempregadas ou eram do lar. Propomos então, o início de um projeto, que após alguns encontros com as mulheres, ficou definido como “Projeto das Artesãs”. O grupo reunia-se semanalmente desenvolvendo a confecção de tapetes tipo “amarradinho”, sendo o começo de um projeto de geração de renda e valorização humana. No decorrer dos encontros, trabalhamos a auto-estima das mulheres que era muito baixa, e conversávamos sobre o cotidiano. As situações trazidas para o grupo eram: a falta de perspectivas de futuro, quebra dos vínculos familiares, situações de

violência familiar, e com o passar do tempo, o grupo foi oportunizando espaços de encontros e palestra sobre temas de interesse das mulheres, para desenvolver a auto-estima, a cooperação entre o grupo e o resgate do potencial de cada uma das integrantes. O projeto passou a se chamar “Valorização Humana e Sustentabilidade”. Estes projetos coletivos serão visualizados nos quadros a seguir compondo as demandas e respostas em relação às famílias: anos: 2005 a 2008

Quadro 16: Integrando os pais na escola (Ano: 2005 e 2006).

Demandas de famílias e comunidade	Respostas/ações
<p>Necessidade de encontros com as famílias</p> <p>Projetos com as famílias</p>	<p>Fortalecemos e realizamos o projeto pais na escola onde refletimos temas como relação familiar, sexualidade, ECA, drogas, limites... As famílias sugeriam os temas e buscamos palestrantes. A estagiária de serviço social da UFSC⁸ acompanhou o projeto e sistematização das ações no seu TCC - Projeto: Pais na Escola.</p>
<p>Projeto de geração de renda para mulheres em situação de vulnerabilidade e violência.</p>	<p>Em 2005 iniciamos o projeto: valorização humana e sustentabilidade. Em 2006 continuamos fortalecendo o projeto com a parceria da ONG crescer sem violência. Oficinas de customização e encontros temáticos</p>

Pesquisa Documental: Quadro de Demandas.

Fonte: Relatórios sociais descritivos CMMSJ de 1998 – 2008.

⁸ GARCIA, Schirley. **O Serviço social no espaço escolar: a experiência no Colégio Marista e Municipal São José.** Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Serviço Social. Florianópolis: UFSC, 2006.

Quadro 17: Fortalecendo os Projetos Através de Parcerias (Ano: 2007).

Demandas de famílias e comunidade	Respostas/ações
Necessidade de interação/projeto com as famílias de educandos com dificuldade na aprendizagem.	Realizamos o projeto Ressignificação da aprendizagem com os educandos envolvendo as famílias este oportunizou detectar problemáticas junto às famílias para posterior encaminhamento na rede sócio assistencial.
Necessidade de projetos com famílias	Com o objetivo de envolver as famílias na escola realizamos o Serviço de orientação sócio-familiar: temas refletidos em encontros no período noturno.
Necessidade de formação sobre a prevenção as drogas	Realizamos parceria com a Polícia Militar oferecendo o curso: PROERD para os Pais.
Necessidade de parceria para projeto com mulheres	Parceria com a ONG crescer sem violência Projeto: Empoderando Mulheres através da promoção dos direitos humanos e do desenvolvimento do potencial criativo (grupo artesãs)
Necessidade de criar grupo de A.A Alcoólicos Anônimos no bairro.	Realizamos uma palestra: representante da fazenda terapêutica para falar sobre prevenção às drogas e experiências com dependentes químicos.
Necessidade de integração entre as entidades do bairro	Foi realizada uma festa de integração entre as entidades e lideranças locais, com o apoio da secretaria de educação.

Pesquisa Documental: Quadro de Demandas

Fonte: Relatórios sociais descritivos CMMSJ de 1998 – 2008.

Quadro 18: Articulando Gênero a Perspectiva do Empoderamento (Ano: 2008).

Demandas de famílias e comunidade	Respostas/ações
Projeto de parceria com as famílias	Continuamos o projeto Família na escola/ meta: tornar a família mais participativa e parceira no processo ensino aprendizagem dos educandos refletindo temáticas para o fortalecimento dos vínculos familiares e mediação família/escola.
Projeto de geração de renda	Continuamos o projeto das artesãs: Valorização humana e sustentabilidade: grupo de artesãs que já confeccionam os tapetes de amarradinho.
Projeto em parceria com ONG	Continuamos o projeto Empoderando mulheres meta: formar grupo de mulheres despertando para a cultura da não violência e resgate do potencial criativo. Parceria com a cooperativa da ONG: centro crescer sem violência
Projeto em parceria com a polícia militar.	Continuamos o projeto PROERD para os pais.
Projeto em parceria com o NUSSERGE/UFSC	Realizamos oficinas de gênero em parceria com o NUSSERGE – núcleo de gênero da UFSC. Encontros sobre sexualidade, lei Maria da Penha, aborto, saúde de mulher, etc.

Pesquisa Documental: Quadro de Demandas

Fonte: Relatórios sociais descritivos CMMSJ de 1998 – 2008.

Verificamos com os quadros de demandas e respostas que nos anos de 2006, 2007 e 2008, que além do atendimento a comunidade e às famílias para encaminhamento de matrícula, o serviço social priorizou, através da orientação do SAS, os projetos de orientação sócio-familiar e sócio-economia solidária com o objetivo de fortalecer os vínculos familiares e projetos de geração de renda. O serviço social passa a priorizar os projetos com famílias garantindo o atendimento a inclusão das famílias em situação de vulnerabilidade social.. Acreditando que ao acompanhar estas famílias e encaminha-las a programas e benefícios da rede sócio-assistencial e realizando reflexão de temas para conscientização empoderamento e busca de transformação estaríamos contribuindo para que nossos educandos melhorassem a aprendizagem e vínculos afetivos. Uma situação que demonstrou este objetivo foi quando ao participar junto com a avó num dos projetos realizados com famílias um educando relatou que “a avó estava mais calma e não tinha mais agredido ele” disse que antes ela era muito nervosa. Este educando vive com os avós e seu pai que era alcoólatra

Analisando os quadros de demandas e respostas do serviço social conforme o ano 2007 e 2008, verificamos que foram realizados os seguintes projetos: Projeto: “Pais na Escola”, Projeto “Valorização humana e sustentabilidade” em parceria com a ONG “Crescer sem Violência”. Destacamos, também, uma importante conquista de cidadania através do projeto: “Empoderando de mulheres através da promoção dos direitos humanos e do desenvolvimento do potencial criativo” no qual incluímos o grupo das artesãs que existia desde 2005.

Verificando os registros do referido projeto, encontramos o relato das profissionais que trabalharam no curso, avaliando a importância do projeto:

“As oficinas refletem uma transformação significativa na vida e no cotidiano de cada participante e provavelmente refletirão na vida familiar de cada integrante”. O companheiro de uma delas relatou: “minha mulher hoje é mais alegre e me espera mais tranqüila fazendo seu artesanato”.

É possível observar, ainda, melhoria na aparência física e emocional de algumas participantes, maior cuidado com o corpo e com a aparência, mais vaidade (auto-estima), expressões mais felizes nos rostos, maior facilidade e desembaraço ao se expressarem e um desejo de se manifestar, de ter vez e voz, de adquirir conhecimento claro dos direitos e deveres em relação à família, à sociedade e a si próprios.

Conseqüentemente, essas mulheres desenvolveram uma maior consciência de seu compromisso social e de sua inserção de maneira digna num mundo que lhe reserva um espaço e no qual podem contribuir socialmente. E esta consciência lhes possibilita sonhos:

“Sonho em ter uma barraca de artesanato na Praça 15”; “vamos montar uma lojinha” entre outros.

As integrantes desse grupo continuam abertas e receptivas na busca constante de novos conhecimentos para capacitação seja na área da customização ou o desejo de aprimorar a técnica de costura (à máquina), de um curso de culinária entre outros. E merece registro o aprimoramento, fortalecimento e expansão das relações sociais e interpessoais, expressadas por elas:

“Hoje já conheço mais pessoas no meu Bairro, cumprimento com bom dia, distribuo mais sorrisos e também os recebo mais”;

“Depois do curso, tenho mais amigas”.

As relações sociais extrapolaram o âmbito bairro, estabelecendo novos contatos através da realização de oficinas de fuxico e amarradinho, nas quais as integrantes foram as oficineiras. Também participaram de Feiras e Exposições em outros municípios. As artesãs já conseguem identificar as tendências nas ruas e lojas, como também aplicá-las no seu dia-a-dia. Com a auto-estima elevada e autoconfiança, algumas mulheres já utilizam as técnicas apreendidas na confecção e venda de produtos no Bairro, em Feiras e Eventos, o que representa um primeiro passo para a concretude dos sonhos e o vislumbrar de uma sonhada independência financeira.

Consta no relatório do Projeto, que “no atual mundo de adversidades e poucas oportunidades, abrir um oportunidade a um grupo de cidadãs, para o entendimento e exercício de direitos e deveres, para uma consciência maior de cuidados pessoais em relação à saúde física e mental é, sem dúvida, auxiliar na reconstrução de um sólido caminho de perspectivas, sonhos e transformações para melhor” (Conforme Relatório do Projeto Ártemis: Empoderando mulheres através dos direitos humanos e do desenvolvimento do potencial criativo, *Parceria entre Centro Crescer sem Violência, Universidade Federal de Santa Catarina, apoiado pela Brazil Foundation, realizado no CMMSJ e acompanhado pelo setor de serviço social*).

O ano de 2007 também se destacou pela interação com as famílias de educandos com dificuldade na aprendizagem, e foi realizado, em parceria com o setor pedagógico, o projeto “Ressignificação da aprendizagem” através do qual, a profissional de serviço social pode detectar problemáticas junto às famílias para posterior encaminhamento na rede sócio assistencial.

No decorrer do projeto, proporcionamos momentos de aproximação com as famílias dos educandos e destacamos alguns dados relevantes do diagnóstico elaborado naquele ano: constatou-se que os educandos são, em sua maioria, oriundos de famílias com mais de cinco pessoas morando na mesma casa. As moradias são próprias e residem no bairro a mais de cinco anos. Destaca-se que mais de 62% das famílias vivem com até um salário mínimo, por esse motivo, muitas delas recebem benefícios sociais como bolsa família.

Ao serem abordadas sobre os motivos de algumas reprovações na escola, às famílias relataram:

“Problemas na aprendizagem, na fala”; “para mim, a vontade de estudar da maioria dos jovens de hoje é muito pouca, só pensam em trabalhar”. “Acham que como nós (os pais) temos uma profissão e só cursamos o 1º. Grau eles também vão conseguir trabalho”; “acham o estudo uma chatice, acredita nisso? Meu filho falta aula, fica na rua, não me escuta mais... vem obrigado para a escola, quase não presta atenção...”; *“ele é ladino, mas não aprende! Acho que não é normal. Reprovou porque tinha dificuldade de ler e tinha que ajudar a mãe que estava doente em casa”. Falta de atenção e carinho! “Está melhorando e se esforçando pelo menos em casa demonstra interesse em aprender”.*

As falas revelam que as famílias ainda culpam a si próprias ou a seus filhos pelas dificuldades ou reprovações. Percebemos o quanto às famílias esperam respostas para estas dificuldades, e que é necessário um trabalho articulado em parceria, buscando alternativas para esta questão. Com o nosso apoio, as famílias passaram a incentivar os educandos, a acompanhá-los no seu desempenho e especialmente a olhá-los como sujeitos capazes! Com a avaliação do projeto, a cada encontro, pequenos ajustes foram sendo feitos como reagrupar educandos por idade independente de série em alguns casos ajudou a motivá-los.

Com o objetivo de envolver as famílias dos educandos, em 2007 implementamos na Escola o “Serviço de Orientação Sócio-familiar”, através de encontros no período noturno, cada qual refletidos temas de interesse, como: relação familiar, como impor limites aos filhos, sexualidade, prevenção às drogas, Estatuto da Criança e Adolescente, liderança comunitária. Como a principal problemática que os pais apontaram foi à questão das drogas, realizamos parceria com a Polícia Militar oferecendo o curso: PROERD para os Pais. Foram 08 encontros, cada um recebeu material em forma de apostila e muita troca de experiências em relação a limites, família e prevenção. Também foi realizada uma palestra por um representante da fazenda terapêutica, sobre prevenção às drogas e experiências com dependentes químicos. O final do curso teve formatura com confraternização e entrega dos certificados na Polícia Militar.

Ainda nesses encontros, várias lideranças da comunidade participaram e sentiram-se mais valorizados ao compartilhar seu trabalho com a comunidade. Foi realizada uma festa de integração entre as entidades, com o apoio da Secretaria de Educação que forneceu a lona para as barracas.

O ano de 2008 se destaca pela parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social e Relações de Gênero – NUSSERGE/UFSC, através do projeto “Oficinas de Gênero com Grupo de Adolescentes e Mulheres” coordenado por uma professora e duas bolsistas de extensão do curso de serviço social. O projeto teve como principal objetivo despertar a consciência de adolescentes e mulheres sobre os seus direitos, e através de discussões e conversas abertas sobre temas propostos pelas próprias integrantes, quais foram: violência contra mulheres, Lei Maria da Penha, corpo e sexualidade, direitos reprodutivos, aborto, saúde de mulher, aposentadoria entre outros. As oficinas eram trabalhadas através de dinâmicas que envolviam técnicas de pintura, argila, painel, dança o que tornou os encontros mais dinâmicos e atrativos.

O projeto proporcionou as participantes uma aproximação ao exercício de empoderamento, ou seja, foi trabalhado com cada uma, o quanto é importante possuírem autonomia e poder de decisão sobre suas vidas, lutarem por seus direitos, e caminhar ao encontro do verdadeiro sentido de cidadania.

Destacamos uma oficina onde as mulheres trazem seus depoimentos sobre a questão da criminalização do aborto. Neste dia, foi entregue um pedaço de papel para cada integrante, e solicitado que elas expressassem a sua opinião sobre o aborto, em apenas uma palavra. As

palavras mais mencionadas no papel foram: crime, ódio, raiva, irresponsabilidade, pecado. Em círculo, foi pedido para cada uma ao falar sobre a palavra que escreveu. A partir destes depoimentos foi falado sobre a criminalização do aborto no Brasil, e esclarecido em que situações o aborto é permitido: em caso de anomalia fetal, estupro e risco de saúde da mulher.

No decorrer do projeto constatamos que as participantes que compareciam às Oficinas socializavam experiências e constatavam que não estavam sozinhas em relação à determinados problemas como: a violência intra-familiar, discriminação, seus atuais modelos de família, seu corpo entre outros. Sentiam-se mais seguras e motivadas para enfrentar a realidade e lutar pelos seus direitos.

Outro resultado muito importante foi o fato de publicizarmos os mais diversos direitos das mulheres, os direitos estabelecidos pela ONU, direitos previdenciários, direitos reprodutivos enfatizando a importância de lutarem pela sua cidadania. Uma integrante enfatizou o uso de anticoncepcional: “A Igreja proíbe a pílula, mas se a mulher não toma, fica cheia de filhos e quem vai cuidar? O Padre?”.

Através da participação e dos depoimentos ressaltados em cada Oficina, e principalmente na Dinâmica de Avaliação constatamos possibilidades de empoderamento e emancipação das Mulheres frente às demandas do cotidiano.

Conforme Lisboa (2007):

O empoderamento é um processo pelo qual pessoas ou comunidades criam o seu próprio espaço vital, e a partir dele aprendem a lidar criativamente com situações problemas e em função de suas necessidades básicas; o enfoque é centrado na força e na capacidade das pessoas de descobrir e desenvolver suas capacidades para vencer e superar seus problemas tanto individuais como sócio-estruturais.

Ainda que um processo de mudança levasse tempo para se concretizar, sentimos através das falas das mulheres que o primeiro passo já foi alcançado como podemos constatar através dos depoimentos: “Aprendi muita coisa, agora sei o poder que tenho”; “Nós mulheres temos a nossa rotina, mas temos que ter preocupação conosco, temos que nos querer bem, e nos amar acima de tudo”.

A realização deste Projeto proporcionou um trabalho integrado entre o curso de Serviço Social da UFSC, o Colégio Marista e mulheres, mães dos educandos e moradores da comunidade. Da mesma forma, a intervenção do Serviço Social junto ao Grupo de Mulheres da Comunidade Jardim Zanellato, proporcionou a equipe de o serviço social vivenciar uma prática colocando o saber adquirido na Universidade a serviço das pessoas excluídas, que segundo Sposati (1996):

A exclusão social é a impossibilidade de poder partilhar, o que leva a vivência da privação, da recusa, do abandono e da expulsão, inclusive com violência, de um conjunto significativo da população. Por isso é uma exclusão social e não pessoal. (...) A exclusão social é aqui entendida como uma situação de privação coletiva que inclui pobreza, discriminação, subalternidade, a não-equidade, a não-acessibilidade, a não-representação pública como situações multiformes (SPOSATI, 1996, p. 67).

A experiência proporcionada pelo projeto estabeleceu a mediação entre os instrumentos teórico metodológico e ético-político da profissão.

Enquanto assistente social do CMMSJ acompanhar este projeto em parceria com o NUSSERGE abriu possibilidades de emancipação para as mulheres em situação de risco e vulnerabilidade, além de proporcionar momentos de fortalecimento da auto-estima e o empoderamento inclusive o meu, pois foi desta parceria que me senti valorizada para inclusão no mestrado de serviço social da UFSC.

3.4 AS DEMANDAS E RESPOSTAS DO SERVIÇO SOCIAL EM RELAÇÃO AOS EDUCADORES E COLABORADORES: DECIFRANDO O CMMSJ ENQUANTO UMA UNIDADE SOCIAL

Ao relatar a experiência do serviço social no CMMSJ, destacamos que um dos nossos objetivos de atuação profissional no CMMSJ foi realizar a mediação entre a escola e a realidade social do educando que envolve a família e a comunidade. Ressaltando que o CMMSJ é considerado uma entidade de assistência social, conforme prevê o artigo 3^a. Da LOAS: consideram-se entidade e organizações de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, o

atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos” (BRASIL,2005,p.01).

Durante os atendimentos junto aos educadores e gestores oportunizávamos a reflexão sobre a importância de investigar as causas das situações dos educandos. Quando estes refletiam agressividade, ou se retraíam, quando manifestava comportamento diferente, a profissional de serviço social sempre procurou questionar o que poderia estar acontecendo para que aquele (a) educando (a) agisse daquela forma? Investigávamos a situação e ao conseguir entender e não justificando a situação, procurávamos envolver a equipe pedagógica nas estratégias de encaminhamento com respeito à fala do educando. Muito nos indignava quando este educando não era ouvido, e recebia advertência apenas pela sua indisciplina.

Algumas situações geravam preconceitos e rótulos como o caso de uma educanda que de repente começou a se vestir como um menino, com roupas largas, cortou o cabelo bem curto e andava desleixada. Os comentários eram de que ela estava assumindo sua homossexualidade, que estava estranha! Em atendimento pelo setor de serviço social, a educanda relatou que se vestia dessa forma, pois não queria que nenhum homem se aproximasse dela, desvelando que o tio tentou abusá-la sexualmente. Diante de tal situação, o papel do serviço social foi fundamental para identificar o motivo do comportamento da menina na escola, que estava passando por uma situação de risco envolvendo violência doméstica e abuso sexual. Este cuidado com as situações expressadas foram aos poucos tomando forma no CMMSJ os educadores e colaboradores passaram a ser mais cautelosos e a conhecer melhor realidade.

Passamos a envolver os educadores e colaboradores em momentos de formação, refletindo alguns temas que proporcionavam subsídios sobre a realidade social destes educandos como orientação sobre o Conselho Tutelar, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e demais programas da rede sócio-assistencial que atendem situações de violência sexual, gravidez na adolescência e educação sexual.

Conforme Bressan (2000), o Assistente Social na escola contribui na formação permanente dos educadores, sobretudo no sentido de ampliar a visão dos mesmos sobre o educando para além do pedagógico, possibilitando a construção de um olhar que contemple a dimensão sócio-familiar das crianças e adolescente.

Da mesma forma, para Souza (2008), ao atuar na área da educação escolar, o profissional de serviço social deve e pode ocupar um espaço na comunidade escolar mais ampla. Este profissional deve estar habilitado para desenvolver estratégias de atuação não apenas a determinados perfis de educando (carentes, desassistidos) e suas famílias, mas também, contribuir com a formação social dos educadores, na elaboração e operacionalização de ações conjuntas do projeto político-pedagógico, decifrando a realidade social onde a escola, “[...] tendo em vista a adequação do projeto educacional a essa realidade e participar de ações desencadeadas a partir da escola ampliando os limites de sua ação á comunidade” (Arias, Silva, 1988, p. 68).

Através dos momentos de formação refletimos com os educadores e colaboradores que quando o CMMSJ chega à comunidade em 1996, os educadores e colaboradores iniciam um trabalho difícil, pois a aprendizagem era preocupante e as condições familiares também. Ao iniciar minha intervenção como assistente social em 1998, encontrei uma escola organizada e de qualidade, com educadores comprometidos e preocupados com a aprendizagem dos educandos, mas que precisavam estar envolvidos coma realidade social do educando, pois quanto a aprendizagem segundo Fanfani (2007):

Todas as crianças podem aprender (ser educadas) sob a condição que se lhes ofereça uma oportunidade de aprendizagem pertinente, ou seja, adequada às condições materiais, sociais e psíquicas que estruturam a vida do educando. O problema surge quando as crianças e adolescentes não tem satisfeitas certas necessidades básicas que condicionam sua aprendizagem, ou quando possuem determinadas características particulares (situação social vulnerável, língua materna diferenciada das demais crianças, costumes que pertencem a uma cultura diferenciada) que não são consideradas pelas instituições escolares. (FANFANI, 2007, p.130).

O autor aponta para a necessidade de conhecer as condições sociais e psíquicas que estruturam a vida do educando, pois estas influenciam na aprendizagem. Encontrei uma equipe administrativa e pedagógica envolvida, mas com uma visão muito voltada para assuntos internos da qualidade do ensino entendendo que caberia ao serviço

social o atendimento de situações que envolvesse as famílias e comunidade.

Nos encontros de formação com os educadores e colaboradores, passamos a divulgar o perfil dos educandos e suas famílias, para que os mesmos pudessem visualizar melhor a realidade social que os mesmos se inserem. Realizamos um encontro especialmente com os educadores sobre o tema: “Realidade dos alunos, refletindo o diagnóstico e situações atuais, condições precárias e dificuldades na escola”.

Além dos encontros internos (na escola) convidávamos os educadores para percorrer a comunidade com o objetivo de conhecer os locais e as condições de moradia e modos de vida dos educandos. Antes de cada saída, combinávamos de visitar aquelas famílias que os educadores mais gostariam de conhecer. Recordo-me de uma situação em que ao retornar de uma visita a comunidade, uma educadora falou que não imaginava que aquele educando vivia assim, que agora entendia o porquê das reações agressivas que ele manifestava em sala, e disse que iria conversar mais com ele, buscar entendê-lo sem julgá-lo. Este relato demonstra mais uma vez o importante papel que o serviço social desempenhou ao despertar interesse nos educadores em conhecer melhor a realidade social dos educandos, e enxergar além da sala de aula.

Outra atribuição do serviço social junto ao CMMSJ foi trabalhar como mediador entre educador, educando e a comunidade, motivando o educador a entender o quão significativo é a parceria junto às famílias. Uma situação onde o papel do educador foi indispensável para a identificação de uma situação de violência sexual. Ao falar sobre o ECA em sala de aula, a educadora percebeu que uma menina de 12 anos estava chorando e a levou ao setor de serviço social. Conversamos juntas, e a menina nos revelou que o padrasto estava tentando mexer com ela, passar a mão, fazer carícias. Ao envolver a mãe no atendimento, esta disse que já desconfiava que a filha já estivesse tomando remédios para depressão e que ela não deixaria mais esta situação acontecer, pois estava decidida a se separar do companheiro. A separação realmente aconteceu, e a violência foi rompida.

Com o início do remanejamento de muitas famílias para o loteamento Morar Bem, em 2003 foi realizado um encontro sobre o projeto Educação Sanitária e Ambiental, construindo juntos propostas de atuação em sala de aula sobre a questão da higiene e meio ambiente e encontro de capacitação para Educação Ambiental para acompanhamento do projeto: Morar Bem.

Mais uma situação que demandou reflexão com educadores: muitas famílias que moravam na área de risco não tinham banheiro em casa e trazia situações para a escola, e uma educadora, em sala de aula, pediu e orientou uma educanda a vir para a escola mais “cheirosinha” que usasse um desodorante, tomasse banho. A educanda procurou a profissional de serviço social entregando uma cartinha que dizia: “*como vou tomar banho se lá em casa não tem nem banheiro, a gente faz as necessidades, coloca num saquinho plástico e joga no lixo?*” Situações como estas necessitavam ser refletidas com os educadores e a visão dos mesmos precisava ter a realidade social como pano de fundo, ou seja, para compreender o educando em sala era necessário ir além.

O ano de 2003 oportunizou mudanças significativas tanto para a comunidade com o reassentamento das famílias da área de risco para o loteamento morar bem I, e também mudanças para a instituição Marista com a junção das Províncias Maristas de Santa Catarina (UCE) e de São Paulo (ABEC) constituindo-se então a Província Marista do Brasil Centro-Sul. Este acordo desencadeou muitas reuniões e estudos dos integrantes das antigas províncias visando à implementação da unificação e foram constituídos pela nova Província os GTS (grupos de trabalhos) dos diferentes setores, para alinhar e reestruturar as ações dos colaboradores de acordo com as novas diretrizes da “Nova Província”, entre eles o Setor de Assistência Social, que após a unificação, ganhou mais visibilidade e autonomia.

O serviço social do CMMSJ passa a representar a UCE de Santa Catarina no Grupo de trabalho para alinhamento institucional, portanto começa a participar de reuniões na cidade de Curitiba, PR, precisando diminuir os atendimentos de demandas na instituição e atender as demandas institucionais de planejamento e gestão.

Em 2004 no CMMSJ foi instituída uma Equipe Gestora, constituída pela Direção, e representantes dos setores pedagógico, social e pastoral, passamos a conduzir, respaldado pelo SAS, a implementação das intervenções, apontadas pela análise das informações apuradas na avaliação institucional.

Acreditamos que o Serviço Social na escola passa a contribuir no sentido de atuar no processo de conscientização acerca da importância da participação dos diferentes sujeitos (direção, professores, educando, famílias, funcionários) para pensar o cotidiano da instituição escolar. Conforme Martins (2001):

O trânsito pelas vias com as quais a ação profissional do assistente social se espraia nas relações sociais no âmbito da equipe de profissionais da escola; nas relações institucionais, articulando as diferentes políticas sociais e a proximidade da relação que o profissional pode estabelecer com a população usuária da escola pública, poderá rearticular partes fragmentadas isoladas, facilitando o exercício da função social da escola (MARTINS, 2001, p. 29).

Passamos a realizar inúmeros estudos voltados para a ampliação da relação: família-escola-comunidade, priorizando o protagonismo, a solidariedade, a cooperação e a cidadania dos agentes da comunidade educativa do CMMSJ e por consequência, do Jardim Zanellato. Estas ações eram orientadas pelo SAS setor de assistência social da província Marista, pois em 2005 e 2006 estávamos elaborando o PSE projeto sócio educativo da escola. Passamos então a Sistematizar no PSE o programa de Formação Continuada com reflexão da prática sócio-educativa.

Segundo Souza (2008) quer seja no espaço do exercício de sua prática, ou nos diferentes processos de trabalho, o assistente social deve ter a perceptibilidade do seu papel ao redirecionar idéias, atitudes, ações dentro de uma cultura predominantemente contraditória. A sua área de atuação vem sendo consolidada dentro de uma dinâmica contraditória de lutas sociais e de correlação de força.

Tomando como exemplo a educação, um dos espaços estratégicos de atuação do Estado, é pertinente sinalizar que nesta a dimensão educativa do trabalho do assistente social deve ser considerada não apenas em termos da valorização da sua inserção nas unidades educacionais, mas do seu desenvolvimento com os processos sociais em curso, voltado para a construção de uma hegemonia no campo da educação e da cultura, dos quais os educadores trazem significativos acúmulos e tradição, seja no campo do pensamento intelectual, seja nas ações profissionais e política “(ALMEIDA. 2005 p. 25)”.

Avaliamos que no decorrer do nosso exercício profissional, procuramos contribuir com a equipe de funcionários do Colégio Marista no sentido de implementar uma gestão democrática e atuar no processo de conscientização acerca da importância de incluir a participação dos diferentes sujeitos no cotidiano da instituição escolar: educadores, educandos e famílias. Desse modo, sentimos que participamos do

processo de elaboração e operacionalização do projeto Político Pedagógico da escola, incentivando, principalmente uma gestão democrática e participativa dos integrantes da mesma.

Durante a construção do PSE em 2005/2006 procuramos envolver todo o contexto escolar através de encontros com educandos, educadores, colaboradores, famílias e a comunidade. Respaldados pelo SAS setor de assistência social da província, sendo nosso PSE muito elogiado. O Assistente Social enquanto um profissional da equipe interdisciplinar e que tem nas relações sociais seu eixo de atuação, faz da prática sócio-educativa o eixo-básico de sua intervenção.

Esta mudança do objetivo fortaleceu a visão social do Colégio reforçando o que Almeida (2003) destaca que nessa tentativa de formular reflexões da contribuição do serviço social na educação, temos o entendimento sobre o que concorre para o interesse de estudos que articulam essas áreas. Um dos fatores é a compreensão do significado estratégico que a educação tem na reformulação de novos valores e no processo de luta em torno de uma nova sociedade. Assim a dimensão estratégica da educação no processo de transformação social é um dos mais marcantes elementos justificadores desse interesse.

Após a elaboração do Projeto Sócio Educativo a escola amplia seu olhar para a comunidade externa, permitindo a realização de parcerias com universidades e ONGS, promovendo projetos de cidadania e proporcionando maior abertura para as famílias na escola. Conforme relatamos na análise das demandas e respostas do serviço social na relação com as famílias e a comunidade.

O campo para o Assistente Social na área da educação abre muitas perspectivas: poderá criar condições para maior democratização da gestão escolar e da participação da família na discussão da proposta pedagógica da escola, grupos de pais, etc. estimulando assim, aprendizados e a vivencia de processos democráticos, pois conforme é colocado por Lima (2003):

Para que a escola passe a ser uma instituição democrática faz-se necessário a assimilação dos agentes educacionais do que seja a construção do processo democrático cotidiano da escola [...] A gestão democrática do ensino público tem se constituindo um grande desafio que inclui a autonomia, participação e decisão compartilhada com todos os atores que convivem no espaço escolar. (LIMA 2003, p. 63).

No atual contexto diante da dificuldade que a escola tem de implementar uma gestão democrática, é que se vislumbra uma importante contribuição do Serviço social na mediação com todo o contexto escolar no sentido de construir uma prática democrática e articulada com as diferentes políticas sociais.

Conforme Martins (2001):

O trânsito pelas vias com as quais a ação profissional do assistente social se espraia nas relações sociais no âmbito da equipe de profissionais da escola; nas relações institucionais, articulando as diferentes políticas sociais e a proximidade da relação que o profissional pode estabelecer com a população usuária da escola pública, poderá rearticular partes fragmentadas isoladas, facilitando o exercício da função social da escola. (MARTINS, 2001, p. 29).

Esta articulação com as políticas sociais foi fundamental para as conquistas na comunidade, pois estando o profissional de serviço social em contato com as redes sócio assistenciais e o poder público passa a ser um elo importante para facilitar e acessar os recursos existentes e possíveis para a população. Concordamos com Souza (2008) quando afirma que o perfil educativo do assistente social enraíza-se quando constrói como uma rede de relações articulações dentro e fora da escola; quando mobiliza diferentes instituições (família, conselhos comunitários, centro de saúde, etc.) e profissionais em prol de uma educação produtiva; no instante em que não só compreende e decifra a realidade, mas, propicia que os outros do seu círculo de trabalho também a analise criticamente; ao compreender a pesquisa como aliada para o avanço da profissionalização e de uma análise mais apurada da prática profissional.

Durante os momentos de formação com os educadores e colaboradores no CMMSJ principalmente em 2007 o serviço social propiciou uma apresentação dos projetos realizados com as famílias e em 2008 destacamos no encontro de educadores e colaboradores a necessidade de novo diagnóstico social para identificar mudanças já percebidas no cotidiano. Nesta época o serviço social estava representando a unidade CMMSJ nos estudos da província sobre novos rumos de intervenção, estava refletindo a proposta da instituição alinhada a nova política da assistência social, repassamos aos

educadores e refletimos que na comunidade houve muitas transformações. Este encontro proporcionou uma reflexão importante sobre a atuação do CMMSJ na comunidade.

Analisando as mudanças que foram ocorrendo durante a intervenção do serviço social no CMMSJ de 1998 a 2008 podemos analisar que em relação à política pública de saúde, a comunidade passou a acessar os postos de saúde, que além do atendimento local possibilitaram atendimento nas moradias através do médico da família e das agentes de saúde. Melhorias nas políticas de habitação proporcionando o reassentamento das 500 famílias da área de risco para o Loteamento Morar Bem I, melhorias na política de educação, pois foram criadas após a chegada do Colégio Marista, mais duas escolas na comunidade: Escola Municipal da Araucária e do Morar bem I. Em 2003 a criação do EJA noturno e curso de alfabetização de adultos no Marista, sendo que o serviço social encaminhou várias famílias para elevação do nível de escolaridade, e políticas de transferência de renda como a bolsa escola, auxílio gás, bolsa família, programa PETI e a jornada ampliada que o serviço acompanhou conforme os quadros de demandas e respostas.

Ou seja, o CMMSJ ao iniciar o atendimento a comunidade em 1996 acompanha as mudanças na política social do País, uma vez que a década de 1990 se caracteriza por uma notável elevação de desemprego e precarização das relações de trabalho, aumento da violência nas cidades, baixa qualificação do trabalhador brasileiro para responder às demandas impostas pela transformação do mundo do trabalho, exploração do trabalho infantil e elevação da pobreza.

Diante desta realidade vivenciei minha intervenção de onze anos na instituição acreditando que o papel da escola estava além do pedagógico. E que para conseguir uma boa aprendizagem e convivência na escola era fundamental envolver os educadores e colaboradores na realidade social dos educandos compreendendo a instituição como um todo social. De acordo com Iamamoto (1998) conhecer a realidade é aprender a questão social,

Junto a qual se pretende induzir ou impulsionar um processo de mudanças. Nesta perspectiva, o conhecimento da realidade deixa de ser um mero *plano de fundo para* o exercício profissional, tornando-se *condição do mesmo*. (IAMAMOTO, 1998, p. 62).

Portanto podemos afirmar que a educação e a instituição escolar guardam em si a possibilidade de contribuir para mudanças significativas na sociedade, se a considerarmos como espaços fundamentais para ampliação da cidadania e fortalecimento da democracia.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi contribuir para o estudo e compreensão da nossa atuação como assistente social no Colégio Marista de São José/SC, buscando estabelecer uma articulação entre a teoria e a prática e ressaltar as possibilidades de intervenção nesse espaço sócio-ocupacional.

No estudo bibliográfico identificamos que o processo de democratização ocorrido no Brasil nas décadas de 80 e 90 facilitou o acesso a escola, houve realmente uma ampliação da política educacional, mas ainda falta garantir a inclusão social de um grande número crianças e adolescentes reconhecendo a educação como integrante de uma política social.

Procuramos na primeira seção de nosso estudo, esclarecer à legislação que privilegia, além das instituições públicas e privadas de ensino, as instituições não governamentais que não prevêm fins lucrativos, como é o caso do Colégio Marista de São José.

Situamos neste estudo o CMMSJ, espaço da nossa atuação profissional, resgatando o histórico da Instituição Marista para compreender sua trajetória na educação. Verificamos que a Instituição está presente em 76 países e atende cerca de 500 mil crianças e jovens de diversas etnias. No Brasil, a concentração é de 30% destes atendimentos, portanto uma importante contribuição desta Instituição, que desde a década de 1990 vem refletindo sobre a sua atuação com base nas constantes mudanças na legislação nas áreas da Educação e da Assistência Social. Acreditamos que estas mudanças foram necessárias para a continuidade do trabalho filantrópico da Instituição, que passa a incorporar como base na sua ação, a noção de direito e cidadania enfatizada pela Constituição de 1988, bem como a nova LDB, incluindo os desafios educacionais refletidos na instituição e com isso, inserindo o profissional de serviço social.

Respaladas pelo Projeto Ético Político de nossa profissão, entendemos que a aplicação da lei na vida cotidiana dos cidadãos revela o distanciamento entre o direito de acesso a assistência social e a prática do favor e da filantropia. Compreendendo que esta é uma difícil tarefa para os Maristas e outras instituições: “transformar princípios em regras para a ação prática e direta”.

Neste aspecto o profissional de serviço social na área da educação desempenha um importante papel na perspectiva de conscientização sobre o acesso aos direitos e luta por cidadania.

Em relação à garantia dos direitos sociais, Fanfani (2007) salienta que as políticas públicas têm dado respostas insuficientes e inadequadas às demandas da educação:

a) a primeira tem a ver com a ampliação da oferta escolar, especialmente para adolescentes dos setores populares. Construção de escolas, ampliação e valorização do quadro docente, equipamentos escolares, entre outros; b) a segunda linha de política tem a ver com as denominadas “políticas compensatórias” que buscam assegurar determinadas condições básicas para garantir a educação e aprendizagem de crianças e adolescentes provenientes de famílias excluídas; c) a última política, a mais ambiciosa, é a que se propõe a produzir mudanças qualitativas na oferta escolar, adaptadas às novas circunstâncias do desenvolvimento nacional, integração social, competitividade e cidadania (FAFANI, 2007, p.93).

O estudo também destacou a preocupação da instituição Marista em privilegiar a instalação de centros sociais em comunidades em situação de risco e vulnerabilidade social, oferecendo serviços de acordo com a realidade e demandas locais. Sendo estes serviços espaços de atuação para o assistente social valorizado na instituição principalmente após 2004, com a junção das províncias que contratam assistentes sociais para todas as unidades sociais.

Em Santa Catarina destacamos que houve um processo gradativo de avanços, pois o foco inicial era formar novos irmãos através dos centros de formação e a partir da década de 90 os Maristas foram encaminhando suas ações priorizando uma aproximação com as famílias vulneráveis através das escolas formais gratuitas e depois dos centros sociais, privilegiando as parcerias com organismos públicos e privados. Nosso estudo focou a unidade social: Colégio Marista e Municipal São José com o propósito de desvelar nosso campo de atuação profissional.

Procuramos contextualizar a unidade social e seu território de abrangência, revelando através de dados obtidos através do Diagnóstico Social realizado na Instituição em 2005, que continuaram comprovando inúmeras demandas e a necessidade de políticas públicas na comunidade. Ao apresentar os objetivos da escola verificamos que

inicialmente estavam voltados para a promoção de uma educação pautada nos valores maristas, destacando a solidariedade e a fraternidade.

Compreendendo a escola como espaço da política social, que enquanto instituição social deve articular os conhecimentos com a realidade social, nos desafiamos a assimilar junto com a instituição o que Bressan, (2001) nos apresenta: compreender a educação como uma política social que precisa discutir papel que a escola assume numa sociedade tem o e seu compromisso com os direitos sociais.

O Colégio Marista se apresentou para o serviço social como um espaço rico de possibilidades de ações interventivas, na direção do fortalecimento da democracia e da conquista de cidadania. Conforme aponta Martins (2001): este contexto confere ao serviço social um papel revelante, pois lhe apresenta demandas com as quais trabalha no cotidiano. Foi com base neste componente concreto de trabalho que procuramos desvelar nossa atuação.

Identificamos por meio do processo metodológico desta pesquisa, que a intervenção da assistente social no CMMSJ contribuiu para as respostas às demandas que se apresentaram ao serviço social durante uma década de intervenção (1998-2008).

No livro “Presença Marista”, de autoria de Cavalcanti (2010), encontramos a fala de uma moradora da comunidade do Jardim Zanellato que vem ao encontro da valorização e do reconhecimento atribuído à instituição e ao papel do profissional de serviço social junto ao Colégio Marista. Conforme a referida moradora e mãe de um ex-aluno:

“existem duas histórias na nossa comunidade: antes e depois dos Maristas. Com a chegada deles veio toda uma cidadania, veio todo um resgate de quais são os seus direitos e suas obrigações como cidadão. Não tem como atrelar todo o desenvolvimento do bairro sem contar com o Colégio. Realmente, foi um trabalho social muito bom. Havia palestras com gente de fora, professores e educadores, muitas direcionadas para os familiares. Houve um engajamento que sempre respeitou os valores de família. Para mim, o que diferencia a ação marista é a preocupação com o ser, em formar o ser. Isso é tudo.”.

Esta fala revela justamente a preocupação dos Maristas com a questão social e com os valores da população, que por sua vez sentiam

que a escola proporcionava segurança e formação humana. Quando a referida moradora destaca a cidadania e os encontros com as famílias, identificamos que a mesma se refere à intervenção do serviço social em aproximar a família da escola e promover espaço de reflexão dos direitos.

Enfim, através do levantamento das demandas verificamos esta mediação entre o serviço social e a realidade social do educando e suas famílias. Neste aspecto, procuramos garantir que a escola executasse sua função social de proteção dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, como assegura o ECA. Inclusive, procuramos despertar nos educandos, a aceitação das diferenças, pois as demandas de agressão, indisciplina, bullying, evasão escolar, dentre outras questões exigiram, além da nossa intervenção, uma mediação com a equipe interdisciplinar da escola.

Verificamos que o processo de intervenção iniciou em 1998 e apontou para a necessidade de conhecer o contexto social do educando articulando escola e realidade social, que ocorreu através de atendimentos, encaminhamentos, de visitas domiciliares e inclusão em projetos. As demandas e respostas foram apresentadas ao serviço social e oportunizaram o que Almeida, (2003) destaca que a inserção do assistente social deve expressar uma das estratégias de enfrentamento desta realidade na medida em que represente uma lógica mais ampla de organização de trabalho coletivo na esfera da política educacional.

Essa estratégia de enfrentamento requer uma articulação entre as mediações particulares e individuais ou coletivas, que trazidas pelos usuários no cotidiano de trabalho, transforma-se em demandas que refletem as exigências do contexto sócio-econômico, político, imaginário e ideológico. Com isto compreendemos a totalidade de um atendimento. Para exemplificar procuramos neste estudo também revelar algumas situações do cotidiano contribuindo com as reflexões quanto à necessidade e importância do assistente social nas escolas.

Conforme Fanfani (2007) é consenso entre os educadores que a probabilidade de aprender na escola depende de uma série de condições: sociais, culturais, psicológicas, cognitivas e lingüísticas. Atualmente, constata-se que a heterogeneidade e a desigualdade social estão cada vez mais institucionalizadas, uma vez que o local de moradia e outras características sociais e culturais determinam o acesso às instituições escolares. Portanto, é necessária uma relação da escola com todo o contexto sócio-econômico e cultural. A escola não pode atuar por si só, ela necessita abrir-se para uma perspectiva relacional, ou seja, dialogar com a família, com os educandos, com os educadores, com o sistema

político (Estado), com a academia e com os diversos segmentos da sociedade civil.

Destacamos nesta década de intervenção a contribuição do serviço social para a efetivação de políticas sociais importantes que ocorreram na comunidade, tais como a inclusão em programas de transferência de renda: programa bolsa escola, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Bolsa Família e Jornada Ampliada para as crianças e jovens do programa, acompanhando e realizando cadastro de inclusão para facilitar o acesso ao programa.

Salientamos, ainda, a implementação de Políticas de Educação como a instalação de duas escolas na comunidade: a Escola Municipal do Araucária e a Escola Municipal do Morar Bem, que atenderam as demandas reprimidas encaminhadas pelo serviço social do Colégio Marista ao Conselho Tutelar e Secretaria de Educação. Destaca-se o trabalho realizado em parceria com a Política de Habitação: implantação do Projeto Morar bem I onde foram reassentadas 500 famílias e por serem as mais vulneráveis da área de risco eram também acompanhadas pelo serviço social estabelecendo mediação com o programa.

A realidade social das famílias apresentou melhorias após a conquista destas políticas sociais, o diagnóstico social de 2005 apontou a melhoria nas condições de moradia e a permanência no bairro como fatores positivos. Ressaltamos que para se trabalhar a família nas políticas sociais tem que ter ainda em mente, como afirma Sarti (1996):

A família para os pobres, associa-se aqueles em quem se pode confiar. (...) Como não há status ou poder a ser transmitido, o que define a extensão da família entre os pobres é a rede de obrigações que se estabelece: são da família aqueles com quem se pode contar, isto quer dizer, aqueles que retribuem ao que se dá aqueles, portanto, para com quem se tem obrigações. São essas redes de obrigações que delimitam os vínculos, fazendo com que as relações de afeto se desenvolvam dentro da dinâmica das relações. (SARTI, 1996 p. 63).

Destacamos que, apesar de nossos onze anos de intervenção profissional, ainda permanecem desafios para as famílias da comunidade do Jardim Zanellato. Um deles é enfrentar um problema de política pública na área da infância, ou seja, não existe educação infantil de zero a três anos na comunidade o que dificulta a inserção das mulheres no

mercado de trabalho, sendo que a única creche que atende na comunidade não consegue atender a demanda. Durante nossa atuação no Marista acompanhamos a luta da associação de moradores em reivindicar esta política que não foi atendida até a presente data. Os projetos de geração de renda e inclusão de mulheres também se configuraram com insuficientes uma vez que não as preparam para o mercado de trabalho. Este desafio também deve ser enfrentado pelas mulheres que, apesar de suas vivências e conscientização sobre as diversas problemáticas que enfrentam no cotidiano, requerem articulação com o poder público para garantir seus direitos.

Verificamos, ainda, em nosso estudo, que os projetos de cidadania realizados com as famílias apresentaram resultados significativos, principalmente em relação à participação e processo de empoderamento das mulheres. No entanto, as mulheres do Jardim Zanellato ainda possuem grandes desafios em relação à conquista de oportunidades de emprego e renda, conforme verificamos nos gráficos apresentados anteriormente, existe uma questão de gênero onde conforme LISBOA, 2007: um dos resultados mais cruéis da ordem de expropriação e exploração ao final deste segundo milênio é a “pobreza de gênero” (Lagarde, 1996, p.166; Shiva, 1993, p.101), produto da dominação–pressão de gênero, e se caracteriza por que:

O gênero feminino é aquele que mais trabalha; recebe menor retribuição pessoal por seu trabalho; enfrenta mais impedimentos e limitações para alcançar riqueza social; possui mais carências, enfrenta mais privações e satisfaz em menor medida suas necessidades vitais. (LAGARDE, 1996, p.170).

Ao analisar as demandas e respostas do serviço social em relação ao contexto escolar verificamos as possibilidades e desafios, foi uma trajetória importante que permitiu um campo rico de atuação, pois encontramos no cotidiano de nossa intervenção junto ao Colégio Marista, várias demandas que se ampliavam além dos muros da escola. Entendíamos que era necessário decifrar a realidade e envolver os educadores e colaboradores neste contexto. Foi um grande desafio cada visita, cada atendimento e projeto iniciado, cada parceria, mas durante este processo conquistamos espaço e respeito. Dessa forma, constatamos que o profissional de serviço social tem no seu campo a possibilidade de

construir relações que favoreçam a democracia e a cidadania, pois os problemas sociais não podem ser enfrentados como situações autônomas, sem relação com as causas estruturais que os produzem. Assegurar o direito a educação significa garantir o acesso e a permanência das crianças e dos adolescentes na escola, discussão que obrigatoriamente atravessa temas da realidade social, política, econômica e cultural.

Concluimos, conforme Fanfani (2007) que a docência é um ofício estruturado ao redor de relações interpessoais. A prática do educador se realiza com e sobre outras pessoas: educandos, pais de famílias, colegas e outros. Para exercer seu ofício, o educador necessita conhecer aquilo com quem se relaciona, e com esta finalidade está obrigado a usar um conhecimento, uma espécie de sentido prático, um conhecimento útil, que existe para resolver problemas práticos. O profissional de serviço social pode ser o mediador desta relação educador e educando.

A constatação por meio deste estudo bibliográfico nos levou a confirmação da necessidade e da importância da inserção do assistente social na área educacional. Constatamos através da nossa experiência concreta de trabalho como assistente social no CMMSJ, que esse espaço sócio-ocupacional é um campo amplo e rico de possibilidades para atuação, intervenção e, sobretudo, para transformação de um cotidiano de exclusão em um patamar de cidadania.

Certamente ainda poderíamos continuar a desvelar este campo de atuação que é bem complexo, pois existem muitos pontos a serem trabalhados, é importante pontuar que este trabalho não teve por pretensão esgotar as reflexões acerca da intervenção do serviço social no espaço escolar, sobretudo no que se refere às demandas e respostas do serviço social, mas, principalmente, levantar questões que contribuam para o debate da inserção do Assistente Social nas instituições educacionais, o que vem ganhando expressividade na categoria da profissão.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. *Serviço Social e política educacional. Um breve balanço dos avanços e desafios desta relação*. Palestra proferida no I Encontro de Assistentes Sociais na Área de Educação, no dia 28 de março de 2003 em Belo Horizonte. Disponível em: [http://www.cress-mg.org.br/Servi%C3%A7o%20Social%20e%20pol%C3%ADtica%20educacional%20-%20Palestra%20Prof.%20Ney%20Teixeira%20\(1\).doc](http://www.cress-mg.org.br/Servi%C3%A7o%20Social%20e%20pol%C3%ADtica%20educacional%20-%20Palestra%20Prof.%20Ney%20Teixeira%20(1).doc)

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. “**O Serviço Social na Educação**”. In: REVISTA INSCRITA. N6. Conselho Federal de Serviço Social, 2000, p. 19-24.

AMARAL, CCG. **Família às Avessas: gênero nas relações familiares de Adolescentes**. Ed. UFC, Fortaleza. 2001.

BACKHAUS, Berenice Beatriz. *Prática do Serviço Social escolar: uma abordagem interdisciplinar*. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 38, ano 13, abr. 1992, p. 37-55.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 9ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 05 jan. 2004.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. In: CRESS/SP (Org). *Legislação brasileira para o serviço social: coletânea de leis, decretos e regulamentação para instrumentação do assistente social*. São Paulo: O Conselho, 2004.

_____. *Código de Ética do Assistente Social. Lei 8662/93 de regulamentação da profissão*. 3ª ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 1997.

_____. Ministério do desenvolvimento social e combate a fome. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasília, 2005.

BRESSAN, Rosane Carla (coord). **Serviço Social na Educação**. Brasília: CFESS, 2001.

CAVALCANTI, Presença Marista. **Os caminhos da educação e da solidariedade**. 1ª. ed. São Paulo:grifo Projetos históricos e editoriais,2010

CAMARDELO, Ana Maria. “**Estado, educação e Serviço Social: relações e mediações no cotidiano**”. In: *SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE*. N46. São Paulo: Cortez. Março/1994, p. 139-162.

CHAUÍ, Marilena . *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.
CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL-CFESS. **Serviço Social na educação**. In: Grupo de Estudos sobre Serviço Social na Educação. Brasília: CFESS, 2001, p. 7 – 32.

CRESS-SP 9º Região (org.). **Código de ética profissional do assistente social**: resolução

CFESS n. 273, de 13 de março de 1993. In: **Legislação brasileira para o serviço social: coletânea de leis, decretos e regulamentos para instrumentação do (a) assistente social**.

Conselho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo, 9ª Região (org.) Diretoria Provisória, São Paulo, 2006, p. 38 - 49.

CFESS. **Código de Ética do Assistente Social**. 3ª Ed., Brasília: CFESS, 1977.

COMISSÃO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO MARISTA (1995-1998).Missão Educativa **Marista-um projeto para o nosso tempo**.3ª. Ed.São Paulo: SIMAR, 2003.

CUNHA, Marcus Vinicius da. **A escola contra a família**. In: LOPES, Eliane Marta T. FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cyntia Greive. **500 Anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autentica 2000.

Declaração mundial sobre a educação para todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Disponível em: <<http://www.dnnet.org.br/direitos/sip/ONU/educar/todos.htm>>. Acesso em: 18 agosto. 2005.

Declaração de Salamanca: sobre princípios, política e prática em educação especial. Disponível em: <<http://www.lerparaver.com/legislação/internacionalsalamanca.html>>. Acesso em: 18 agosto. 2005.

ELIAS, José Carlos (Deputado PTB/ES). **Projeto de Lei Original nº 3.688-B, 2000**: dispõe sobre a introdução do(a) assistente social no quadro de profissionais de educação em cada escola. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/diarios/pdf/sf/2007/08/22082007/28387.pdf>. Acesso em 12 de agosto de 2008.

FANFANI, Emilio Tenti. **La escuela y la cuestion social**: ensayos de sociologia de la educacion – la ed. - Buenos Aires: siglo XXI editores Argentina, 2007.

FERNANDES, Marineli. **O serviço social na educação**: o trabalho profissional sob a ótica dos usuários do Educandário Santa Catarina, 2007, 65f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social). Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. 294p.

GARCIA, Schirley. **O Serviço social no espaço escolar: a experiência no Colégio Marista e Municipal São José**. Trabalho de conclusão de curso. Florianópolis: UFSC, 2006.

GENTILI, Pablo A. A. *A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo*. Petrópolis: Vozes, 1998.

GIL, Antônio Carlos, **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3ª. Ed. – São Paulo: Atlas, 1991.

IAMAMOTO, Marilda Vilela e CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. São Paulo, Cortez, 1982.

_____. Marilda Vilela e CARVALHO, **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo, Cortez, 1998.

KALOUSTIAN, S. M. (Org.) **Família Brasileira: a base de tudo**. São Paulo: Cortez, 1994.

LIMA, Adriana do Carmo B. {et al.}. **Gestão e organização da escola brasileira**. Florianópolis: UDESC/CEAD, 2003.

LISBOA Teresa Kleba, **Empoderamento de mulheres e participação na gestão de políticas públicas**. Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais Participação e Democracia 25 a 27 de abril de 2007. UFSC, Florianópolis, Brasil.

LAGARDE, Marcela. **Gênero y feminismo – desarrollo humano y democracia**. Madrid, Horas & Horas, 1996.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Serviço Social: mediação escola e sociedade**. Dissertação de Mestrado. Franca: UNESP, 2001. Disponível em, <http://www.unitoledo.br> .

MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Trabalho com famílias: um desafio para os Assistentes Sociais**. In: Revista Textos & Contextos. Vol. 3, No 1, 2004.

MARTINELLI, L. M. **A prática como desafio para o ensino do Serviço Social**. *Caderno PUC*, São Paulo, n.10, 1980, p. 94-102.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

NEVES, Marília Nogueira. **Rede de Atendimento Social: uma ação possível?** IN: Revista da Católica, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 147-165, 2009 www.catolicaonline.com.br/revistadacatolica, acessado em 04 de novembro de 2011.

NOVAIS, L. C.C. et al. *Serviço Social na educação: uma inserção possível e necessária*. Brasília, set. 2001.p. 6-32.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e serviço social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social**. São Paulo: Cortez, Belém, PA: Universidade da Amazônia, 1995.

PINHEIRO, Maria Isolina. **Serviço social: infância e juventude descaliadas**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: centro de produção da UERN, 1985

SARTI, Cyntia A. **A família como espelho – um estudo sobre a moral dos pobres**. Campinas, Autores Associados, 1996.

SANTANA, Necilda de Moura. **O serviço social na educação**. In: CRESS-7ª Região/RJ. O serviço social e a educação. Rio de Janeiro: Revista em Foco. Nº 3, abr/2006, p. 36 – 43.

SARMENTO, Helder Boska. **Reflexões sobre atribuições privativas do (a) assistente social**. IN: Textos de Teoria e Prática de Serviço Social. STOCKINGER, Silvia da Costa (org.). Belém, Ed. Amazônia/UFPA, 2005. P. 06-48

SAVIANI, Demerval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez, 1980.

SILVA, Fernanda Lia da. **Violência na escola-um reflexo da violência social e urbana: uma experiência no colégio marista e municipal são José**. Trabalho de conclusão de curso. Florianópolis: UFSC, 2004

SILVA, Greyce Elaine. **Eu quero falar: A família como elemento essencial na aprendizagem**. Trabalho de conclusão de curso. Florianópolis: UFSC, 2000.

SILVA, Keila Regina da. **Evasão escolar: um desafio para o serviço social**. Trabalho de conclusão de curso. Florianópolis: UFSC, 2006.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (coord.). **O serviço social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. São Paulo: Cortez, 1995.

SOUZA, A **área da educação e refletida como espaço de trabalho do (a) Assistente social**. Disponível em <http://www.abepss.ufsc.br/CO-culturrec.htm>.

SOUZA, Íris Lima. **SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: uma questão em debate**. Revista INTERFACE -Natal/RN - v.2-n. 1. 2005.

_____. **Serviço social na educação: saberes e competências necessárias no fazer profissional**. Tese de doutorado, universidade Federal do Rio grande do Norte. Natal, 2008.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira et alli. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. São Paulo: Cortez, 1989.

VASCONCELOS, Eymard M. **A Priorização da Família na Política de Saúde**. Revista Saúde em Debate. Rio de Janeiro, v. 23, n. 53, p. 6-19, set./dez. 1999.

YASBEK M.C. Globalização, **precarização das relações de trabalho e seguridade social**. In: *CADERNOS ABONG*, 19. Série: Subsídios às Conferências de Assistência Social. São Paulo: Cortez, 1994.

YASBEK, *Globalização, precarizações das relações de trabalho e Seguridade Social* In: *CADERNOS ABONG*, 19. Série: Subsídios às Conferências de Assistência Social. São Paulo, 1997 – vol I, p.5-10.